



**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em História**

**MULHERES EM MOVIMENTO: EXPERIÊNCIAS E
ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NO SERIDÓ E
CURIMATAÚ PARAIBANOS (1990-1999)**

PRISCILA MAYARA SANTOS DANTAS

Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

**JOÃO PESSOA-PB
Março/2017**

Mulheres em movimento: experiências e organizações de mulheres no Seridó e Curimataú paraibanos (1990-1999)

Priscila Mayara Santos Dantas

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes (PPGH-UFPB)
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA – PB
2017

D192m Dantas, Priscila Mayara Santos.

Mulheres em movimento: experiências e organizações de mulheres no Seridó e Curimataú paraibanos (1990-1999) / Priscila Mayara Santos Dantas. – João Pessoa, 2017.

129 f.: il. -

Orientador: Paulo Giovani Antonino Nunes.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/ CCHL

1. Comportamento social - Mulheres. 2. Mulheres - Movimentos sociais. 3. ONGs. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 316.62(043)

Mulheres em movimento: experiências e organizações de mulheres no Seridó e Curimataú paraibanos (1990-1999)

Priscila Mayara Santos Dantas

Dissertação de Mestrado avaliada em ____ / ____ / ____ com conceito _____.

BANCA EXAMINADORA

Pf Nunes

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes

Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientador

Elizabeth Christina Andrade C.

Prof.ª Dr.ª Elizabeth Christina Andrade Lima

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal de Campina Grande
Examinadora Externa

Prof.ª Dr.ª Natália Monzon Montebello

Curso de Ciências Sociais – Universidade Estadual do Ceará
Examinadora Externa

As mulheres do Seridó e Curimataú paraibanos, em especial à Nega Lourdes, por mergulharem no universo da luta social e organização popular, protagonizando mudanças importantes em territórios demarcados por grande pobreza e machismo. Suas práticas e atuações em sociedade estão até hoje deixando heranças para a História.

DEDICO

*"Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parte sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
- dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade da alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou."*

(Adélia Prado. Com licença poética. In: Bagagem, Rio de Janeiro, 1986. Citado por Carla Cristina Garcia, in: Breve História do Feminismo, 2011, p. 113)

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Prof. Leuzinha (*in memoriam*), por sua trajetória de vida ter sido um dos fatores que me levou à História e por, nos meus momentos de dedicação a este trabalho, fez-se presente em cheiro e espírito.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de estudo concedida.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, por me permitir desenvolver e concluir este trabalho.

Ao meu estimado e orientador, *Prof. Dr. Paulo Giovanni Antonino Nunes*, por acreditar e confiar no meu trabalho, pelos direcionamentos teóricos e práticos, contribuindo para a elaboração deste trabalho e a propensão para futuros.

Aos membros da banca, professoras *Natália Monzon* e *Elizabeth Lima*, pelo tempo disponibilizado as leituras, aceitação e colaborações indispensáveis a este trabalho.

Ao meu pai, *Francisco de Assis*, pelo amor e confiança depositados não só em minha escolha pela História, mas pelo apoio durante toda minha trajetória até a conclusão deste trabalho.

As minhas irmãs, *Débora* e *Lissandra*, pelo apoio cotidiano, pelas conversas descontraídas em dias exaustivos, por sustentar meus fracassos e sorrir com minhas alegrias.

A Nega Lourdes, por compor na minha vida e na minha educação um espaço indescritível de estímulo e amor, sendo fruto de inspiração para as minhas pesquisas.

As mulheres *seridoenses* e *curimatenhas*, que fizeram parte dessa História, pelas narrativas proporcionadas, pelas lutas travadas dia após dia, pelas transformações gestadas em sociedade e, principalmente, por me permitir interpretá-las.

Aos meus *amigos* (novos e antigos), que seguiram comigo nessa jornada sem permitir faltar estímulo, entusiasmo e alegria.

A *todos* que passaram por minha vida até esse momento. Este trabalho tem muito de mim, mas também tem um pouco de cada um de vocês. Encontrem-se nele!

RESUMO

Este trabalho analisa as experiências e lutas sociopolíticas de mulheres nas regiões do Seridó e Curimataú paraibanos, durante a década de 1990, intencionando problematizar suas atuações e as mudanças que se gestaram ao longo do processo, uma vez que a constituição de novos espaços de poder foram se edificando, como a formação de duas ONGs, o Centro de Educação Popular, popularmente conhecimento por Cenep, na cidade de Nova Palmeira, e o Centro de Educação e Organização Popular, o Ceop, na cidade de Picuí, entidades sem fins lucrativos com ideologias voltadas para as questões sociais e populares. Também busca refletir sobre as articulações firmadas entre Igreja Católica, adepta à Teologia da Libertação, formação do Partido dos Trabalhadores (PT) em algumas cidades das regiões, e a fundação de um sindicato, como foi o caso do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Curimataú (Sinpuc), em 1992. A partir dos documentos e entrevistas coletados, além de leituras sobre a historiografia da época, percebemos que nas regiões do Seridó e Curimataú paraibanos se configurou uma rede de mobilizações civis em torno dessas e de várias outras questões e interesses que compõem o universo sociopolítico. Fica notório, a partir da análise das fontes, um forte compartilhamento de insatisfações sociais, políticas e econômicas, na qual grupos, majoritariamente formados por mulheres, organizaram-se para minar com as problemáticas cotidianas resultantes das administrações públicas e reivindicar lugares de poder restritos a uma dada elite, heranças de práticas e culturas políticas visualizadas tanto em nível de estado quanto em um contexto nacional, fato que influencia diretamente nas articulações civis e populares nas regiões. Do ponto de vista teórico-metodológico, a dissertação desenvolveu-se no campo da Nova História Política em diálogo com a História Cultural, recebendo contribuições do historiador Edward Palmer Thompson, através do conceito de *experiência*. Aqui, a categoria cultura se coloca como campo importante de análise, pois possibilita elencar caminhos diferentes de compreensão em torno do pensamento dos sujeitos pesquisados, que opera por meio de costumes, tradições, rituais, desejos e sentimentos, aspectos fundamentais para perceber as experiências vividas e mudanças comportamentais adquiridos ao longo do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Movimento. Social. ONGs. Sindicato.

ABSTRACT

The present work analyzes the socio-political experiences and struggles of women in the Seridó and Curimataú regions of Paraíba during the 1990s, attempting to problematize their actions and the changes that took place throughout the process, since the constitution of new power spaces were growing, such as the formation of two NGOs, the "Centro de Educação Popular", popularly known by Cenep in the city of Nova Palmeira, and the "Centro de Educação e Organização Popular" (Ceop), in the city of Picuí, both were established as non-profit organizations with ideologies focused on social and popular issues. It also seeks to reflect on the articulations established between the Catholic Church adept at Liberation Theology, the formation of the "Partido dos Trabalhadores" (PT) in some cities of the regions, and the founding of una union, such as the "Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Curimataú" (Sinpuc) in 1992. From the collected documents and interviews, besides reading about the historiography of the time, we noticed that in regions of Seridó and Curimataú paraibanos a network of civil mobilizations around these and of several other questions and interests that compose the sociopolitical universe. It's certain by the analysis of the sources, a strong sharing of social, political and economic dissatisfaction is evident, in which groups, mostly composed of women, have organized themselves to undermine the daily problems resulting from public administrations and to claim places of power restricted to some elite, inheritances of practices and political cultures visualized both at the state level and in a national context, a fact that directly influences civil and popular articulations in the regions. From the theoretical-methodological point of view, the dissertation was developed in the field of New Political History in dialogue with Cultural History, receiving contributions from the historian Edward Palmer Thompson through the concept of *experience*. Here the culture category is an important field of analysis, because it enables different ways of understanding around the thoughts of the subjects studied, which operates through customs, traditions, rituals, desires and feelings, fundamental aspects to perceive the lived experiences and changes behaviors acquired over time.

KEYWORDS: Women. Movement. Social. NGOs. Union.

LISTA DE SIGLAS

- AEC** – Educação Cristã da Paraíba
- Ancar** – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (atualmente Emater)
- Apibimi Onlus** – Associazione Promozione Infanzia Bisognosa del Mondo Impoverito
- ASA PB** – Articulação do Semiárido Paraibano
- CEB** – Comunidade Eclesial de Base
- Cenep** – Centro de Educação Popular
- Centrac** – Centro de Ação Cultural
- Ceop** – Centro de Educação e Organização Popular
- Cese** – Coordenação Ecumênica de Serviço
- Clube 4-S** – Saber, Sentir, Saúde, Servir
- CMS** – Conselho Municipal de Saúde
- CRB** – Conferência dos Religiosos do Brasil
- Emater** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FHC** – Fernando Henrique Cardoso
- JUC** – Juventude Universitária Católica
- KAP Programa** – Programa de Pequenos Projetos da Embaixada
- Mobral** – Movimento Brasileiro de Alfabetização
- ONG** – Organização não governamental
- Patac** – Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas
- PB** – Estado da Paraíba
- PE** – Estado do Pernambuco
- PT** – Partido dos Trabalhadores
- SAR** – Serviço de Assistência Rural
- Sebrae** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
- Sinpuc** – Sindicado dos Servidores Públicos Municipais do Curimataú
- STR** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- SUS** – Sistema Único de Saúde
- UEPB** – Universidade Estadual da Paraíba

LISTA DE ICONOGRAFIAS

FIGURA I – Encontro de Oposição Sindical na cidade de Cubati-PB, em 1989 (FONTE: Acervo documental do Cenep) 66

FIGURA II – Encontro de Mulher, ocorrido no Centro de Educação Popular com o apoio da Escola Estadual de 1º Grau Antônio Coelho Dantas, na cidade de Nova Palmeira-PB, em 10 de março de 1991 (FONTE: Acervo documental do Cenep) 90

ANEXO

FIGURA III – Grupo de Catequese da Igreja Católica da cidade de Nova Palmeira-PB, no ano de 1973 (FONTE: Blog de Nova Palmeira).

FIGURA IV – Grupo de Mulheres da Igreja Católica da cidade de Nova Palmeira-PB, na década de 1970 (FONTE: Blog de Nova Palmeira).

FIGURA V – Grupo de Mulheres da Igreja Católica da cidade de Nova Palmeira-PB, na década de 1970 (FONTE: Blog de Nova Palmeira).

FIGURA VI – Passeata “O Grito dos Excluídos”, ocorrida na Semana da Pátria, em Nova Palmeira, na data de 7 de setembro de 1995 (FONTE: Acervo documental do Cenep).

FIGURA VII – Reunião de mulheres, ocorrida no ano de 1992, na sede do Centro de Educação Popular (FONTE: Acervo documental do Cenep).

FIGURA VIII – Apresentação do Grupo Teatro de Rua do Cenep durante o *Encontro de Oposição Sindical* na cidade de Cubati-PB, em 1989 (FONTE: Acervo documental do Cenep).

FIGURA IX – Poema feito para abrir o *I Encontro de Mulheres do Campo*, ocorrido em Nova Palmeira, no dia 26 de setembro de 1987 (FONTE: Acervo documental do Cenep).

FIGURA X – Cerimônia de posse da primeira diretoria do Sinpuc, em 12 de dezembro de 1992, com sede no município de Nova Palmeira-PB (FONTE: Acervo documental do Sinpuc).

FIGURA XI – Diretoria geral do Sinpuc no início dos anos 2000 (FONTE: Acervo documental do Sinpuc).

FIGURA XII – Logomarca da primeira candidatura à vereadora pelo PT na cidade de Nova Palmeira-PB, Nega Lourdes, para as eleições de 1992 (FONTE: Acervo documental do Cenep).

FIGURA XIII – Quadro oficial da Câmara Municipal de Nova Palmeira-PB representando a gestão de 1997 à 2000 com a presença de duas vereadoras eleitas pelo PT, Nega Lourdes e Marisinha, ambas localizadas ao canto do quadro, respectivamente (FONTE: Acervo da Câmara Municipal de Nova Palmeira-PB).

FIGURA XIV – Logomarca da candidatura à prefeita pelo PT na cidade de Nova Palmeira-PB, Nega Lourdes, para as eleições de 2000 (FONTE: Acervo documental do Cenep).

FIGURA XV – Dia das Crianças no Centro de Educação Popular, em 1995 (FONTE: Acervo documental do Cenep).

SUMÁRIO

Introdução	13
1. Movimentos sociais e as diferentes redes de mobilização civil	26
1.1 Transição para democracia, luta por cidadania e a emergência de novo debates.....	26
1.2 Mulheres, Teologia e Movimento	31
1.3 ONGs: um novo cenário de atuação social no Brasil	40
2. Da oração à ação: atuação de mulheres no Seridó e Curimataú paraibanos	47
2.1 Para além do educar: o ensino prático de mulheres.....	54
2.2 Igreja, mulher e política.....	60
2.3 Primeiras lutas: movimentos no campo e a formação de oposições sindicais	66
3. Mulheres institucionalizadas: ONGs, partido e sindicato	81
3.1 A atuação das ONGs no Seridó e Curimataú paraibanos	81
3.1.1 O Centro de Educação Popular.....	82
3.1.2 O Centro de Educação e Organização Popular.....	97
3.2 Mulher: uma força política e uma instituição ideológica	102
Considerações Finais	110
Referências	113

Apêndice

Anexos

INTRODUÇÃO

Foi um desfile de 7 de setembro. A gente saiu de última hora, saímos escondidas. Montamos um pelotão no dia 7 e saímos com as panelas vazias, com faixas. Foi na época do Grito dos Excluídos. A gente se escondeu. De última hora saímos com as faixas e batendo panelas vazias dizendo: “Estamos com fome!”. Porque o prefeito não dava aumento a ninguém, era um prefeito desastrado na época. Então a gente fez isso.¹

*O Grito dos Excluídos*². Enquanto as autoridades na cidade de Nova Palmeira³ preparavam as comemorações da Semana da Pátria, a população foi surpreendida por uma passeata composta por mulheres reivindicando melhorias salariais e maior participação popular nos espaços públicos. A mobilização aconteceu em 7 de setembro de 1995.

Mapeando rapidamente as ações tecidas para reivindicar posicionamentos assumidos pelos dirigentes da cidade, a fala da entrevistada, resquícios de memória, demonstra a influência do cenário sociopolítico que vivia o Brasil na década de 1990, com movimentos conhecidos por “O Grito dos Excluídos”, que tiveram grande repercussão nesse momento da história. Além disso, percebe-se um determinado grau de unidade entre o grupo, se comparado ao contexto na qual a mobilização foi promovida, já que se realizava o desfile municipal em comemoração a data de independência do Brasil.

Por meio do uso de panelas e faixas, a ideia de fazer às escondidas e surpreender a população, remete-nos à ideia de um grupo articulado, que já carregava uma maturidade de reivindicação, de luta e mobilização social, que compartilhava e acatava ideais coletivas, capazes de enfrentar às autoridades.

Ainda sobre o depoimento, quando ela cita que a decisão foi tomada de última hora, percebe-se um determinado cuidado na articulação do movimento, uma vez que se tratava de serem mulheres se mobilizando para denunciar o modelo político e econômico do município, que tanto excluía boa parte da população, como pagava míseros salários aos trabalhadores que, em geral, passavam anos sem receber aumento, durante um desfile de caráter e tradição nacional, patriótico.

¹ Maria de Lourdes Gomes de Lima (Nega Lourdes). Professora aposentada e coordenadora geral do Centro de Educação Popular. Entrevista concedida à autora, em 20 de maio de 2014.

² Durante os anos 90 do século XX, no Brasil, aconteceram muitas manifestações populares em prol de melhores condições de vida, pontuando as insatisfações sociais que existiam no país. Essas mobilizações ficaram conhecidas como “O Grito dos Excluídos”, demarcando a participação das alas excluídas socialmente no encabeçamento dos movimentos com o apoio da Igreja Católica. Nessa perspectiva e conexão com o contexto social, a passeata das mulheres de Nova Palmeira também tinha por objetivo denunciar os problemas ali existentes.

³ A cidade de Nova Palmeira fica localizada na microrregião do Seridó paraibano. Sua população é de aproximadamente 5.000 hab., distribuída em uma área de 310,352 km².

O uso dá expressão “Estamos com fome!” nos cartazes e falas proferidas demarca, como em todo o Brasil, reivindicações básicas da sociedade, indo desde problemas relacionados à pobreza que assolava a população, pessoas que literalmente passavam fome e sede sem receberem nenhuma assistência pública, às questões como aumento salarial, garantia de direitos, investimento em educação, saúde, cultura e infraestrutura. A “fome” citada refere-se à falta de atenção básica do poder público com as mínimas necessidades da população.

A partir dos documentos e entrevistas coletados, percebemos que nas regiões do Seridó e Curimataú paraibanos⁴ se configurou uma rede de mobilizações civis em torno dessas e de várias outras questões, bem como interesses que compõem o universo sociopolítico. Além disso, verifica-se um forte compartilhamento de insatisfações sociais, no qual grupos, majoritariamente formados por mulheres, organizaram-se para atuar em benefícios dos mais necessitados, decorrentes de uma cultura política que tanto excluía boa parte da população, como mantinham práticas oligarquias e patriarcas.

Sendo assim, este trabalho⁵ consiste em problematizar as experiências e lutas de mulheres nas regiões do Seridó e Curimataú paraibanos, durante a década de 1990, visando analisar suas práticas e as mudanças que se gestaram ao longo do processo, uma vez que nos deparamos com a fundação de duas ONGs, o Centro de Educação Popular e o Centro de Educação e Organização Popular.

Em conjunto com a análise das fontes, este trabalho discute como se deu a atuação da Igreja Católica frente aos movimentos, seu grau de participação e engajamento, uma vez que ali se encontravam inúmeros padres adeptos à Teologia da Libertação. Até onde chega essa influencia ao se formar o Partido dos Trabalhadores em alguns municípios das regiões, bem como na organização e fundação de um sindicato regional, como foi o caso do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Curimataú, em 1992.

Nomes, como o de Nega Lourdes, Dona Mocinha, Marisinha, Tedinha, Cícera, Irmã Conceição, Irmã Consuelo, Rosinha, Aparecida (Cida), são constantes nos depoimentos dados e nos documentos coletados, enquanto mulheres ativas no protagonismo dessas atuações. Além de outras professoras, agentes pastorais, agricultoras, funcionárias públicas, estudantes, sindicalistas que dão norte e continuidade às perspectivas de mudança, visando à melhoria

⁴ Microrregiões localizadas entre as mesorregiões da Borborema e Agreste paraibanos.

⁵ A ideia para o projeto, aprovado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba em 2014, surgiu a partir de pesquisas iniciadas no final de 2013 para o trabalho de conclusão de curso, que tinha por intenção estudar a atuação social feminina na cidade de Nova Palmeira-PB. O trabalho intitulado (*(Re)construindo sujeitos,(re)vetelhando espaços: experiências e práticas de mulheres na cidade de Nova Palmeira-PB (1985-1995)*) foi defendido e aprovado em 30 de julho de 2014. Dele extraímos o tema e ampliamos as discussões que nortearam a narrativa dessa dissertação.

social por meio de uma boa educação, saúde, moradia, cultura, infraestrutura e participação política.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a dissertação desenvolveu-se no campo da Nova História Política em diálogo com a História Cultural. Nesse aspecto, é importante apontar que, de acordo com Falcon (1997), a política é uma dimensão da história que apareceu com a história política tradicional. Centrada no poder, essa categoria da narrativa histórica vem se fazendo sob temas do mundo econômico, jurídico, eclesiástico, administrativo, social.

Sobre isso, é importante apontar que a História Política vem ao longo do tempo sofrendo modificações significativas em suas perspectivas teóricas e metodológicas. Com a valorização da crítica ao documento durante o período Renascentista, temas ligados a histórias fantasiosas, míticas e lendárias dão vez à enredos mais palpáveis, sólidos, documentados, a exemplo das narrativas sobre reinos, dinastias e príncipes.

Durante o Iluminismo, as visões dos humanistas sobre História estavam atreladas ao que era produzido pelos filósofos, deleitadas por uma narrativa centrada na racionalidade e em conceituações como civilização e liberdade. Já para os historiadores da época, os chamados eruditos (antiquários), a História estava atrelada aos acervos e a crítica ao documento. Para os românticos, a história deveria estar povoada por sentimentos, intuições e indivíduos, sendo o Estado-Nação o centro das discussões, inserindo ideias como o sentido de coletividade, de revolução, de culturas comuns, uma história por excelência política (FALCON, 1997).

Desse momento, resultou uma forte centralidade do político durante o final do século XIX, conhecida por *história metódica ou positivista*, científica e indispensável à narrativa, além de factual e linear. Havia com esse estilo histórico a busca de se diferenciar do discurso literário, descrevendo o passado tal qual se passou. Para os escritores desse tipo de história, a concepção do político não se autoexplica, ela precisa de outras dimensões para ser compreendida, abordando temas como cultura, sociedade e economia.

De acordo com Le Goff (1983), o suposto esquecimento dessa dimensão começa com a chamada *École des Annales* em seus primeiros momentos, a qual entendia a dimensão política enquanto aspecto falido para a história:

A escola dos Annales detestava o trinômio formado pela história política, pela história narrativa e pela crônica ou história episódica (acontecimental). Tudo isso era, para ela, simplesmente pseudo-história, história barata, algo de superficial que preferia a sombra à substância. Era preciso colocar no

lugar que lhe competia a história em profundidade – uma história econômica, social e mental (LE GOFF, 1983, p. 226-227).

Buscando se distanciar de uma história considerada na França de factual, psicológica, excludente das massas, da comparação e das séries, os pressupostos dos Annales traziam à cena histórica concepções econômicas, culturais e sociais para o centro da narrativa que dominava o pensamento historiográfico francês em meados do século XX. As análises do homem em sociedade começaram a partir de dados estatísticos, sociais e das mentalidades que circulavam no social (FALCON, 1997).

Ao longo dos anos de 1950 até 1960, com o fortalecimento do *materialismo histórico*, na França, a rejeição ao aspecto político se arrefece cada vez mais. “Tratava-se de uma versão do materialismo histórico específica, que tendia a enfatizar a crítica sobre o Estado como instrumento da classe dominante” (BARROS, 2012, p. 11). A historiografia de esquerda estava despreocupada em enfatizar o Estado por meio do político.⁶

Entretanto, para Julliard (1995), a história política nunca desapareceu, pois estava na “forma narrativa, biográfica, psicológica” (p. 181), caminhando com um pé nos condicionamentos de uma história tradicional do século XIX, fechada na longa duração. É apenas com a renovação desse tipo de história, a partir de 1970, com as mudanças em torno da concepção de “poder”, que perspectivas inovadoras conduzem a construção da narrativa, propondo novas problemáticas, essas variando de lugar para lugar, de tempo para tempo na historiografia francesa.

Para o mesmo, fazer história, buscando compreender os passos dados por uma sociedade não seria possível sem se remeter ao político enquanto mecanismo de análise das mudanças que se processam no cotidiano. Afinal, “cada época tem seu ceremonial político, cujo significado compete ao historiador descobrir: e esse significado constitui um dos mais importantes aspectos da história política.” (LE GOFF, 1983, p. 231).

De acordo com Rémond (2003), “a renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pela troca com outras disciplinas” (p. 29), a exemplo do direito, da antropologia, sociologia, da psicanálise, informática, matemática, empréstimos que iam de técnicas de pesquisa à análise, vocabulários, conceitos, operando dentro de uma diversidade de procedências e métodos de investigação.

⁶ Um dos poucos historiadores que se propôs a pensar contrariamente às perspectivas históricas dos Annales, sendo considerado de tendência à direita e nesse caso longe do marxismo, foi o francês Roland Mousnier (1907-1993), publicando seus trabalhos na *Revue Historique*.

Por isso, o que se pretende com essa nova forma de fazer e pensar a história política é estabelecer diferentes maneiras de construir questões sobre a sociedade e suas diversas esferas de atuação, mecanismos que visualizam as pluralidades do objeto estudado, suas variações e simbologias que mudam de lugar e tempo, abrindo, inclusive, portas para análise de novos personagens, sujeitos sociais que ficaram à margem da história por muito tempo, denominada de “história vista de baixo”, ou seja, de pessoas e massas anônimas (BARROS, 2012, p. 26).

O marxismo do século XX também trazia luzes na reformulação dos novos paradigmas do político quando analisava e escrevia a partir de conceitos gramscianos, como hegemonia, althusserianos, autonomia, bem como de diferentes formas de conduzir as perspectivas marxistas, a exemplo das desenvolvidas por Edward Palmer Thompson, que lançou olhares aos aspectos culturais do social e político de forma particular. A análise da sociedade ganha amplos caminhos e possibilidades de análise à medida que as noções de poder e dominação são revisitadas por este tipo de história.

Com o campo interdisciplinar dessa história política, muitas problemáticas começaram a surgir. Olhares interessados nos agrupamentos sociais, tais como sindicatos, partidos, igrejas, eleições, começam a serem focos de estudo, ampliando o leque de objetos de pesquisa. Diante disso, novas reflexões, teóricas e metodológicas, começaram a se desenhar. Era preciso construir outros caminhos para compreender a prática social (RÉMON, 2003).

Entra em cena nesse movimento o conceito de *cultura política* que, de acordo com Motta (2009), seria um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado” (p. 21). A importância dessa concepção se deu pela dinamização da forma de se pensar questões que envolvem cultura, poder e sociedade, possibilitando a construção de novas pesquisas e produções historiográficas, a exemplo dessa dissertação.

A noção de *cultura política* surgiu por volta de 1960, a partir do diálogo entre a História Cultural e a História Política, formando um novo aporte teórico múltiplo e dinâmico. De acordo com Berstein (1998), ambas as Histórias constroem um espaço que não levam apenas a uma única explicação do objeto estudado, mas possibilita a adaptação de diferentes formas de comportamento humano (p. 350). É a *cultura política* que, por exemplo:

[...] leva o cidadão a se identificar quase instintivamente a um grupo, a compreender facilmente seu discurso, adotar sua ótica de análise, a partilhar se seus objetivos e esperanças a aderir às múltiplas associações de todo tipo por meio das quais se difunde sua mensagem, a votar nos candidatos do partido político que a representa no âmbito eleitoral. Além disso, dado o caráter emocional que acabam assumindo as representações, os discursos, os

símbolos e os ritos, a cultura política leva a uma verdadeira comunhão criadora de profundas solidariedades (BERSTEIN, 2009, p. 44).

Nesse sentido, *cultura política* seria uma noção complexa, envolvendo representações, comportamentos, realidades sociais ora individualizadas ora compartilhadas, pois é um conceito que trabalha sob pessoas e grupos que comungam das mesmas ideias, expectativas, interpretações, discursos, rituais, costumes e tradições.

A *cultura política* por ser uma espécie de códigos compartilhados coletivamente, seja dentro de um seio partidário ou de uma família, apresenta-se enquanto caráter plural de um determinado momento e local, já que possui “raízes filosóficas ou históricas distintas, com concepções opostas de poder” (BERSTEIN, 2009, p. 37), como diferenças entre a cultura política de elite e a das massas.

Entretanto, vale salientar a existência, nesse contexto, de culturas políticas dominantes, responsáveis por predominar a mentalidade da sociedade, chegando a atingir outros grupos vizinhos, formando, por exemplo, um regime político hegemônico, responsável por organizar normas, estruturas sociais e valores. Por isso, “as culturas políticas, longe de constituírem conjuntos fixos e imutáveis, conhecem evoluções ligadas às constantes modificações da conjuntura histórica e às mutações da sociedade” (p.38).

Em dados períodos da história, há culturas políticas que dominam por influenciar, na maior parte, outras culturas políticas. Segundo Berstein (2009), esse não é um fenômeno imóvel, mas ativo e que possibilita o reconhecimento das diferentes formas de organização social, além de ser:

[...] um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento, os da evolução da conjuntura que inflete as ideias e os temas, não podendo nenhuma cultura política sobreviver a prazo a uma contradição demasiado forte com as realidades (BERSTEIN, 1998, p. 357).

Nesse sentido, pensando a multiplicidade de caminhos possíveis na leitura de uma sociedade e suas ações e relações políticas, o conceito de *cultura política* é utilizado no presente trabalho como veículo de análise para pensar como espaços, ainda dominados majoritariamente pela figura masculina, marcados por práticas políticas oligarquias e autoritárias, passam à serem afetados por atuações e movimentos protagonizados por grupos de mulheres que reivindicam através de outras ideologias e lugares e, por isso também de poder, melhorias sociais e participação política.

Outro conceito utilizado para a análise desta pesquisa foi o de *experiência*, pensado pelo historiador Edward P. Thompson. Moldado a partir das práticas e discursos referentes aos trabalhadores, este conceito caminha pensando como se dá as adaptações dos operários e grupos de trabalhadores ao meio vivenciado, as especificidades das práticas que se diferenciam de lugar para lugar.

O conceito de *experiência*, nessa perspectiva, propõe uma releitura do passado buscada a partir da multiplicidade de experiências cotidianas, valorizando perdas e ganhos dos sujeitos postos em análise. Por isso, Thompson pensa a experiência ligada à cultura, procurando compreender como em grande parte do que se entende por grupo ou classe determinou as relações produtivas nas quais os homens nascem e são inseridos de modo involuntário.

O termo *experiência* já estava presente na obra *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1963) e vem com fôlego na obra *A Miséria da Teoria* (1978). Nesse livro, de maneira mais detalhada, Thompson trabalha o conceito preocupado com os questionamentos históricos que na época formulava e de como seria fundamental para as pesquisas no campo da História Social. Por isso, pensar esse conceito é não permitir que o sujeito histórico fique excluído do processo social e que seja visto como um agente ativo de suas histórias e de suas atuações em sociedade, um indivíduo constituído de expectativas e pensamentos que os transformam dia a dia.

Para Thompson, a *experiência* não chega ao indivíduo “do nada”, ela é acontecimento que possui passado, reunindo vivências tanto individuais quanto coletivas, possibilitando a formação de uma consciência social e cultural, vivida coletivamente e não apenas por um indivíduo (MINELLA, 2012. p. 69). Pensar o trabalho nessa perspectiva é adentrar nos espaços e pensamentos de mulheres que construíram interesses de luta, desejos e anseios, dando à historiografia dos movimentos sociais na Paraíba uma contribuição interessante.

Dessa forma, entra em cena a categoria cultura como campo importante de análise, pois possibilita elencar caminhos diferentes de compreensão em torno do pensamento dos sujeitos pesquisados, que opera por meio de costumes, tradições, rituais, desejos e sentimentos, aspectos fundamentais para perceber as experiências vividas e mudanças comportamentais adquiridos ao longo do tempo, “impregnados de cultura romântica e revindicação popular” (JÚNIOR, 2011, p. 2).

No que se refere à delimitação temporal deste trabalho, a pesquisa está inserida em um recorte recente, por isso perpassa pelo debate em torno da chamada “História do Tempo

Presente”, uma categoria historiográfica que ainda hoje levanta reflexões entre os profissionais desse campo do conhecimento.

A análise de eventos recentes veio ganhando espaço a partir da renovação do político, seguido dos grandes impacto/consequências da Segunda Guerra Mundial (CHAUVEAU&TÉTART, 1999, p. 15) para a humanidade. Com as mudanças recorrentes desse período da história, atingindo, inclusive, os meios de comunicação, a medida que se acelerava a notícias, exigia-se por parte dos historiadores trabalhos de pesquisa sobre os acontecimentos do presente, vividos e experienciados por eles mesmos.

O historiador precisava dar conta dos acontecimentos recentes através da análise minuciosa das fontes, dos elementos deixados como registros, e exemplos das fotografias, entrevistas, objetos pessoais, entre outros, que quase instantaneamente se tinha acesso, fatos aos quais ele mesmo vivenciou, o que faz com que seja um trabalho que necessite de maior desdobramento e criticidade para compreender e interpretar com mais exatidão as particularidades do objeto em análise, as relações, desafios e dúvidas que a História do Presente impõe.

A subjetividade é a marca da crítica a esse tipo de história, pois muitas vezes o historiador é tanto o escritor quanto testemunha do ocorrido e precisa construir um distanciamento pessoal para uma produção imparcial da narrativa. De acordo Rioux (1999), os historiadores do presente dizem que essa justificativa do recuo do objetivo não se sustenta, “pois o próprio historiador, desempacotando sua caixa de instrumentos e experimentando suas hipóteses de trabalho, que cria sempre, em todos os lugares e por todo o tempo, o famoso “recuo”” (CHAUVEAU&TÉTART, 1999, p. 46-47).

Trabalhar com o tempo presente é partir, especialmente, dos depoimentos de indivíduos históricos vivos, ou seja, das fontes orais. Esses são registros de grande importância para o presente, um recurso particular desse tipo de história.

Mesmo diante de todos os desníveis e lacunas oferecidas pela memória⁷, através dessa fonte se pode dar vez e voz às pessoas que a história escrita ainda não alcançou. Da fonte oral, além de oferecer informações sobre documentos e pessoas que interessam à pesquisa, podem-se extrair emoções, gestos, sentimentos, indispensáveis para à sensibilidade de uma narrativa (FRANK, 1999, p. 103-117).

⁷ Falar sobre memória é entender que este é um campo de batalhas permeado por sentimentos, desejos e experiências que modificam as lembranças. Entretanto, as memórias de quem fala, diz Ferreira (2012), “mais do que possibilitar entender o passado, atuam no tempo presente” (p. 183).

Por visar trabalhar com memórias individuais e coletivas sobre atuação social de mulheres nas regiões do Seridó e Curimataú paraibanos, no período proposto, fizemos uso de fontes orais, uma vez que as mesmas se encontram vivas, facilitando o acesso as perspectivas, experiências e reflexões que ampliam a compreensão em torno dos anseios e práticas da época por parte dos sujeitos entrevistados. O método de entrevista aqui utilizado se baseou na linguagem cotidiana, simples e direta, embasado pela espontaneidade do diálogo que se cria entre o entrevistado e entrevistador, uma vez que tratou-se com agricultoras, sindicalistas, religiosas, donas de casa e professoras.

Também se faz uso de fontes escritas, analisadas por meio de uma metodologia que se situa nas interfaces da história política, social e cultural, dando ênfase às simbologias, aos costumes, aos lugares de memória e às tradições, como forma de perceber a renovação nas formas de tratar e fazer política dessas mulheres e dos espaços em questão.

Seguindo as orientações teórico-metodológicas até aqui citadas, a pesquisa se efetiva tanto a partir da análise das fontes orais, como da problematização das seguintes fontes documentais: atas de eleições, relatórios de encontros, pautas de reuniões dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais envolvidos em movimentos de oposições sindicais, na busca de visualizar ações de mulheres nos programas que envolviam o órgão em questão, pensando como e quando as mesmas atuaram nesse campo e até que ponto foram inseridas nesse sistema. Atas de eleições, relatórios de assembleias, pautas de sessões semanais da Câmara Municipal de Vereadores da cidade de Nova Palmeira, onde houve uma mulher eleita (Nega Lourdes) pelo Partido dos Trabalhadores (PT), atuando na década de 1990 durante dois mandatos consecutivos, intencionando mapear as atuações e lutas travadas por um partido de esquerda, tendo uma mulher enquanto sujeito de poder frente às autoridades majoritariamente masculinas. O acervo documental das ONGs Centro de Educação Popular (Cenep) e Centro de Educação e Organização Popular (Ceop), por meio das atas de fundação, ofícios, fotografias, registros de oficinas, cursos e palestras, atas de reunião, panfletos, reportagens em jornais, correspondências, com vistas a traçar um limiar de informações e práticas femininas a partir dos movimentos populares proporcionados por essas instituições, demarcando registros de ações de mulheres antes e depois de suas fundações. Acervos documentais do PT nos municípios de Nova Palmeira e Picuí, onde a atuação foi mais efetiva na década de 90, atentando para os desdobramentos que possibilitaram a fundação do partido nas cidades, tentando perceber a participação e trajetória feminina nessas articulações. Acervo documental do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal do Curimataú (SINPUC), registro de fundação, livro de atas de reuniões e eleições, fotografias, buscando visualizar um

mapa de ações e participação das mulheres a partir desse lugar institucionalizado, e por isso de poder, pensando como, quando e por que as mesmas incidiram por esse campo de batalha.

Sobre o uso de fotografias, Eduardo Paiva (2006) afirma que esse tipo de fonte vem contribuindo no sentido de melhorar nossa compreensão sobre o objeto estudado. São imagens construídas e por isso podem ser manipuladas, mas associadas a outros registros de um determinado momento nos servem de certidões visuais. São plenas de representações do vivido no tempo e no espaço. Dessa forma, algumas figuras são utilizadas neste trabalho não de forma meramente ilustrativa, mas como uma alternativa a mais de verificação do conteúdo apresentado. Algumas delas estão ao longo do trabalho, outras em anexo.

Este trabalho traz a figura feminina como protagonista, um gênero por muito tempo esquecido e omitido pela historiografia até o século XIX. Com as mudanças de paradigmas na História ao longo do século XX, advindas com a *Nouvelle Histoire*, ou Terceira Geração dos Annales, o papel das mulheres em sociedade, sua participação enquanto sujeitos históricos fundamentais na dinâmica social e nas relações de gênero, superando, por exemplo, um dos seus grandes problemas, a falta de fontes, passa a partir de 1970, gradativamente, assumindo ponderações importantes pela História, papel já desempenhado, por exemplo, pela Sociologia e Antropologia.

De acordo com Michelle Perrot (1989), um dos desafios de se fazer uma História das Mulheres está na fragilidade histórica de dar “voz” as suas memórias, já que acervos públicos, documentos e registros oficiais são produtos feitos, especialmente, pelos e para os homens. Entretanto, ficam, aos pesquisadores do tema, investigar esse tipo de história pelos arquivos e memórias privados, pelo cotidiano, pelas mentalidades e relações, fontes que propiciam a construção de uma narrativa em que têm como protagonistas sociais e sujeitos históricos, as mulheres tanto quanto os homens.

Perrot (1995) ainda traz reflexões sobre como variou o interesse acadêmico ao longo dos últimos 20 anos ao escrever sobre as mulheres, indo desde o estudo sobre figuras femininas oprimidas por sua condição de gênero (prostitutas, operárias, doméstica), a questões relacionadas ao corpo, até àquelas que se engajaram nas lutas sociais e revolucionárias.

Historicamente, o que se escrevia sobre mulheres eram histórias ligadas ao meio doméstico, do lar, da reprodução, das feminilidades, ou seja, assuntos sobre moda, casa, filhos

e família, restritos ao campo do privado⁸, ao passo que sua atuação no meio social e político não era algo à ser questionado ou refletido.

Quando se fala em cultura popular, é importante analisar o seu lugar de origem, a sociedade civil, um conceito que se tornou bastante amplo ao longo do tempo, sofrendo muitas mudanças de significado e definição. De acordo com Gohn (2008), a sociedade civil ficou por um período denominado de processo privativo, depois como espaço de participação social e, posteriormente, por civilidade. No ocidente, esse conceito é interpretado por processos que levam à democracia, criando aquilo que entendemos por espaço público (p. 62).

Dessa forma, é importante traçarmos um paralelo de relação entre a ideia de sociedade civil e Estado⁹, que, segundo Bobbio (1982), nem sempre foram espaços de debates distintos, já que o Estado surge em decorrência de uma sociedade, de um grupo familiar, racional, organizado sob tradições e práticas em comum, “concebido como produto da razão” (p. 19), conforme sua natureza.

As disparidades entre sociedade civil e Estado começam a surgir quando ambos começam a serem direcionados por grupos distintos e independentes, organizados por determinadas classes sociais. A construção do espaço público vem decorrente desse processo de separação, em que a sociedade civil é vista sob uma ótica de valores restritos, por vezes burgueses, que impõe aos demais padrões de comportamento e participação sociopolítica, além de ser um lugar onde acontecem os debates e conflitos econômicos, políticos, religiosos, ideológicos, sociais, na qual as massas agem e participam coletivamente, seja em apoio ou em desacordo com normas estabelecidas.

Ainda de acordo com Bobbio (1982), um dos sujeitos de interseção entre esses dois lugares são os partidos políticos, já que são produtos provenientes de ambos, tendo a função de mediar as relações e interesses, além das organizações de massa que são resultantes desse processo de desligamento das estruturas estatais e sociais, tendo o papel de participar das instituições deliberantes e decisórias do Estado. Segundo o autor, tentar uma definição concreta dos dois lugares ainda é desafiante, já que um exerce direta ou indiretamente algum poder sob o outro.¹⁰

No Brasil o termo sociedade civil começou a ser discutido por fim dos anos 1970, período de transição política, para designar a participação da população civil contra o regime

⁸ Aqui o termo *privado* está relacionado ao âmbito doméstico.

⁹ De acordo com Bobbio (1982), a ideia de Estado para Antonio Gramsci, a qual o autor trabalha, é algo “instrumental, particular, subordinado, transitório” (p. 23), não tendo um fim em si mesmo, mas sendo instrumento de interesses particulares de uma sociedade, sendo a essa subordinado.

¹⁰ Para um maior aprofundamento sobre essa questão, ver *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*, de Noberto Bobbio.

ditatorial instalado no Brasil em 1964. Criou-se um imaginário político sobre ser a sociedade civil uma instância voltada para à luta e atuação diante dos processos e agentes do poder público, o que resultou na influencia de práticas coletivas a partir das insatisfações gerais da população.

Nessa perspectiva, a proposta para esta dissertação consistiu na organização das temáticas em três capítulos, além da introdução, que trata de uma discussão teórico metodológica acerca do trabalho, e pelas considerações finais. No primeiro, buscamos construir uma narrativa historiográfica sobre os movimentos sociais e redes de associações civis no Brasil ao longo da década de 1990, contextualizando o leitor acerca da temática discutida, bem como abrindo reflexões em torno do papel da Igreja Católica nesse cenário e na formação de espaços institucionais como ONGs e sindicatos.

No segundo capítulo aborda-se as práticas e experiências de mulheres nas regiões do Seridó e Curimataú paraibanos que permitiram a constituição de espaços propícios às reivindicações e engajamento social, além de problematizar como se tornou possível a constituição de uma rede de sociabilidades entre mulheres, nas quais se reuniam práticas e ideologias semelhantes. Dessa forma, visualiza contextualizar o leitor no universo sociopolítico onde mulheres adentraram em espaços de poder.

No terceiro e último capítulo desenvolve-se uma discussão em torno das instituições que resultaram das experiências práticas de mulheres nas regiões do interior paraibano, como a fundação e trajetória das ONGs fundadas no começo dos anos de 1990, Centro de Educação Popular e o Centro de Educação e Organização Popular, a organização de um partido de esquerda como o Partido dos Trabalhadores em alguns municípios circunvizinhos, e a formação de um sindicato regional, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da região do Curimataú, com sede na cidade de Nova Palmeira.

Compreendendo os caminhos que possibilitaram o surgimento desses espaços de poder, em que são as mulheres as dirigentes majoritárias, busca-se problematizar a importância das ações realizadas por meio desses espaços frente aos órgãos e gestores públicos. Dessa forma, construiu-se um mapeamento das atuações frente às problemáticas sociais, percebendo a participação da mulher no cotidiano dessas entidades e quais transformações se gestaram ao longo dos anos para a sociedade.

O fio condutor deste estudo parte da análise dos movimentos e experiências do cotidiano, vividos e pensados nas comunidades de base, com grupos de ideologias populares, onde o desejo de melhoria de vida se mesclava às reivindicações sociais, partindo da ideia do direito cidadão e seu reconhecimento por parte do todo (poder público e da própria sociedade

civil), pelas experiências vividas e compartilhadas, e não meramente por opressão de uns ou miséria de outros.

Por meio de um mapeamento dessas atuações femininas, buscamos compreender as trocas de experiências e anseios individuais que se mesclam construindo um desejo de bem estar social comum. Trajetórias de vida que influenciaram diariamente nos comportamentos e relações sociopolíticos. Dessa forma, o presente trabalho acomoda especificidades importantes na configuração da sociedade não só em nível de Estado, como também referente ao que se vivia no Brasil ao longo da década de 1990.

CAPÍTULO 1

MOVIMENTOS SOCIAIS E AS DIFERENTES REDES DE MOBILIZAÇÃO CIVIL

[...] Quero em versos relatar
 A história vivida aqui,
 Querendo a todos mostrar
 O novo modo de agir
 Que faz o trabalhador
 Descobrir o seu valor [...]

(“Novo passo, Nova História”, poema escrito para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Cubati, em 1991. Acervo documental do Cenep).

1.1 Transição para democracia, luta por cidadania e a emergência de novo debates

O processo de transição democrática no Brasil, lento e gradual, foi um dos mais singulares da América Latina por ter se dado dentro de uma longa temporalidade. De início, eram os militares os condutores do processo, parecendo ser mais uma reconfiguração do sistema, do que propriamente uma abertura política. As eleições de 1974, em que o partido de oposição teve destaque, indicando falta de apoio popular ao regime, as divisões internas dentro da instituição militar e a forte crise econômica fortaleciam a ideia do então presidente Ernesto Geisel em prosseguir com a proposta de abertura política.

Fato que não agradou a todos, especialmente aos militares pertencentes à turma dos “linha-dura” da ditadura, demarcando um período de campanhas muito violentas contra a esquerda. Ameaças aos defensores e propagadores dos ideais esquerdistas, a exemplo dos jornais e jornalistas, bem como ataques com bombas à instituições, somada à crescente inflação e desordens econômicas, fizeram desse momento um marco histórico para o início real e efetivo da redemocratização.

De acordo com Kinzo (2001), com o fim do Ato Inconstitucional nº 5 (AI-5), a aprovação da anistia em 1979 e a formação de novos partidos, rompendo com o até então bipartidarismo, a liberalização continuava, sendo fortalecida com as possíveis eleições de 1982. Políticos exilados voltam a se candidatar, governantes são eleitos pelo voto popular, mas ainda eram os militares os cabeças que comandavam os colégios eleitorais, assumindo a presidência novamente.

Nesse período, tem destaque a campanha das “Diretas Já” com considerável apoio popular. Um movimento político democrático favorável à emenda feita pelo deputado Dante

de Oliveira em prol do restabelecimento das eleições diretas no Brasil. Comícios e passeatas foram realizados em muitas cidades do país, contando com a participação de milhares de brasileiros, partidos e instituições, resultando em transformações na Constituição Brasileira em 1988 (GOHN, 2008). Nas manifestações havia pessoas tanto do universo popular quanto da elite, estudantes, acadêmicos, professores, domésticas, moradores de bairros, agricultores, sindicalistas, religiosos e demais agentes sociais que compartilhavam dos ideais de mudança e defesa de direitos. Mesmo não sendo aprovada no Congresso, demonstrando a força que os militares ainda operava, as manifestações foram importantes no que se refere participação da sociedade civil no processo de reorganização política do país, demarcando o ressurgimento da sua interferência no cenário político.

Também é significativa nesse período a atuação dos movimentos sindicais de maneira geral, mobilizando os trabalhadores na luta pela melhoria e asseguramento dos seus benefícios, em que a participação das mulheres, por muitas vezes esquecida ou omitida pela historiografia, tem suas marcas na transformação da sociedade, seja quanto trabalhadoras, agricultoras, estudantes, sindicalistas, militantes, professoras, seringueiras, operárias, como veremos mais adiante.

De acordo com Stepan (1988), diferente de um Brasil do ano de 1964, tínhamos em 1984, duas décadas depois, um novo cenário. À medida que chegavam ao fim alguns grupos políticos, crescia uma nova geração, nascida entre esses períodos, ansiosa por mudanças significativas na economia, política e sociedade. No político, tinha-se de um lado uma classe média dominante do centro-sul, a redemocratização e com grande poder de voto nas regiões urbanas, por outro, políticos ligados ao operariado sustentado pela simpatia e apoio dos grupos populares, de base e sindicais.

O operariado, que vinha de uma caminhada organizada de greves desde fins dos anos de 1970, é um dos setores urbanos com grande expansão no momento, mesmo que em partes desconfiasse das instituições políticas, não dando crédito, por exemplo, ao partidarismo. Divisões desse tipo causaram no ano de 1983, por um lado, a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), por um grupo, e a formação da Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras (CGT), por outro. Em meio às divergências internas e à crescente política internacional que chegava ao Brasil, o neoliberalismo, mesclado ao forte desemprego e pobreza, a força sindical que vinha de uma campanha organizada, tem suas forças limitadas com novo sistema que se impõe.

No âmbito do político, o processo foi de intensa democratização, pois a sociedade conquistava cada vez mais espaços de participação e contestação, resultado disso foi a

promulgação da Constituição de 1988, na qual, por um lado, havia os grupos detentores do poder querendo assegurar seus poderes, do outro, uma esquerda que teve fundamental participação no processo constituinte, representando um avanço singular da atuação social no poder público e constitucional (KINZO, 2001).

De acordo com Marilena Chauí (2007), o fortalecimento das esquerdas e da própria ideia de América Latina é proveniente desse período ditatorial que passou os países dessa parte do continente. Ditaduras que aconteceram simultaneamente e que entrelaçaram as ideologias esquerdistas entre os países vizinhos, assegurando o intercâmbio, a troca de interesses e práticas políticas semelhantes não só entre os políticos, mas também, e especialmente, entre os intelectuais, universidades e movimentos sociais, resultando em pontes fundamentais de articulação e redes de solidariedade frente ao autoritarismo que tinha por meta proteger o Estado de ameaças totalitárias, a exemplo do comunismo.

Bandeiras carregadas por esses grupos, a exemplo da discriminação de negros e mulheres, passam, nesse momento de abertura política no Brasil, a ganhar espaço no debate constitucional, à medida que outras pautas de luta, como reforma agrária, que continuava estancada nos armários e discussões institucionais. Entretanto, e vale reforçar, a formatação de um cenário de crescimentos das esquerdas e propagação de suas ideias, em que as reivindicações sociais, a participação popular, o ressurgimento dos movimentos sindicais e trabalhistas, foram fundamentais para o processo de reconstrução, ou melhor, construção da democracia brasileira.

O processo de transição política no Brasil foi bastante longo. Iniciado pelo presidente Geisel em 1973, com a ideia de ser uma “democracia relativa” ou “democracia forte”, caminhou, de acordo com Skidmore (1988), sob violentas e autoritárias manobras políticas, especialmente pela chamada “linha-dura” dos militares, marcando o começo da década de 1980 por muitos ataques, ameaças e movimentos violentos. Além disso, soma-se o acelerado aumento inflacionário, chegando a 120%. As greves continuavam e os grupos de esquerda juntamente com a classe trabalhadora se organizavam para fundar instituições capazes de reunir e defender seus interesses, como foi o caso do Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

Nesse período, os grupos de base se constituem como grandes influências políticas, a exemplo das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, oriundos das mobilizações populares da Igreja Católica, os Grupos e Associações de Bairros e os sindicatos. À medida que avançava o setor econômico na década de 1980, a classe operária se tornava mais forte e unificada, ressurgindo e operando como agente fundamental nesse processo de abertura

política. A mídia também foi uma grande aliada nesse processo, desenvolvendo o papel de veiculadora de críticas, denúncias e exigências por parte da sociedade pela concretização da liberdade política e democrática.

Na Paraíba da década de 1970, para além das difíceis problemáticas agrárias, já se observava a organização e atuação de sindicatos, fortalecendo as lutas sindicais nos anos seguintes. De acordo com Nunes (2009), a Igreja Católica também teve um papel importante na operação das lutas populares e sindicais no Estado, assim como setores universitários e estudantis, e os movimentos feministas junto com o apoio da Ordem dos Advogados. Mesmo diante da supremacia do poder estatal sobre a sociedade paraibana, algo bastante marcante em sua história política foi a atuação dessas mobilizações sociais e organizações populares tiveram seus espaços e importância durante o processo de transição no Estado, fortalecendo os sindicatos e instituições sociais.

De acordo com Carvalho (2015), para conversar sobre processo de democratização no Brasil é importante que reflitamos sobre uma palavra que nesse período esteve muito em voga: cidadania, expressão que caiu, “literalmente, na boca do povo”, “virou gente” (p. 13), tanto que a Constituição de 1988 ficou conhecida por Constituição Cidadã, o que, segundo o autor, trouxe falsas ilusões de “felicidade nacional”.

Sem negar as conquistas de todo esse processo, como o direito de eleger prefeitos, governadores, presidentes, de a população ter voz e participação nos espaços públicos, sem negar a livre expressão, os movimentos sociais, o autor sinaliza fracassos em outros aspectos dessa idealização cidadã quando os altos níveis de analfabetismo continuam, a exemplo da violência urbana e do desemprego cada vez mais alarmantes, má gestão e investimento em educação, saúde e saneamento, agravando a já forte desigualdade social.

Pensar a cidadania nesse momento no Brasil é compreender que ao passo que veio a liberdade, as mazelas da sociedade continuaram, não houve uma resolutividade dos problemas básicos ou uma preocupação dos poderes públicos em resolver e cuidar dessas deficiências. Nesse caso, temos cidadãos pela metade, ou seja, apenas com alguns direitos reconhecidos, consumindo do máximo, apenas o mínimo, já que:

Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos.

São eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Sua pedra de toque é a liberdade individual (CARVALO, 2015, p. 15).

Ser cidadão e ter direitos é algo condicionado aos interesses do meio social, cultural, político e econômico. Mascarados sobre a ideia vendida pelos políticos de cidadania plena e felicidade nacional, a sociedade brasileira construiu sua democracia sob um chão vulnerável, por exemplo, ao capital internacional que ditava como a economia deveria ser conduzida.

A garantia de uma boa educação, saúde, trabalho, salário, aposentadoria é dada pelos direitos sociais que só é assegurado diante uma administração sensível e capacitada para o desenvolvimento da gestão e execução das leis tal como na constituição. De acordo com Carvalho (2015), uma das maiores dificuldades em se estabelecer uma cidadania digna é a falta de qualificação educacional, na qual eduque a sociedade para o que lhe é de direito e dever, algo que não acontece historicamente no Brasil e quando acontece, em geral, é pela chamada educação popular, que tem por preocupação central formar pessoas críticas e conhedoras da sua realidade social e seu lugar por direito dentro dela.

A construção da cidadania tem muito a ver com a noção de Estado-Nação, uma vez que ambos estão inseridos dentro de uma perspectiva nacional, se sentido parte e produto dela. Uma pessoa passa a se sentir cidadão à medida que se identifica com a língua, com as tradições, culturas que caracterizam a identidade nacional. Dessa forma, “a maneira como se formaram os Estados-Nação condicionam assim a construção da cidadania” (CARVALHO, 2015, p. 18).

Esse processo durante a redemocratização do Brasil ficou marcado, especialmente, pelo crescente ressurgimento da participação popular, que antes havia sido reduzida drasticamente. A inovação dos movimentos sindicais com o surgimento do Partido dos Trabalhadores, da CUT, de instituições que unificaram suas bandeiras de luta, como do próprio aparecimento público dos sindicatos rurais, que mesmo não sofrendo limitações durante o regime militar, necessitava de crescer, ampliar os horizontes, aparecer em termos de assistência e efetividade, algo que ficou, em partes, a cargo da Igreja Católica através por meio do trabalho desenvolvido pelas Comissões Pastorais da Terra, semeando territórios de debate em torno do ativismo e da participação dessas instituições na política de maneira geral, na busca por melhorias assistenciais ao trabalho no campo.

De acordo com Carvalho (2015), a inovação dos movimentos sociais também tem papel importante nesse processo de afirmação cidadã, pois à medida que se tem o fim das guerrilhas formadas nos idos de 1960, surgem novos sujeitos sociais, novas instituições que

vão agir efetivamente junto à sociedade, aos movimentos de base, às associações de bairro, como é o caso da Igreja Católica adepta à Teologia da Libertação, tornando-se “um baluarte da luta contra a ditadura militar” (p. 187).

O papel desenvolvido pelas CEBs, surgidas em 1975, teve como objetivo trabalhar, dentro do universo rural, com os jovens através dos momentos estudantis, com grupos marginalizados socialmente, partindo da conscientização política de uma fé ligada à ação, à crítica, à prática por melhorias sociais, uma luta pelo bem comum, o bem estar das massas por anos oprimidas e excluídas do processo político.

Criou-se uma rede de solidariedades entre as bandeiras cidadãs e de cunho esquerdistas, unindo os vários grupos, partidos, intelectuais e instituições em prol de discutir e tratar das necessidades do cotidiano agravadas pela desassistência do regime. O retorno da democracia no Brasil não significou dizer que trouxe resolução para os problemas sociais, políticos e econômicos. O desemprego e a desigualdade ainda estavam atingindo drasticamente os setores mais pobres, bem como a má educação, saúde e infraestrutura. O final dos anos de 1980 termina sob uma cidadania construída com sombras de esperança e ondas de incerteza.

1.2 Mulheres, Teologia e Movimento

A década de 1960 é vista como marco de importantes transformações sociais e políticas não só na história do Brasil como do mundo, de uma maneira geral protagonizada, especialmente, por jovens ligados aos movimentos populares, da contracultura. Uma década marcada pela contestação social. Na África, viviam-se processos de independência, na América Latina assistia-se à ascensão de ditaduras e os movimentos contra o regime, nos Estados Unidos a contracultura, na Europa havia revoluções estudantis e grevistas. A luta pelo reconhecimento dos direitos civis tomava conta o espírito mundial, reforçando o crescimento das esquerdas democráticas e populares.

Durante a ditadura militar no Brasil, esse protagonismo de esquerda em comunhão com a sociedade civil estava organizado, especialmente, pela Igreja Católica, através das pastorais ligadas à Teologia da Libertação. De início, essa mesma instituição que fora defensora da intervenção dos militares, tornou-se ao longo do processo opositora do regime.

Unindo-se aos grupos civis e populares, a Igreja levantou as bandeiras de luta das diversas organizações civis e, em especial, os movimentos ligados ao campo, aos sindicais rurais. Também esteve ao lado das mobilizações operárias, ecológicas, de mulheres, negros e

índios. A reunião dessas bandeiras protagonizou no seio social, marcado por práticas políticas e econômicas excludentes, ditatoriais e machistas, atuações singulares, reconfigurando o cenário dos movimentos sociais no Brasil durante e depois da ditadura militar (GOHN, 2013).

Não só no Brasil, mas na América Latina como um todo, a atuação da Teologia da Libertação teve papel fundamental, à medida que trabalhava diretamente com o público atingido pelas mazelas sociais, agravadas pelas ditaduras. A expressão teologia da libertação “surgiu há vinte anos, na pena de autores latino-americanos que buscavam na doutrina cristã uma resposta nova aos graves problemas sociais do continente” (CATÃO, 1986, p. 7).

Essa nova visão dada à cultura e prática cristã traz em seu cerne a injustiça e opressão como os principais ingredientes da desigualdade social. Essa teologia prega a não aceitação do mundo como ele é, ou seja, não aceitar a pobreza e os preconceitos de forma passiva, mas ligados às práticas políticas e econômicas do Estado. A denúncia desses modelos torna-se a principal missão e o fiel adepto o seu protagonista.

Os teólogos buscaram nas ciências modernas as explicações para a miséria que assolava grande parte do continente. O marxismo, por exemplo, tem sua participação especial, influenciando muitos fiés à revolução, ao confronto direto com as autoridades. Via-se a transformação de uma Igreja que reza a uma Igreja que participa, que atua, que interfere no meio social, fazendo dos seus adeptos instrumentos de mudanças e rupturas políticas.

Em fins da década de 1960 no Brasil, os grupos católicos, como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC), deram apoio importante na educação de leigos sobre seu papel e atuação no cenário político do país, alertando e conscientizando para o engajamento social, levando uma evangelização transformadora do mundo.

A crise de civilização que passava o mundo, com pessoas desacreditadas e fragilizadas pela miséria e pobreza, permitiu a geração de campanhas geradoras de esperança, criando sentido para viver e de estar no mundo. Teólogos da Igreja Católica, preocupados em dar conta dessas debilidades sociais, buscaram doutrinas que faziam da fé não só um pilar espiritual, mas uma crença engajada, solidária e combativa (CATÃO, 1986).

Dessa forma, surge a Teologia da Libertação como um questionamento feito por líderes eclesiásticos preocupados em dar sentido à vida, em cuidar da vida, especialmente daqueles mais pobres e oprimidos, desesperançosas de mundo melhor. A libertação, enquanto realidade histórica, viria pelos sentimentos de opressão, de exclusão, exploração, dominação, sentidos pelas camadas marginalizadas. Libertar esses sentimentos em benefício de uma transformação social tornou-se ponto de partida dos adeptos dessa teologia.

O homem moderno tomou consciência de que seu destino histórico é libertar-se. Liberta-se interiormente de todos os determinismos que aprendeu a analisar e cujo jugo procura sacudir “arrumando a própria cabeça”. Liberta-se socialmente dos pesados mecanismos de dominação que tantas vezes ele mesmo constrói esses “deuses feitos pelas mãos dos homens”, denunciados na Bíblia. Libertar-se, enfim, política e economicamente, lutando para que a sociedade em que vive seja uma sociedade mais humana, em que os problemas de convivência e de subsistência se resolvam num clima de respeito mútuo e de equidade, com a participação de todos. A luta pela libertação se tornou, numa palavra, o caminho para a humanização (CATÃO, 1986, p. 78).

Liberta-se era a expressão que dominava as pretensões da nova teologia cristã. Humanizando o homem, poderia haver uma conscientização maior para que o engajamento social acontecesse e essa liberdade fosse consequência, assim como a salvação. Por isso, os movimentos libertadores tornaram-se desafios para a fé cristã, disposta a organizar seus seguidores em frentes de reivindicação, contestação e enfretamento pelo mundo melhor, mais justo e igualitário.

Dessa forma, a Teologia da Libertação tem por objetivo desenvolver o espírito crítico das pessoas, inseri-las na discussão do político atrelado a fé, conscientizá-las para que sejam e se vejam como parte do processo de transformação social, que se sintam parte do todo e por isso capazes de agir e lutar por liberdade em um contexto de opressão e desigualdade.

A participação feminina na Igreja Católica tem destaque com relação ao homem, por ser culturalmente dever da mulher rezar. Por penetrar com mais dedicação nas atividades religiosas, esse gênero tem participação fundamental na dinâmica de atuações sociais, seja por meio das Comunidades Eclesiais de Base, grupos de catequese e pastorais, clubes de mães, jovens e mulheres.

Entretanto, as marcas dessa atuação religiosa feminina só vieram ganhar notoriedade com a Teologia da Libertação, reconhecendo a mulher enquanto sujeito social e de importância na configuração do espaço político, entendendo que sua participação não está somente no universo privado, do lar, mas também enquanto cidadã de direitos e deveres.

O fortalecimento das CEBs – um novo jeito de ser Igreja – sem dúvidas abriu espaço para a mulher expressar sua fé, exercer a liderança, e participar de instâncias decisão e de coordenação, organizando atividades festivas, celebrações, escrevendo documentos e reflexões, e contribuindo para incentivar outras a se despertarem para um novo papel dentro da vida da Igreja (CRUZ, 2013, p. 53).

O fortalecimento do papel da mulher dentro dessa instituição inspirou não só sua atuação de liderança frente às atividades propriamente religiosas, mas também nos trabalhos de crítica e contestação social, criando a imagem de uma mulher não apenas de fé, mas também combativa, militante e partidária, líder de movimentos sindicais, populares e sociais de maneira geral.

A Igreja enquanto instituição exerce grande poder sob as pessoas e a maneira como elas se comportam perante a sociedade. Ao longo da história ela – a Igreja – foi um dos contribuintes para que as mulheres não crescessem politicamente, ficassem fora dos espaços de poder, sob a imagem de que os homens são superiores e mais capazes de liderar e deliberar. Por muito tempo, mesmo enquanto participantes dos movimentos sociais, elas não tinham visibilidade, não eram vistas como líderes ou capazes de exercer esse papel.

Entretanto, com as mudanças construídas no pensamento religioso cristão através da Teologia da Libertação, passou-se a colocar em cheque visões como essas, dando por meio dos diferentes papéis sociais, visibilidade à participação feminina no cerne das transformações político-sociais. Durante o regime ditatorial no Brasil, as mulheres tiverem atuação fundamental, fosse nos grupos pastorais, nas CEBs, no movimento contra a Carestia, pela anistia, em greves e manifestações populares e feministas.

Com a saída dos militares do poder no ano de 1985 e com a forte pressão feita pelos movimentos sociais e camadas populares, inicia-se efetivamente a abertura de canais facilitadores para representações de pessoas ligadas aos campos sociais no poder público e político, resultando em uma fragmentação das mobilizações sociais e dos sujeitos protagonistas dessas atuações, entra eles as mulheres, uma vez que passam a atuar não só por meio de movimentos, mas por lugares institucionalizados, surgindo “uma pluralidade de novos atores, decorrentes de novas formas de associativismos que emergem na cena política” (GOHN, 2008, p. 74), não atrelados mais à Igreja Católica.

É importante ressaltar que a Igreja surgiu dentro de um padrão hierárquico, onde a figura masculina sempre esteve no topo da pirâmide, com bispos, presbíteros, diáconos e demais cargos ocupados exclusivamente por homens, endossando uma cultura machista em que acreditava-se ser a mulher um sujeito inferior, devendo ficar restrita as funções domésticas e de procriação (CRUZ, 2013).

É apenas a partir do Concílio Ecumênico do Vaticano II (1962-1965), que esse padrão passou, mesmo que lentamente, a sofrer modificações, trazendo a mulher para dentro dos seus espaços através das Comunidades Eclesiais de Base, das pastorais e catequizações. Entretanto,

o protagonismo principal continua sendo o dos cargos mais altos, aqueles ocupados pelo gênero masculino, reforçando padrões e comportamentos machistas.

Com a renovação das teologias católicas, seguindo o fluxo das mudanças sociais visualizadas pelo mundo, depois das grandes guerras mundiais, a Igreja Católica passa a atender as necessidades do momento, olhando especialmente para os grupos populares e excluídos da sociedade, a exemplo das mulheres, que mesmo não tendo poder de decisão na hierarquia institucional, passou a ganhar mais espaço, fazendo a ponte entre Igreja e povo, movimentos sociais e políticas de esquerda (CRUZ, 2013).

Assim vai se constituindo o início do século XXI, sendo marcados por um renovado cenário de sujeitos históricos, agindo por meio de políticas sociais e públicas representadas a partir de redes religiosas, jurídicas, conselhos, fóruns, audiências públicas, que se relacionam com os espaços locais, regionais e internacionais, no sentido de fortalecer a participação das camadas populares dentro do espaço governamental.

Diante de um contexto social organizado pelos grandes capitais, em que o poder do Estado é diminuído frente às exigências do mercado¹¹, a economia informal ganha espaço, surgindo a necessidade de que órgãos e programas deem conta da grande demanda social de desempregados e pobres que dominava o Brasil.

O campo da sociedade civil ampliou-se em termos de representatividade e temáticas de discussão, seja por meio dos conselhos, organizações não governamentais, programas sociais ou pelos partidos e órgãos de oposição que já faziam esse papel. Agindo por meio de instituições, as representações dos movimentos sociais ganham novos palcos de atuação, não desaparecendo, mas se rearticulando, a exemplo dos movimentos indígenas e agrários, como o Movimento dos Sem Terra (MST), por exemplo.

As articulações sociais entre os diferentes sujeitos políticos atuantes nesse momento, enquadrados no chamado Terceiro Setor, demandam mudanças nos movimentos, gerando a formação de diversos conflitos situados dentro de espaços geográficos configurados por uma economia globalizante e cultural. Mudanças visíveis a partir da:

[...] difusão do uso de novas tecnologias e a expansão dos meios de comunicação, os conflitos étnicos provocados pelos processos imigratórios e pelos deslocamentos migratórios no interior das nações, as citadas novas políticas sociais de caráter compensatório dos governos – central e local –, as demandas multi e interculturais, refletindo na conjuntura sociopolítica que atuam os movimentos, no associativismo existente (GOHN, 2013, p. 25).

¹¹ Sobre essa crise no Brasil ver o livro de Adalberto Moreira Cardoso, *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*, 2003, é um bom caminho de leitura.

Nesse sentido, as mobilizações passaram não apenas a atender o mundo do trabalho, mas avançaram sobre questões voltadas para a habitação, moradia, igualdade no respeito e reconhecimento às diferentes identidades existentes no Brasil. Sem deixarem de atuar socialmente, mas agora de forma reorganizada, os movimentos sociais se encontraram diante de uma nova estrutura social e política, não mais religiosa, necessitando do desenvolvimento de outros suportes de sustentação para permanecerem atuantes.

As pautas de debate durante os anos de 1990, diferentemente da década de 1980, centravam-se nos temas de maneira mais ampla, e não mais nos sujeitos em propriamente. Agravava-se a seca, o desemprego, a fome, a falta de moradia e de assistência a saúde e educação, dessa forma, o foco ficava direcionado as temáticas, chamadas de movimentos progressistas e combativos, que durante os anos de 1990, tiveram o gradativo afastamento de um grande aliado: a Igreja Católica (GONH, 1997).

Os objetivos, as identidades, as práticas constroem diferentes olhares sob um determinado tema ou atitude. A dinâmica social muda com o tempo, assim como os lugares e interesses, havendo dessa forma a renovação de modos de agir em sociedade, por isso, é natural que aconteçam distanciamentos e rupturas.

Ao longo de 1990, uma década marcadamente neoliberal, o não diálogo do governo com os movimentos sociais se tornava algo cada vez mais corriqueiro, uma vez que a ala elitista participante de mobilizações anteriores, agora estava voltada para as políticas capitalistas e internacionais, embriagada pela ideia de crescimento econômico fantasiado pelo Estado, esse sucateado pelas exigências do mercado, chave do neoliberalismo, lançava mão dos aparelhos estatais e inicia um processo de privatizações.

Antipopular, a ideologia neoliberal, que marcou o Brasil nesse período, pregava, entre outras coisas, a modernização da indústria, a inserção do país no mercado internacional, a valorização do setor privado e empresarial, a diminuição exponencial de participação do Estado na economia, prejudicando os pequenos empresários e agricultores, levando muitas empresas de pequeno porte, e as que não se adaptaram ao novo sistema econômico, à falência.

Na era das grandes indústrias, o desemprego se tornou constante, a precarização do trabalho algo real e efetivo, a pobreza cada vez mais acentuada, gerando forte desigualdade social, tempos marcados pela supremacia do mercado, do financeiro e do privado sobre o público e popular.

É nesse cenário que os movimentos e atuações sociais necessitaram agir a partir de outras esferas de poder, com representação dentro de espaços capazes de conceber mais força

frente à nova e impulsiva economia de mercado, em que os pobres estavam à margem do processo.

As *redes de mobilizações e organizações civis*, de acordo com Gohn (2013), denominaram a entrada na cena social e popular de novos e diferentes grupos e atores coletivos. São nesses espaços e relações que entram em cena os diferentes sujeitos sociopolíticos e culturais no cenário de luta nacional, trazendo discussões e debates sobre várias temáticas, indo desde a biodiversidade até as lutas étnicas, criando teias de sociabilidades através de ONGs, movimentos populares, associações comunitárias, fóruns, conselhos, câmaras, sindicatos e partidos, ganhando dimensões tanto nacionais como internacionais.

Assim como os movimentos sociais, essas redes são construídas enquanto caminhos de ações em torno das mudanças em sociedade, com vistas à valorização da inserção social e ao fortalecimento do ser cidadão. Coletivamente, sujeitos se agrupam para lutar por transformações na sociedade e incluir pessoas neste espaço, para que possam expressar seus questionamentos, insatisfações e desejos. São manifestos que se estruturam a partir de diferentes áreas temáticas e eixos de discussão. Grupos da sociedade civil que agem de acordo com a problemática a ser defendida.

Por isso entram em campo, junto com os confrontamentos e lutas, as ONGs, as políticas públicas, as associações e entidades sem fins lucrativos, como novos sujeitos atentos às necessidades e melhorias sociais, possibilitando serem veículos de reivindicação e promoção da cidadania, à medida que exige, questiona e inclui. São atuações que se dedicam não só às lutas ideológicas e políticas, marcadamente presentes nos movimentos até 1970, mas penetrando também por outros eixos temáticos, como o ético, o de gênero, o religioso e os étnicos. São ações que ora partem da sociedade civil, ora de espaços institucionalizados, estes em grande parceria com o Estado, poder que à medida que participa, tenta controlar as organizações em torno dos seus interesses e perspectiva.

Esse novo cenário de atuações sociais tem por caráter o de educar, seja para a inclusão social, seja para garantir a cidadania ou para conscientização da importância das culturas políticas presentes nos espaços de luta. São movimentos que possuem identidades, que lutam pela diversidade cultural e pela justiça social, pela solidariedade e autonomia, que fazem negociações, inclusive políticas, pelo bem-estar da sociedade. Manifestações que têm por intuito o educar pelos diferentes campos de ação e se gerir pelos diversos espaços de diálogo e luta (GONH, 2013, p. 20).

O que antes se via nos movimentos sociais era uma identidade política, agora, há uma política de identidade, coordenada não somente pela sociedade civil, mas por gabinetes estatais, sucumbindo à luta política pelos próprios poderes políticos, interessados no controle social, alterando consideravelmente a estrutura dos movimentos. As carências da sociedade passam a ser observadas por diversos olhares, sejam ele de gênero, raciais ou étnicos, por exemplo, e tentam ser resolvidos de maneira múltipla, seja por meio de ONGs, sindicatos, câmaras e demais organizações que compõem as redes de mobilizações e associações civis.

As mulheres entram nesses espaços como sujeitos, que, mesmo imersos numa cultura machista predominante, nunca deixaram de intervir na sociedade, promovendo, pelos diferentes lugares de poder a reorganização e transformação do espaço social, político e econômico. Sujeitos históricos que sempre estiveram dentro das organizações civis e populares, enfrentando tanto os preconceitos e desigualdades sociais, como também o de gênero, promovido, inclusive, pelos seus próprios companheiros de luta. Em busca pela cidadania e reconhecimento de direitos, as mulheres embarcam não apenas em atuações coletivas, mas também em suas próprias lutas e reivindicações, pondo-se como força e olhar indispensáveis na defesa dos oprimidos e excluídos da sociedade.

No Brasil, embora a “análise da participação das mulheres nos movimentos privilegiou a relação entre reivindicações e necessidades ligadas à esfera da reprodução, a saber, aquelas especificamente ‘femininas’” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 8), elas começam a aparecer na história como participantes ativas dos movimentos sociais através dos seus posicionamentos como, por exemplo, mães e esposas de prisioneiros políticos durante a ditadura civil-militar, defendendo lutas em favor da liberdade e da democracia.

Com o processo de abertura política e, posteriormente, da redemocratização, no Brasil vivenciaram-se reorganizações sociais que tiveram a participação ativa de mulheres, seja nos partidos de esquerda, nas mobilizações sindicais, na luta pela anistia ou por meio dos clubes de mães, associações de Bairro, grupos ligados à Igreja Católica, formadores de uma mentalidade questionadora e reflexiva dos problemas sociais (SOUZA-LOBO, 1991).

Essas atuações deram espaço para que elas entrassem para as pesquisas acadêmicas não apenas como sujeito pertencente a um grupo de interesses coletivos, mas como sujeitos históricos, tão responsáveis quanto os homens das transformações que se gestam em sociedade.

Com a ditadura no Brasil, o papel e as áreas de atuação das mulheres sofreram ressignificações importantes, criando várias bandeiras de luta e insatisfações sociais. Existia a mulher de esquerda que lutava por direitos políticos, a feminista que lutava pela igualdade de

gênero, as intelectuais que buscavam mais lugar nas universidades, a sindicalista, a mulher das lutas populares que exigia mais saúde, educação, moradia, saneamento básico, diferentes estilos e correntes marcados pela “resistência ao regime autoritário, a busca de uma nova utopia, a experiência do exílio e as práticas políticas no masculino e a divisão entre vida privada e vida política” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 9).

A amplitude e transversalidade que marcavam essas bandeiras, além da busca por mudanças nas relações entre masculino e feminino, deram aos movimentos de mulheres uma caracterização dinâmica e aberta para que outros pontos de reflexão fossem possíveis, como por exemplo, a questão da cidadania, tema durante o período de redemocratização e que casou com as reivindicações sociais propostas.

Ao longo dos anos de 1980 a discussão dos direitos e da cidadania ganha cada vez mais espaço, facilitando o debate em torno das carências populares, dos grupos excluídos e marginalizados, da pobreza, do desemprego.

É válido ressaltar que, mesmo diante de um cenário de aberturas políticas e sociais, a questão da cidadania feminina, ou seja, do reconhecimento dos seus direitos e deveres enquanto cidadã, estava atrelada e limitada, ainda, à maternidade, ao tipo de trabalho desenvolvido e pelo grau de reconhecimento pelo Estado, temática debatida desde o início do século XX. Viam-se as mulheres nos movimentos, nos registros fotográficos, mas não as ouvia-se, não se fala sobre elas ou sobre suas visões e interpretações sobre os movimentos e suas participações na vida pública.

Com a Constituição de 1988, a condição da mulher enquanto cidadã foi sendo construída lentamente, tornando-se tema de debate nas políticas públicas e governamentais. De acordo com a constituinte, os espaços para as mulheres foram se abrindo através de emendas populares e audiências públicas a quais ouviam e participavam os agentes sociais organizadores dos movimentos. À medida que o povo estava inserido na nova Constituição, a mulher se enquadrava enquanto sujeito pertencente à cidadania, enquanto trabalhadoras assalariadas.

Entretanto, mesmo com a promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988, assegurando importantes direitos sociais, em especial de mulheres, as velhas práticas políticas, como a corrupção, estavam por toda parte, o que agravava os problemas de má gestão e desarrumada o crescimento da democracia.

Diante das mazelas e descasos que atingiam principalmente as camadas pobres do Brasil, surgem da sociedade civil sujeitos preocupados em minimizar com as carências e desigualdades, a exemplo das organizações não governamentais sem fins lucrativos que se

instalaram no Brasil e se multiplicaram a partir da década de 1990. Essas instituições surgiram tanto por motivações religiosas, como políticas, e tinham por caráter defender os interesses de grupos distintos, em sua maioria, desassistidos pelo poder público (GOHN, 1997).

Dessa forma, o surgimento desses grupos e associações no Brasil, pós-redemocratização, demonstram uma nova faceta dos movimentos sociais, desdobrando-se em mais sindicatos, ONGs, conselhos, partidos, entrecruzados por interesses pontuais e coletivos e práticas distintas, as quais dialogam e criam redes de solidariedade.

1.3 As ONGs e o novo cenário de atuação social no Brasil

Desde 1980 que os movimentos sociais, em sua grande maioria, associados a alas da Igreja Católica adaptadas à Teologia da Liberação, traziam novos sujeitos ativos em sociedade, personagens que agiam pela transformação dos espaços e melhoria na qualidade de vida dos grupos mais carentes. A própria conjuntura política da década possibilitou o fortalecimento de práticas populares, permitindo o aparecimento de redes capazes de amparar lutas e reivindicações sociais.

Entretanto, é ainda nessa década, segundo Gohn (1997), que os movimentos sofrem declínios consideráveis, saindo mais do campo da prática para o da reflexão, e dando espaços aos novos agentes. O resultado disso está na reunião de diferentes motivos:

[...] destacando-se as alterações nas políticas públicas e na composição dos agentes e atores que participam da implementação, gestão e avaliação das mesmas políticas; o consenso, a generalização e o posterior desgaste das chamadas práticas participativas em diferentes setores da vida social; o crescimento enorme do associativismo institucional, particularmente nas entidades e órgãos públicos, que cresceram muito em termos numéricos ao longo dos anos 80 absorvendo grande parcela dos desempregados do setor produtivo privados; o surgimento de grandes centrais sindicais; o surgimento de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais populares, especialmente no setor da moradia; e, fundamentalmente o nascimento e crescimento, ou a expansão, da forma que viria a ser quase que uma substituta dos movimentos sociais nos anos 90: as ONGs (GOHN, 1997, p. 28).

Entre esses e outros motivos, como por exemplo, a incorporação das indignações sociais aos partidos políticos, diminui a capacidade articuladora e mobilizadora das inquietudes populares por meio dos movimentos sociais. Os militantes e ativistas passam a preencher mais espaços institucionais, como as ONGs, à medida que se afastavam das bases dos movimentos.

Dessa forma, durante os anos de 1990, temos uma reorganização das lutas e espaços sociais. O movimento social mais combativo, frágil e fragmentado, dava lugar à atuação de novos agentes e atores sociais, sujeitos que partiam de instituições, entidades e órgãos que facilitavam o diálogo entre estes espaços e o poder público de forma mais diplomática, por meio, inclusive, de parcerias, mesmo que aparentemente defendessem o seu caráter autônomo em relação ao Estado. “O crescimento das ONGs e as políticas de parcerias, implementadas pelo poder público” (GOHN, 1997, p. 34), constituem-se como novas formas de atuação da sociedade civil frente aos questionamentos e insatisfações do social, configurando um cenário inovador onde a atuação do povo acontecia por meio de movimentos diferentes daquele mais combativo, militante, já que experiências com atividades corporativas estavam ganhando visibilidade, estas reunidas no chamado Terceiro Setor da economia.

Dessa forma, elas vão atuar junto daqueles que estiveram na escola, mas não conseguiram aprender, vão trabalhar com pessoas que estão fora do mercado de trabalho por não terem tido ou conseguido se qualificar profissionalmente, muitas vezes nem sabendo ler ou escrever, com crianças e famílias carentes, em geral, com pessoas que estão fora do espaço social, que não exercem a prática da cidadania pelo fato de não conhecerem os valores morais e políticos que regem uma sociedade democrática e participativa.

Por isso, é papel das ONGs estimular a participação social e inserir às pessoas nesse contexto, é devolver a dignidade, o respeito e a cidadania às pessoas que se sentem excluídas e oprimidas do processo democrático e político, é dar autonomia e liberdade para que decidam sobre suas vidas e suas formas de está na vida sem perder a visão de que todos fazem parte da história, que são sujeitos importantes e participantes da construção em sociedade.

As ONGs, diferentes dos movimentos sociais de rua que não possuem atuação contínua, pois são movidos por tempos fluídos, sem necessidade de compromisso, estão imersas em um cotidiano burocrático, sob uma atuação de longa duração, com atividades permanentes. Além disso, precisam, por meio de relatórios e atas de reunião, mostrar resultados, bem como orçamentos e balanços, prestações de contas, questões importantes na manutenção do seu funcionamento, garantindo um bom desempenho do trabalho e eficácia naquilo que se propõem fazer (GOHN, 1997).

A forte representação das ONGs frente à sociedade civil durante a década de 1990 é um fator importante na configuração do espaço social brasileiro já que a amplitude de atuação desses espaços se espalhou por todo o país, especialmente em áreas distantes de grandes centros urbanos. Durante essa década, a expansão das organizações não governamentais foi expressiva, o que ampliou as redes e relações de associação civil não só no Brasil, mas por

toda a América Latina, resultante dos investimentos direcionados por instituições maiores, localizadas em outros países como Estados Unidos¹², Inglaterra, Itália, França (GOHN, 1997).

Tanto o cenário internacional quanto o nacional aos quais as ONGs atuam se modificou consideravelmente devido à “globalização econômica e cultural, da reforma do Estado, da hegemonia das políticas neoliberais e de aprofundamento da degradação social daí decorrente (HADDAD, 2002, p. 10)”. Mudanças, que configuraram o sistema socioeconômico da época, bem como a dinâmica das associações e movimentos sociais passaram a receber apoio de cooperações internacionais.

As ONGs passam de apoiadores dos movimentos para se tornarem o novo caminho de execução de atividades sociais, partindo do institucional para atuar frente às problemáticas e reivindicações sociais, em especial as populares, traçando não apenas parcerias com outras entidades e órgãos internacionais, mas como o próprio Estado nacional e poderes locais. O que ressalta em vícios históricos entre a sociedade e o Estado por meio de políticas clientelistas, corporativistas e privativas (LANDIM, 2002).

Entretanto, é importante validar o caráter cultural de esquerda, segundo Landim (2002), que carrega a construção e trajetória das ONGs. No Brasil, elas começam a surgir durante o período da ditadura como veículos articuladores de interesses populares insatisfeitos com o regime político instaurado, e tendo ao longo de suas atuações marcas de conflitos e enfrentamentos com o poder público e local.

Recentemente no Brasil, as ONGs surgem caminhantes nos anos 80 e se expandem durante a década de 90. De acordo com Gohn (2008), em território brasileiro, as ONGs de maior destaque e duradouras são as chamadas *cidadãs*, por terem ao longo do tempo sofrido constantes modificações, importante para o seu funcionamento contínuo, tais como:

- a) a maioria delas adotam a perspectiva de intervenção direta no meio popular e não mais se posicionam apenas como executoras de atividades de assessoria. A intervenção direta confere às ONGs um novo protagonismo: trata-se de exercer um papel ativo, que tem como perspectiva produzir conhecimentos e democratizar informações; b) as ONGs se especializam em temas e assuntos tais como: atuação com mulheres sobre problemas de saúde, crianças e adolescentes (principalmente depois do estabelecimento da ECA); políticas públicas (saneamento, problemas urbanos, e especificidades no seu interior como o orçamento público), formação sindical, produção alternativa no campo (GOHN, 2008, p. 90).

¹² Na década de 50 viu-se nos Estados Unidos a criação de fundos que possibilitavam o assistencialismo a outros países. Fundos que resultaram em fundações públicas como a Inter-American Foundation (IAF), hoje atual financiadora e parceira do Centro de Educação Popular (CENEP), desde 2013.

Atendendo especialmente às demandas do setor popular, as ONGs cidadãs se preocupavam com a saúde, educação, gênero, meio ambiente, moradia cultura, com o bem-estar de maneira geral. Também se tornou preocupação dessas entidades a capacitação dos seus agentes por meio de seminários, oficinas, encontros, cursos e treinamentos tanto vendidos como oferecidos a seus beneficiários, promovendo resultados e transformações no seio social, na economia informal, nos hábitos e costumes cotidianos.

A cidadania foi um tema de grande importância entre o período da redemocratização brasileira e a democratização do país durante os anos de 1990, já que os indicadores básicos de crescimento humano e qualidade de vida cresciam lentamente. Com a atuação acelerada das ONGs na vida social do Brasil, tendo inclusive o apoio do Estado no financiamento de projetos, as mudanças no perfil da sociedade brasileira têm mostrado avanços significativos, especialmente no que diz respeito à alfabetização, à profissionalização e à inclusão social.

Vale ressaltar a expressiva participação da camada média na articulação dessas instituições, voltadas para interesses diversos, como por exemplo, meio ambiente e ecologia, bastante presente na configuração contextual das ONGs no Brasil. Portanto, as ONGs chegam durante a década de 1990 “com um forte e enraizado capital de relações construídos na sociedade brasileira, além de detentoras de uma identidade e de um nome com valor no mercado de bens simbólicos” (LANDIM, 2002, p. 28).

Criadas e mantidas através de projetos de financiamento e parcerias diversas, as ONGs encontram nas universidades diálogos importantes. Entretanto, marcado por um histórico de rivalidades e interesses distintos. Enquanto críticas do Estado e empossadas de um *saber poder*, as universidades encontram nas ONGs organismos que também faziam críticas ao regime, mas para além da crítica, desenvolvem o papel não só de reivindicar lugares, mas também de inserir a massa no seio social. Por isso, essa relação entre as organizações não governamentais, fruto da sociedade civil e a prática na realidade das pessoas, faz com que se crie a imagem de um “novo intelectual” preocupado em tratar dos problemas sociais através de mecanismos de aprendizagem, de capacitação, tendo por objetivo contribuir com a mudança social, diferente do trabalho desenvolvido pelas universidades que muitas vezes não ultrapassam portões do saber, ficando no mundo das ideias.

Mas as parcerias aconteciam, especialmente, no campo da formação dos agentes sociais por intelectuais que tinham interesse ou experiência no trabalho popular e social. Chamados de assessores, esses acadêmicos, em geral, davam sua contribuição na qualificação dos trabalhos das ONGs, oferecendo o conhecimento teórico e metodológico para que as atividades acontecessem e tivessem eficiência.

De acordo com Landim (2002), é na década de 1990 que as relações entre ONGs e universidades sofrem transformações importantes:

[...] basta observar o peso que adquirem nas ONGs os quadros valorizados por sua formação universitária, assim como, por outro lado, a rápida multiplicação de trabalhos acadêmicos, teses, dissertações sobre ONGs, muitas vezes realizadas com base na inserção dupla desses mesmos intelectuais (na academia e nas ONGs) (p. 31).

A amplitude e visibilidade do papel das ONGs, em parte, pelos estudos acadêmicos realizados sobre esse fenômeno, especialmente no que tange a área da sociologia, interessada em explicar as transformações que se gestavam na sociedade naquele momento, fortalece o vínculo entre os dois universos ora distintos, ora parceiros. A constituição de muitos projetos entre ambos, facilitados por intelectuais dos dois campos, tem surtido resultados positivos para a população beneficiada, já que há a troca do investimento financeiro, do conhecimento necessário para a aplicabilidade da proposta e dos agentes, ou seja, a mão de obra para a atuação. Além disso, o reforço dessa relação se dá pela necessidade de unir forças frente aos sistemas políticos e econômicos que se instauraram no Brasil, construídos ainda sob modelos excludentes, opressores e escravistas da população pobre do país.

O sucesso da grande maioria das organizações não governamentais se dá pelo elo criado com outras instituições de *poder e saber*, entre elas o próprio poder público interessado em depositar a responsabilidade social às outras instâncias, motivadas em dar suporte e sustentabilidade às atividades desenvolvidas, sensíveis aos problemas sociais, de vulnerabilidade, marginalização, que na maioria dos casos são de responsabilidade do Estado, mas que na prática são desconsiderados e precarizados. Além disso, grande parte dos projetos é financiada por entidades internacionais, de cooperação mundial, maiores estimuladoras da produtividade e eficiência das ONGs.

Ao longo dos anos de 1990, com as mudanças de desenvolvimento do país, cruzadas com a reforma do Estado e as novas agendas sociais, surge a necessidade de uma maior organização jurídica, facilitando e ao mesmo tempo oficializando as parcerias e relações que tramitam entre poder público e as organizações civis, com o intuito de saber exatamente para quem e como se destinaria os recursos financeiros conquistados (LANDIM, 2002).

Um grande campo de atuação das ONGs foi a educação. Na maioria das vezes, essa influência estava ligada à educação popular advinda dos grupos pastorais, das CEBs, da pedagogia de Paulo Freire. Entre as classificações estavam:

[...] aquelas que se classificam como educação informal, que envolvem a recreação, o esporte ou o uso de meios eletrônicos de comunicação, por exemplo. Outras são de tipo não-formal e tendem a se assimilar práticas escolares sem incluir o controle e a certificação do Estado. Outras áreas educacionais são tipicamente formais, porque são escolas de educação básica, mantidas ou diretamente operadas por ONGs, ou porque são projetos cujas atividades se referem ao mundo escolar, e escolas particulares ou geridas pelo poder público (GHANEM, 2012, p. 53).

Desde o surgimento das primeiras ONGs no Brasil, nos anos 1960, o papel do professor ou do agente educador sempre esteve muito presente, já que eram pessoas do universo acadêmico, da Igreja Católica, dos partidos políticos e intelectuais de maneira geral, que encabeçavam essas instituições vindas da sociedade civil sem fins lucrativos.

Diante de um cenário, onde a educação na Ditadura Militar estava voltada ao capitalismo, a reprodução de ideologias dominantes e ao mercado, o aprendizado de base, que tinha por objetivo emancipar o ser humano e não o alienar, não acontecia, especialmente para os mais pobres. As escolas formais operacionalizavam uma educação direcionada ao capital, o que resultava em uma crescente massa de analfabetos.

Ficava a cargo dessas organizações sociais o trabalho de realizar um processo educativo diferenciado do Estado, ou seja, uma educação voltada para a cultura e práticas populares, para o povo e suas necessidades mais urgentes: aprender a ler e escrever. Paulo Freire foi um grande norteador desse trabalho desde a década de 1950. Sua pedagogia, escanteada pelos interesses do regime militar¹³, tinha por intuito não apenas ensinar a ler e escrever, mas também fazer que nesse processo o aluno desenvolva a interpretação do mundo, da sociedade em que vive, uma educação libertadora e popular.

As ONGs e os movimentos sociais, de maneira geral, apropriaram-se dessa experiência Freiriana e tentaram inserir dentro dos seus trabalhos educativos, oferecendo outra face da educação que era oferecida na escola formal nesse período, a exemplo da educação para jovem e adulto, faixa etária mais afetada pelo analfabetismo no Brasil. O que se queria não era excluir o capitalismo, impondo outro tipo de sistema econômico, mas dar suportes aos marginalizados desse processo capitalista para se inserirem no mesmo.

Com o fim da Ditadura Militar, as ONGs começaram a prestar assessoria aos órgãos públicos no sentido de ampliar as fronteiras da educação no Brasil, afetada pelos projetos e

¹³ Nesse período surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado no Brasil pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 a 1985, pelo regime militar, com o objetivo alfabetizar de forma funcional jovens e adultos. Diferente ideologicamente da pedagogia de Paulo Freire, o Mobral tinha por intuito desenvolver e aproveitar as experiências dos alunos, seja no campo ou na cidade, e ao mesmo tempo ensinando a ler, escrever e calcular. Seu material de ensino era unificado para todo o país, não levando em consideração as diferenças de região, fator que se diferenciava do trato freiriano.

ideologias capitalistas, como forma de valorizar a educação pública e melhorar a condição educativa dos mais pobres. Valorizando os saberes populares, realizando a leitura da realidade vivida, colocando o sujeito social enquanto cidadãos de direitos e deveres e lutando pelo direito à educação promovida pelo Estado, as ONGs desenvolveram um papel fundamental no processo de reorganização educativa no Brasil, o fazem até hoje.

As ONGs enfrentaram na década de 1990 no Brasil outro grande problema social que veio se intensificando com os anos e as mudanças econômicas: a fome. A campanha “Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida” movimentou a sociedade brasileira, especialmente os movimentos, partidos e grupos sociais a se unirem em prol de minimizar com a fome que assolava as populações mais pobres do país. Via relações com o Estado, as ONGs espalhadas pelo Brasil tiveram papel fundamental na distribuição e organização das campanhas no combate à fome, indo desde a atuação nos grandes centros urbanos, às pequenas cidades e comunidades do interior do país.

Envolvidas nos diferentes campos de luta e atuação, as ONGs têm por papel fundamental a luta por melhorias na condição de vida dos mais empobrecidos e excluídos socialmente. Sob a organização de várias identidades, as ONGs têm participação ativa na vida e luta dos diferentes problemas sociais como, questões ambientais e ecológicos, de gênero, etnicidade, pobreza, educação, saúde, marginalização, mas que de forma geral, organizam-se no sentido de levar os direitos civis e humanos à todos, como o direito à felicidade, à qualidade de vida, à não exclusão e a dignidade de uma boa moradia e alimentação, buscando combinar valores individuais e coletivos em que agreguem valores humanos e racionais necessários à sobrevivência no meio social (GOHN, 1997).

É nesse caráter diverso, preenchido de relações e parcerias entre os interesses da sociedade civil e do poder público, que as ONGs se colocam como modernas particularidades fundamentais na reorganização do espaço social brasileiro, como verifica-se a partir da análise de duas ONGs paraibanas, o Centro de Educação Popular (CENEP) e o Centro de Educação e Organização Popular (CEOP). Mas antes disso, entende-se o percurso trilhado até a formação desses espaços, compreendo quais personagens participaram desse processo e quais as lutas necessárias para se chegar até a institucionalização desses lugares, mapeando as práticas, as simbologias, os rituais e tradições culturais formadoras de uma ideologia popular de mudança e atuação social.

CAPÍTULO 2

DA ORAÇÃO À AÇÃO: ATUAÇÃO DE MULHERES NO SERIDÓ E CURIMATAÚ PARAIBANOS

[...] *O povo tá se unindo,
Tá já se organizando.
Uma escola muito boa
Hoje aqui tá começando
Gente vai ficar sabida
Aqui se alfabetizando. [...]*

(Toada das Bonecas, escrito em novembro de 1990. Acervo documental do Cenep).

A Paraíba dos anos de 1990 carregava em sua história política as marcas do clientelismo e do coronelismo, uma vez que seu caráter agrícola ainda dominava a economia e a concentração de pessoas no campo era bastante considerável, embora o processo de migração para a zona urbana fosse visível. Também se vivia um processo emancipacionista. Muitas cidades paraibanas surgiram na década de 1990¹⁴, influenciadas pelo que se visualiza no Brasil diante da conjuntura sociopolítica pós redemocratização e o avanço dos grandes centros urbanos.

A descentralização de recursos viabilizou para muitos cidadãos paraibanos o acesso ao poder público e, a partir dessa acessibilidade, atender às necessidades sociais, tais como saúde, educação, moradia, pavimentação e transporte em territórios ainda distantes dessa realidade. Porém, mesmo as cidades já existentes na Paraíba, especialmente as chamadas “cidades do interior”, a carência e fragilidade das estruturas sociais tornavam suas populações extremamente pobres, famintas e analfabetas.

Essa sociedade estava intimamente ligada ao contexto nacional, marcado por uma grave crise econômica na década de 1980 e pela implantação, a partir dos anos de 1990, de políticas e reformas neoliberais que atingiam todas as estruturas normatizadoras da sociedade, avançando-se, inclusive, de forma direta frente aos movimentos sociais. Além disso, localmente passava-se por uma grave e prolongada seca. A agricultura familiar, afetada pelo processo de modernização do setor agrário desde a Ditadura, tem sua situação agravada pelo

¹⁴ Sobre o processo de emancipação de municípios nos anos de 1990, ver a dissertação de Josineide da Silva Bezerra, *O território como um triunfo: Um estudo sobre a criação de municípios na Paraíba (Anos de 1990)*, 2006.

capital industrial subordinador da agricultura, sendo o agronegócio o grande beneficiário desse processo.

Para além da seca e da pobreza, diferentes motivos levaram a organização de lutas na Paraíba. Entre as décadas de 1950 e 1960, movimentos sindicais e do campo foram constantes, a exemplo da luta operária na cidade de Rio Tinto¹⁵, que se acentuou entre os anos de 1959 e 1964, e os movimentos sindicais rurais no Brejo, que resultaram nas chamadas Ligas Camponesas, organizadas por toda Zona da Mata paraibana¹⁶. Viam-se emergir nessas regiões pessoas de ação, de luta, sendo muitas delas mulheres engajadas à frente dos movimentos.

O papel dessas mulheres influenciou na dinâmica no restante do Estado. Os movimentos que se formaram entre as décadas de 1980 e 90 nas regiões do Seridó e Curimataú paraibanos, onde mulheres desempenharam papéis pioneiros, são resultados de trajetórias e experiências que perpassaram os limites locais, mobilizando outros sujeitos e outras lutas.

Esses foram engajamentos sociais que deixaram marcas não só nas mudanças em sociedade, mas também nas artes, nas religiões, na cultura, na educação, construindo uma cultura política própria daquele espaço. Mulheres que em sua maioria buscavam, através da expressão artística, compartilhar desejos, insatisfações, sentimentos que afligiam a sociedade naquela época. *Mil formas de fazer e saber*¹⁷ que descrevem as formas de atuação em sociedade:

Vamos irmãs de luta,
Trabalhar com dignidade
E neste mundo sofrido,
Construir fraternidade
E trabalhando unidas
Ter um mundo de igualdade.

(Luisa Marques dos Santos, 1991)

¹⁵ Sobre as lutas operárias em Rio Tinto, ver: VALE, Eltern Campina. *O sindicato têxtil da cidade-fábrica Rio Tinto: espaço de poder e de disputas políticas (1959-1964)*. In: CAVALCANTE NETO; GUEDES, Paulo H. M. de Q.; SANTOS NETO, Martinho G. dos (Orgs.). **Cultura e poder político**: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2012, p. 293-321.

¹⁶ Sobre as Ligas Camponesas na Paraíba, ver. BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em Marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

¹⁷ Para Michel de Certeau (2008) as “maneiras de fazer” estão ligadas ao consumo, visto como atos astuciosos, que acontecem de forma dispersa, “silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante” (p. 39). Essas “maneiras de fazer” formam “mil práticas” pelas quais os “usuários se reappropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural” (p. 41) e estabelecem outras formas de consumir o que possuem e o que sabem, tecendo no cotidiano práticas particulares.

Esses foram versos escritos pela agricultora, professora e escritora Luisa Marques, conhecida como Dona Mocinha, para o *Encontro de Mulher*¹⁸, que ocorreu na cidade de Nova Palmeira, no dia 10 de março de 1991. O que se nota é um chamado para a luta social, uma convocação para o enfrentamento das carências de um povo sofrido, mergulhado em desigualdades, desemprego, fome, sede, falta de assistência na saúde e educação.

A escrita é a marca das mobilizações sociais em todo país, e durante as décadas de 80 e 90 demarcou uma característica importante da atuação feminina seridoense e curimatenha. Cartas, versos, rimas, músicas e poemas, eram instrumentos constantes, ferramentas para a conscientização e organização popular.

Eram, entre muitas delas, os nomes (e nesse caso, apelidos) de Nega Lourdes, Marizinha, Tedinha e Mocinha, que ecoavam, o que pudemos verificar ao longo das dez entrevistas realizadas. Nas palavras dos entrevistados, eram essas mulheres que se inseriram diretamente na organização de lutas cotidianas por melhorias sociais, como alimentação, pois havia muita fome, saúde, pois era extremamente precária e quase inexistente, educação, porque era o veículo condutor para conscientizar a todos do seu papel de cidadãs, providas de direitos e deveres. A cultura vinha nas entrelinhas, atuando por meio de canções e poemas, proporcionando naqueles momentos de “fome”, divertimento e alegria.

O cenário social dos anos 90 é resultado de um processo de desgaste político e econômico vivido após ditadura, seguida pelo processo de redemocratização do país, marcados por baixos salários, desemprego e péssima qualidade de vida de maneira geral¹⁹, fatores que fizeram com que diferentes grupos passassem a atuar em sociedade buscando melhorias.

No Seridó e Curimataú paraibanos, durante as décadas de 70 e 80, são os grupos ligados à Igreja Católica, organizados, em sua maioria, de acordo com a documentação pesquisada²⁰, por mães, donas de casa, agricultores, estudantes, professoras, que dão norte à organização de uma mentalidade voltada para a ação popular, em vista de um cenário

¹⁸ De acordo com o relatório de atividades, este foi um evento organizado pela ONG Centro de Educação Popular, reunindo tanto as mulheres engajadas nas lutas sociais, quanto as mães das crianças assistidas pela entidade, tendo por objetivo discutir os problemas da sociedade e as formas de como seria possível atuar para minimizar com as fragilidades encontradas.

¹⁹ Em nível nacional, durante o período do “milagre econômico” (1968-1973), segundo Gohn (2012), visualiza-se um contexto de forte repressão pela Ditadura Militar, esse que os maiores investimentos destinavam-se aos grandes empresários e multinacionais que se instalavam no Brasil a partir do acelerado avanço do capitalismo. À medida que reforçava a entrada de grandes empresas no país, “as massas populares em geral sofriam com o arrocho salarial” (107). Ao longo dos anos 70 uma forte crise econômica se instaura e fortalecendo as carentes vivenciadas pela população pobre.

²⁰ Fotografias extraídas em blogs; atas de reunião de Câmara Municipal e do STR; relatórios de atividades, de encontros e de seminários, projetos, correspondências, ofícios, abaixo-assinados, produções artísticas (poemas, músicas, paródias, contos, versos) encontrados nos acervos documentais das duas ONGs.

marcado por líderes políticos indiferentes às problemáticas. Havia os Clubes de Mães, para ensinar a educar e cuidar dos filhos, os Clubes de Jovens, para formar uma consciência crítica, política e cidadã, além da formação religiosa e moral.

Nesse cenário, têm grande importância as alas da Igreja Católica adeptas à Teologia da Libertação, voltadas para uma teologia politizada, que surgem em um contexto de acentuadas fragilidades sociais, em meados do século XX. Tendo na América Latina seu grande palco de atuação.

Sendo uma nova tendência dentro da Igreja, como foi dito anteriormente, a Teologia da Libertação leva aos fiéis uma fé que não fugia de um pensamento político. A intenção era adentrar no cotidiano dos seus seguidores, dando-lhes formação crítica e questionadora da realidade social diante dos direitos cidadãos, do respeito às diferenças, das desigualdades sociais. Auxiliando as lutas populares no engajamento direto, os religiosos adeptos dessa teoria buscavam contribuir para a minimização das carências e fragilidades básicas que assolavam a população pobre, especificidades que, ao longo dos anos, acarretaram em desconfortos não apenas dentro da própria Igreja, mas com os poderes públicos, que estiveram ligados desde a era colonial no Brasil (SILVA, 2006).

O cenário social era de péssima qualidade de alimentação, facilitando a emergência de doenças. O índice de mortalidade infantil era alto²¹. A assistência à saúde era mínima. Dificilmente havia médicos, o que agravava o quadro dos doentes. No campo econômico não havia poder de compra. Apenas algumas famílias, em geral, às elites políticas e fazendeiros que detinham esse poder. A geração de renda era mínima e o comércio escasso. Era preciso ir a outros lugares, centros comerciais, para poder vender e comprar.

Por parte das autoridades administrativas havia negligência na agricultura, que passava por grave crise hídrica, em que mulheres precisavam trabalhar com a família no campo para garantir o sustento diário, um trabalho realizado sem garantias, a exemplo dos STR que não cobriam de direitos a mão de obra feminina.

Diante disso, algumas professoras se sobressaiam. Mesmo sendo a educação precarizada por falta de incentivos, eram as professoras, em sua maioria, as protagonistas sociais. Mulheres, que por meio de um olhar sensível, tentavam levar para dentro da sala de aula ensinamentos que pudessem contribuir para a diminuição das dificuldades vivenciadas:

²¹ De acordo com o IBGE 2010, a taxa de mortalidade infantil na Paraíba na década de 1990 era de aproximadamente 77,5% entre 83,7%, em nível de região, 74,3% no Nordeste, caracterizando a mais alta de todas entre as grandes regiões do país.

Uma das ações que me lembro ter realizado com os alunos da zona rural, onde ensinava, foi o plantio de hortas com os alunos, que enriquecia a merenda escolar, era uma variedade enorme de hortaliças plantadas nos padrões exigidos por um técnico da [Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural] ANCAR²².²³

Esse foi um trabalho realizado pela professora Terezinha Medeiros, conhecida como Tedinha, na zona rural da cidade de Nova Palmeira, em parceria com o Clube 4-S²⁴ do qual fazia parte. Ela associava seu trabalho educativo com sua prática social, realidade visualizada em outras cidades, diante das carências que acometiam a sociedade e as necessidades de sobrevivência. A partir das salas de aula, eram ministrados não só conteúdos paradidáticos, mas também técnicas que condicionassem conviver com as condições climáticas e econômicas da época.

Em quase tudo tinha palestra. Vinha gente de fora, né?! E elas se empenhavam muito pra gente fazer um clube de... Como é que a gente diz? Um Clube de Mãe. Eu ainda fiquei aqui no Clube de Mãe uns dias. Era muito bom. No Clube de Mãe aprendia a fazer muita coisa, mas como a minha casa era cheia de menino, eu vinha umas horinhas, num sabe?! Aprendia a fazer crochê, aprendia a costurar, aprendia tudo quanto a pessoa quisesse fazer.²⁵

Nesse depoimento, Dona Mocinha fala dos trabalhos desenvolvidos pelas professoras da zona rural, que também eram membros da Comunidade Eclesial de Base (CEB) da cidade e animadoras pastorais, fazendo por meio da escola e da religião, um caminho alternativo de vida, ofertando cursos, palestras, saberes, técnicas e informações necessárias para minimizar com as carências locais.

Trabalhos como esse não se restringiam apenas à zona rural. O diálogo e organização das professoras, tanto do campo como do meio urbano, propiciaram exercícios similares nos diferentes espaços sociais, à medida que ofereciam técnicas sobre como cuidar da alimentação e saúde das crianças por meio do tratamento de doenças mais simples, como gripe, febre ou

²² A Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (Ancar), hoje substituída pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), tinha por objetivo desenvolver planos e atividades na agricultura e no campo.

²³ Terezinha de Jesus Medeiros (Tedinha). Professora aposentada, atualmente trabalhando no Parfor (Plano Nacional de Formação de Professor de Educação Básica). Entrevista concedida à autora, em 16 de março de 2014.

²⁴ O Clube 4-S (Saber, Sentir, Saúde e Servir) surgiu no Brasil aproximadamente na década de 1950, por meio dos programas de assistência a agricultura, muitos pela Ancar, instituição ligada ao poder público, com o intuito de reunir jovens da zona rural para discutir técnicas de cultivo e plantio. (GOMES, 2013).

²⁵ Luisa Marques dos Santos (Dona Mocinha). Professora e agricultora aposentada. Entrevista concedida à autora, em 20 de dezembro de 2013.

diarreia. Havia no Brasil um diálogo muito forte entre o campo educacional e o religioso no intuito de reduzir os problemas mais básicos e urgentes da sociedade, o que refletiu diretamente nas mesmas relações no Estado da Paraíba e em seus pequenos municípios.

Por parte dessas organizações comunitárias também existia a preocupação com a renda familiar, no sentido de desenvolver atividades que ampliassem o poder aquisitivo das famílias. Trabalhos com artesanato, por exemplo, eram bastante disseminados nos grupos, capacitando pessoas para que com seu trabalho pudessem contribuir financeiramente em casa. Havia também atividades no campo culinário, como a produção de doces, fator que naquele período contribuiu de forma significativa com a renda familiar. Um trabalho essencialmente feminino, pois não há registro da participação de homens.

Ao longo das cartas encontradas no acervo documental do Centro de Educação Popular, entre os anos 1974 a 1979, pode-se verificar essa realidade, na qual diferentes ações comunitárias, seja por parte da Igreja, seja por parte das escolas, tentavam lidar com os problemas mais urgentes da população, seja o da fome, da sede, da assistência hospitalar ou educacional, dialogando no sentido de construir redes fortalecidas de atuação.

A maioria das correspondências foram trocadas entre o Frei Afonso Horácio Leite que, na época se encontrava em São Paulo, e Nega Lourdes, uma das líderes do Grupo de Mulheres da Igreja Católica em Nova Palmeira. Nas cartas, além da descrição do contexto social, o que se enfatizava era a não desistência dos sonhos e a perseverança nos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres na cidade e região para que não desistassem de lutar pelas causas do povo, pelas causas sociais sem perder a fé, como podemos verificar em um trecho da carta escrita em 29 de julho de 1979, enviada da cidade de João Pessoa a Nova Palmeira:

A gente precisa ter uma equipe que se sustente umas as outras, equipe de vida, equipe de oração, equipe de amizade, equipe de trabalho. A base é a descoberta na fé das coisas do Pai e da causa do povo. Na intimidade com o pai e na convivência com o povo vamos descobrir, como fez Jesus Cristo, que a causa do povo são as coisas do Pai, das quais eu sou chamado a cuidar. Daí nasce o compromisso na fé e na caminhada da esperança.*

Padre na região durante o início dos anos 1970, Frei Afonso era adepto da Teologia da Libertação, por isso atuou nas comunidades no sentido de penetrar na mentalidade social intencionando organizá-las criticamente, fazê-las instrumentos de reivindicação para as melhorias necessárias. Podemos verificar isso quando ele diz em uma das cartas: “Mas vocês

* AFONSO, Frei. [Carta] 21 de julho de 1979, São Paulo. [para] LOURDES, Nega Nova Palmeira. 3f. Pedido de informações sobre as organizações de mulheres na região (Acervo particular de Nega Lourdes).

são ainda mais fortes e serão capazes de vencer e ajudar as crianças, os jovens, os adultos e as mulheres a se libertarem” (AFONSO, Frei. [Carta] 21 de julho de 1979, São Paulo).

Os resultados de todo esse trabalho, do diálogo entre ensino e religião, ficaram explicitados no censo de 1991, no qual cidades daquelas regiões tinham crescentes índices de alfabetização. Nova Palmeira, por exemplo, tinha mais de 50% da sua população alfabetizada acima dos cinco anos de idade, um dos poucos municípios a atingir essa escala. O analfabetismo no Brasil ainda era drástico, com índices gritantes entre crianças e adultos. Nesse sentido, muitos trabalhos se voltaram à prática de alfabetizar jovens e adultos. Educação também é luta social e o profissional da área precisa se reconhecer como sujeito de ação (ORSO; GONÇALVES; MATTOS, 2013).

Nesse sentido, entende-se que neste trabalho o direcionamento dado pela educação em parceria com as atividades realizadas pela Igreja Católica na organização social foram significativas para a sistematização de experiências coletivas e individuais, formando um clima propício à crítica e à reivindicação de direitos por parte da população, fazendo surgir pessoas voltadas para a luta por uma sociedade mais justa e igual, oportunizando melhorias na vida de muitos.

Com a reorganização de parte da Igreja Católica, a partir da Teologia da Libertação, a recepção de projetos sociais e ações de cunho assistencialista contribuía no sentido de organizar o pensamento em sociedade, especialmente o do mundo feminino, mais voltado às atividades religiosas. A visão politizada proporcionada pela Teologia da Libertação permitiu abrir caminhos possíveis ao engajamento social e à organização popular.

Eu estudei pra ser freira, né?! Isso aí eu passei quatro anos estudando no noviciado, e eu acho que a minha formação não foi a universidade. Não foi cinco anos de universidade, nem dois anos de mestrado, não foi isso, foi essa vivencia no qual tivemos. A igreja contribuiu, o Partido dos Trabalhadores contribuiu pra eu ser gente, porque tinha momento de reflexão, de conversa, entendeu?! Esse desprendimento, porque fazer movimento social não é fácil.²⁶

Percebe-se, a partir da fala da depoente, a importância da formação religiosa nas suas convicções sociais, no desenvolvimento do senso crítico e engajamento social. Adentrar em espaços de luta, de mobilização popular, exige um processo de tomada de consciência, de compreensão de luta e organização, além da disponibilidade em fazer parte desse processo.

²⁶ Aparecida Firmino da Silva (Cida). Assistente social e coordenadora institucional do Ceop há 20 anos. Entrevista concedida à autora, em 24 de março de 2016.

A participação em grupos e pastorais da Igreja Católica contribuiu no sentido de formar uma mentalidade diferente sobre os vários aspectos que circundam o ser social, como cidadania, política, sociedade, participação em assuntos de interesse público, poder, direitos e deveres, o que permite formar aquilo que os historiadores chamam de cultura política, ou seja, a combinação de normas e valores compreendidos e partilhados de forma coletiva, movendo e motivando atuações sociais, elementos que socializados formam uma maneira de pensar e agir, no mundo, de se organizar a partir do lugar que ocupam, operando sobre os mesmos comportamentos políticos e sociais (BERSTEIN, 2009).

Os movimentos populares, por exemplo, sempre sofreram rejeições e resistências por parte do poder público, uma vez que assumem a postura de críticos das gestões, sendo o contraponto da não atuação em sociedade por parte dos administradores. A cultura política que está envolvida nesse contexto é resultado de lugares, épocas, regras éticas e sociedades diferentes. No Seridó e Curimataú a organização de grupos populares se deu por meio de experiências de enfrentamento e reivindicação já direcionadas pelos trabalhos da Igreja Católica desde fins da década de 1970, à medida que realizam palestras com agricultores, jovens e mulheres para tratar de assuntos de seus interesses, quando discutiam sobre a formação de um cidadão livre e crítico. Essa organização do pensamento social impulsionou a formação de uma mentalidade voltada para as causas sociais, fazendo surgir no seio dessas sociedades, pessoas capazes de atuar frente aos problemas que mais afligiam a população, dando subsídio para enfrentar as precárias condições de sobrevivência, criando uma rede de sociabilidade onde as formas de agir e pensar eram compartilhados por todos.

Por isso, põe-se como fundamental a importância da formação crítica advinda com a Teologia da Libertação através de grupos de animadores, clubes de mães, mulheres e jovens, CBEs e de outros espaços que também germinavam ideais de luta, de consciência cidadã. Com isso, verificamos que a maciça participação feminina dentro do território religioso tem impacto direto na atuação social ser direcionada por mulheres nessas regiões. O dever de rezar, culturalmente atrelado ao mundo feminino, permitiu a formação de grupos de mulheres não atrelados apenas ao mundo do privado, do lar, mas também de pessoas capazes de agir e enfrentar poderes locais e lutar por melhorias e igualdade social.

2.1 Para além do educar: o ensino prático de mulheres

A alfabetização sempre foi uma tarefa majoritariamente feminina. O olhar sensível das professoras diante da dura realidade dos alunos, imersos na pobreza e na falta de recursos

humanos, foi fator indispensável para uma posterior mobilização social. A preocupação com a alimentação, com a saúde e educação das crianças, que traziam para dentro da sala de aula, o reflexo da miséria que a sociedade enfrentava, tornou-se motivo de preocupação constante por parte dessas mulheres.

Uma coisa que foi muito importante, muito, muito importante, foi a questão da formação enquanto professora, que eu fiz um curso em Alagoa Grande, de um ano, em 4 períodos de três meses. Então a gente estudava em Alagoa Grande, era uma turma aqui em Nova Palmeira de quatro mulheres. A gente estudava e aqui a gente ensinava, passava o que a gente aprendeu para as crianças e também trabalhava com a comunidade, que atingia a comunidade, que atingia os pais.²⁷

Na fala da ex-professora Maria da Paz Bezerra de Medeiros, conhecida como Marisinha, percebemos que a formação e experiência pedagógicas, através dos cursos que fazia fora, ampliavam não só a percepção de educação, mas também de cidadania, fazendo com que o trabalho desenvolvido nas escolas chegassem também aos pais dos alunos, como forma de contribuir de alguma maneira com as necessidades mais urgentes de suas comunidades.

As professoras desenvolviam uma visão de mundo melhor, em que todos tivessem condições dignas de moradia e sobrevivência, por meio das experiências vividas, não só dentro das salas de aulas e dos cursos que participavam, mas das relações que criavam com a sociedade. A formação profissional, o contato com outras realidades e com outros projetos educativos fizeram da educação um instrumento possível de melhorias sociais, ultrapassando os limites apenas do alfabetizar.

Em um cenário marcado por uma população pobre, são em maioria professoras que não apenas ensinavam, mas cuidavam, desenvolviam estratégias capazes de contribuir minimamente para diminuir algumas carências sociais. Mulheres que não se restringiram apenas às tarefas do lar, mas agiam enquanto pessoas atuantes, solidárias ao mundo do outro, do pobre, do excluído.

As experiências adquiridas nas salas de aula, diariamente convivendo com pessoas pobres, com fome e sede, conduziram à formação de uma mentalidade organizativa, capaz de reunir ideais cidadãos, lutando pelo bem comum, mulheres engajadas na busca por melhorias, inclusive profissionais. O retrato disso está na ascensão das professoras e estudantes nas

²⁷ Maria da Paz Bezerra de Medeiros (Marisinha). Professora aposentada. Entrevista concedida à autora, em 15 de janeiro de 2014.

universidades, espalhadas por cursos das ciências humanas como história, sociologia, serviço social, pedagogia.

De acordo com as várias entrevistas realizadas, as depoentes citam a leitura como a grande influência no desenvolvimento do pensamento cidadão entre elas, passando a se verem como sujeitos críticos e ativos em sociedade, impulsionando-as sempre buscar e fazer mais por um mundo melhor, mais digno, respeitável, onde as desigualdades pudessem ser diminuídas. As leituras, diferentes para cada uma, agem no sentido de ampliar nosso olhar sobre o mundo, e as professoras, preocupadas com a situação vivenciada, encontravam nos livros imagens de um mundo mais justo e igual.

Bem, eu comecei a ler... eu fui pra escola com 10 anos de idade, uma escola particular, que não tinha escola. Pai pagava 5 mil réis por mês. Eu aprendi, né?! Passei um ano nessa escola. Eu aprendi a ler. Eu fui nas primeiras letras no ABC, aí quando saí de lá já lia tudo. Aí graças a Deus, eu era doida pra ler. Juntava o que era de romance, que naquele tempo era romance, né?!(...) Eu achava muito bom. Eu sei que eu aprendi mais a ler com os romances do que na escola. Só vivia lendo. Eu só dormia meia noite.²⁸

Nas leituras silenciosas de romances experienciadas pela ex-professora Mocinha, percebe-se um prazer em ler que ia para além dos muros da escola, uma nítida emoção de mergulhar nas páginas escritas de livros que a fizeram aprender muito mais do que na sala de aula, absorvendo ideias e histórias diversas, de mundos onde o “amor sempre vence”. Nesse reportar do passado, ela fala com orgulho sobre como a leitura a tomou de empréstimo, e a levou, posteriormente, a ser uma alfabetizadora, não porque se profissionalizou para isso, mas pela carga de leitura e sabedoria que adquiriu, uma vez que as exigências para isso eram mínimas diante da precarização educacional.

Essa é uma realidade compartilhada entre as várias mulheres que incidiram na busca de melhorias sociais. Mulheres que desde muito novas se tornaram professoras pela prática e gosto pela leitura e não por meio profissional. Nos acervos pessoais, encontra-se uma vasta produção artística, entre elas músicas, poemas, paródias, rimas, contos, muitos sendo reveladores de sentimentos, angústias, medos e anseios daquele momento.

A partir das produções artísticas das mulheres analisadas, percebemos o olhar sensível para as mazelas da sociedade, fragilidades que cercavam o dia a dia dos mais carentes. Havia uma clara preocupação por parte das professoras e demais mulheres da sociedade civil com as precárias condições de vida da população pobre. Um mundo feminino solidário à mãe que

²⁸ Luisa Marques dos Santos (Dona Mocinha). Professora e agricultora aposentada. Entrevista concedida à autora, em 20 de dezembro de 2013.

aborta ou perde um filho já nascido por falta de um remédio, de um atendimento hospitalar, por crianças que trabalham no pesado pra ajudar na renda familiar, pelas escolas recheadas de alunos com fome, por famílias entristecidas por não prover suas refeições diárias.

A sensibilidade construída pelo olhar feminino frente às angústias de uma sociedade sofrida, além de ser resultado de uma condição cultural de “cuidar do lar”, é também alicerçada pelas diferentes visões de mundo adquiridas nas múltiplas páginas de livros e romances, esses sendo ora revolucionários como a trilogia de Jorge Amado, *Subterrâneos da Liberdade*²⁹, e *Fidel e a Religião* do escritor Frei Betto, ora romanceadas como *A Viuvinha*, de José de Alencar.

Nessas leituras citadas em entrevistas, não sendo nosso interesse para o momento, depara-se não apenas com histórias fantasiadas de mundos e romances perfeitos, onde o dualismo entre o “bem e mal” formou o enredo central, mas um universo de realidades e contextos sociopolíticos, de enfrentamentos e atuações sociais. Tramas que no pensamento de mães e professoras possibilitaram reforçar o sentimento de justiça social, de luta pelo bem comum, onde todos, enquanto cidadãos conscientes, tivessem seus direitos validados e seus deveres postos em prática.

As leituras em menção, direta ou indiretamente, são críticas aos modelos políticos e econômicos vigentes do Brasil, além disso, falam de sujeitos históricos vistos como revolucionários, promotores de mudança, o que se colocam como inspiração a leitores já inclinados a agirem pelo social. Esse tipo de leitura veio a corroborar com a compreensão de que muito havia que ser feito, no sentido de minimizar com as desigualdades sociais, o que dividia fortemente pobres e ricos, dando subsídios necessários para se viver melhor, com moradia digna, comida suficiente e uma educação de qualidade.

Mulheres e leituras que incidiram pelos diferentes espaços por meio de projetos voltados a ajudar aquela população fragilizada por falta de assistência social, e por meio disso, emergir sobre atuações e movimentos que marcaram a sociedade paraibana ao longo dos anos de 1990.

De início, as mulheres realizavam suas práticas por meio dos trabalhos e grupos católicos que, em diálogo com as professoras e escolas (urbanas e rurais), desenvolviam estratégias para contribuir na melhoria de questões básicas para sobrevivência, saúde e

²⁹ Os ásperos tempos, *A agonia da noite* e *A luz do túnel* são os três livros que compõem a trilogia escrita por Jorge Amado na década de 50, retratando episódios referentes à época do Estado Novo no Brasil (1937-45), bem como a resistência do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

educação, entendidas aqui como sendo os primeiros passos, naquelas regiões, para a formação de lutas maiores.

Os registros dessa participação estão nas atas de reuniões dos encontros religiosos e sindicais nos STRs, nas atas das ONGs (CENEP e CEOP), nos textos produzidos para peças teatrais e apresentações de mamulengos, nas fotografias selecionadas que historiam os acontecimentos na cidade, nos registros de fundação e fichas de filiação do Partido dos Trabalhadores.

Nas entrevistas realizadas, percebe-se que os elogios dirigidos às mulheres deixam à margem desse processo a figura masculina. Ainda sobre a análise dos depoimentos, permite concluir que o silenciamento dado à figura do homem se dá pela busca de exacerbar a "luta feminina", que enfrentava autoridades, criteriosamente, masculinas. Fica perceptível o desejo de dar respaldo à atuação delas como protagonistas na configuração social em um espaço no qual a figura do homem se fazia como ator social.

Porém, é importante ressaltar que as mulheres, em maioria nos documentos pesquisados, ganham nesta pesquisa uma maior dimensão no protagonismo da atuação social. São elas que promovem rupturas nos modelos de comportamento instituídos por uma normatização machista de sociedade. São elas que por meios de diferentes lugares de poder atuam por melhorias para as crianças, jovens e adultos, que viviam em precárias condições.

Fazer história sobre mulheres é superar algumas dificuldades, entre elas a fonte escrita, uma vez que culturalmente restrita ao âmbito doméstico, “amando, comendo e rezando”, não produzia documentos oficiais, por exemplo, mas escreviam diários ou cartas, práticas não realizadas por todas elas, apenas por algumas, o que não é o caso desta pesquisa. Há também, como afirma Michelle Perrot (1989), uma grande fragilidade histórica sobre o mundo feminino e suas memórias, pois, em geral, poucos são os documentos que nos permitem chegar até elas e dar voz a práticas e atuações por vezes esquecidas nos porões da memória. Os arquivos públicos são produtos dos homens, seus rastros são produções interessadas, onde na maioria das vezes a participação feminina é restrita ou apagada.

Nesta pesquisa, teve-se a oportunidade de trabalhar com materiais produzidos pelas próprias mulheres, que se preocupavam em documentar as ações realizadas e registrar o que era conquistado. Um material rico em detalhes, preenchido por muitas mãos de mulher. Além disso, tivemos muitas possibilidades de conversar com algumas delas, pois se encontram vivas e ansiosas por falar de suas trajetórias. Reunindo oralidade e documentação, demos a esse trabalho um acervo particular de análise, com peculiaridades que tornam esta narrativa uma contribuição importante na compreensão historiográfica da sociedade paraibana.

O processo de alfabetização na Paraíba teve experiências importantes no campo da educação popular por meio da Campanha de Educação Popular, criada em 1961 por estudantes, profissionais da área educativa e agentes ligados à Igreja católica, por meio da Juventude Universitária Católica. Inspirada na metodologia freiriana, a Ceplar tinha por intenção conscientizar as camadas populares do contexto político vivenciado na época (NUNES, 2014, p. 82). Durante o regime militar, esse processo foi desconsiderado, ficando a atuação do chamado Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado pela Lei Nº 5.379, em 15 de dezembro de 1967, como sistema educativo funcional para jovens e adultos tanto da zona rural como urbana, tendo seu declínio por volta dos anos de 1980. É entre esse período de atuação do MOBRAL que os grupos católicos se espalham pelas comunidades, tendo maior amplitude com a chegada de padres engajados na Teologia da Libertação.

É nesse diálogo entre educar e rezar que as atuações no social davam seus primeiros passos, promovendo mudanças significativas na vida das pessoas mais pobres. As professoras, à medida que participavam de cursos de capacitação em outras cidades (a exemplo do que aconteceu na cidade de Alagoa Grande, em meados da década de 1960), traziam novas experiências pedagógicas que davam aos alunos possibilidades de aprender técnicas capazes de minimizar algumas das fragilidades que assolavam a população mais pobre, a exemplo de técnicas alimentares e de cultivo, provocando mudanças significativas na alimentação, como melhor cozinhar os alimentos, ingerir comidas mais saudáveis, introduzindo novas práticas a partir de conhecimentos importantes no fortalecimento do corpo e mente.

Esses ensinamentos também eram levados para as reuniões com os pais, como forma de agregar escola e população, para que os conhecimentos adquiridos fossem espalhados e tomassem proporções maiores, agindo na diminuição do alto índice de desnutrição, mortalidade infantil, doenças contagiosas etc. Saúde e educação eram os temas centrais das reuniões, mas também discutiam sobre sexualidade, cuidados com a higiene pessoal, técnicas sobre cultivo e plantação. Um trabalho múltiplo, haja vista serem, em sua maioria, populações pobres e desinformadas, na qual a televisão, por exemplo, era um bem apenas para os ricos.

É nesse cenário de atuação, nas relações construídas entre escola e comunidade, entre alunos e professoras, que essas acabam por desenvolver um papel importante na sociedade, sendo vistas como mulheres “sabidas”, aquelas que “tudo sabem”, agentes sociais que agiam para além das salas de aula, ganhando respaldo frente à sociedade civil.

As escolas, pequenos espaços organizados para atender às necessidades educativas, e em geral urbanas, tinham nas professoras, remuneradas pelo poder municipal ou pelo Estado, como as grandes protagonistas daquele cenário, uma vez que, para além das exigências do

sistema, levavam para dentro dos muros escolares conhecimentos importantes na lida frente às fragilidades sociais mais básicas e urgentes.

À medida que os efeitos desses trabalhos desenvolvidos eram sentidos pelas populações carentes, o respeito e a admiração pelas professoras tomavam grandes proporções, fortalecendo a imagem de que eram elas sujeitos importantes para sociedade, mulheres que se engajavam na luta por melhorias sociais, capazes de fazer dos seus lugares de poder, possibilidades de dias melhores.

Portanto, a educação tem papel significativo na construção participativa dessas mulheres, bem como na formação de uma mentalidade coletiva crítica e autônoma, com força pra enfrentar os problemas sociais e beneficiar as comunidades mais pobres, assim como veio fazendo as Comunidades Eclesiais de Base, as pastorais, desde o início da década de 1970. Orar e ensinar foram as duas principais atividades impulsionadoras de um espírito de luta e contestação, assim como também, elementos de socialização de cultura política.

2.2 Igreja, mulher e política

A atuação da Igreja Católica nas problemáticas sociais, na qual o destaque se dá ao trabalho feminino, acontece, efetivamente, a partir do surgimento de teologias voltadas para a vida moderna, para as questões do mundo, das comunidades, das pessoas comuns e empobrecidas. Práticas apostólicas que olhassem para os problemas sociais, que se preocupassem com os debaixo, com as discriminações e desigualdades de maneira geral.

O Concílio Vaticano II foi um marco fundamental nessa transformação. A Igreja foi se permitindo novas interpretações e criando novo campo de análise sobre o papel da mulher. Possivelmente, a primeira mudança fundamental aconteceu no sentido de reconhecê-la como “sujeito” da história, ao admitir que ela não nasceu predestinada a somente ser cuidadora do lar, mãe e esposa. Seus direitos e deveres passam a ser reconhecidos. A mulher vai além da “vida privada” e passa à condição de cidadã, tendo um papel público e social (CRUZ, 2013, p. 49).

Aberta a essas novas propostas, a Igreja tem como grande força atuante o mundo feminino, preocupado em fazer pelo outro, pela sociedade, pela juventude, pela liberdade e pela própria mulher. Não mais presas ao âmbito doméstico, as mulheres passam a conquistar espaços sociais a partir da participação nas pastorais, nas Comunidades de Base (CEB), nos grupos de catequização, adentrando no cotidiano das pessoas, conhecendo de perto as carências e necessidades do dia a dia.

No Brasil, com ênfase na Paraíba, a amplitude da atuação social da Igreja, começa a partir da chegada de padres e irmãs adeptos à Teologia da Libertação³⁰. Nas regiões do Seridó e Curimataú, os nomes recorrentes nos depoimentos e documentos analisados são os do Pe. Donato Rizzi, Pe. Lourenzo Renna, Pe. Domingos, Frei Afonso, Irmã Consuelo e Irmã Maria da Conceição Freitas, religiosos que dedicaram suas vidas tanto à evangelização como à atuação em sociedade, sejam no apoio aos movimentos sociais, à fundação de ONGs e demais redes de sociabilidade comunitária ou coletiva em benefício do povo, das causas populares.

Padre Donato, muito citado nas fontes, em uma entrevista para o Blog Serra de Cuité³¹, em 01 de junho de 2011, fala um pouco sobre sua atuação na Paraíba. Ele veio da Itália no final dos anos de 1960 e ficou aproximadamente 27 anos atuando no Brasil, sendo a maior parte do tempo em terreno paraibano. Pe. Donato se tornou pároco em 1969, juntamente com Pe. Domenico Ciavarella (conhecido como Pe. Domingos), da Paróquia de Nossa Senhora das Mercês, na cidade de Cuité-PB, antes também paróquia do município de Barra de Santa Rosa-PB, separadas pelo bispo da diocese de Campina Grande, Dom Manuel Pereira da Costa. Nisso, ficou sob responsabilidade dos Pe. Donato e Domingos as paróquias de Cuité, Barra de Santa Rosa e Nova Floresta. Entretanto, as atividades desenvolvidas pelos padres invadiram também outros municípios das regiões do Seridó e Curimataú paraibanos, como Picuí, Frei Martinho, Nova Palmeira, Cubati.

As preocupações centrais desses padres estavam na falta d'água e a fome que assolavam as populações mais pobres, além do problema com as máquinas de desfibrar agave, utilizada pelos agricultores como forma de sustento familiar, que mutilavam muitas pessoas. São essas algumas das questões centrais que, em diálogo com os trabalhos catequéticos, nortearam as primeiras assistências sociais, como, por exemplo, a construção de cisternas e barragens em cidades e sítios. Reservatórios de água que pudessem sanar com a crise hídrica que se enfrentava. Além disso, desenvolviam e ensinavam técnicas para que os agricultores não mais fizessem da máquina de desfibrar agave renda familiar.

A parceria entre ação social e catequização levou a atuação da Igreja à frente, especialmente, das comunidades mais pobres das regiões. Com o apoio das CEBs, em parceria com algumas instituições, como o Progetto Mondialitá (Itália), a ASA-PB

³⁰ Teve papel importante para o desenvolvimento das práticas da Teologia da Libertação na Paraíba o arcebispo Dom José Maria Pires, que assumiu a arquidiocese em 1966. Sobre sua trajetória, ver. PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação:** ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2012.

³¹ <http://serradecuite.blogspot.com.br/2011/06/noticias-do-querido-padre-donato.html>. Blog Serra de Cuité [Acessado em 09/05/2016].

<http://www.pascomdamiaopb.com/2013/12/40-anos-da-paroquia-de-barra-de-santa.html>. Site PasCom Damião [Acessado em 09/05/2016].

(Articulação do Semiárido Paraibano) e o PATA³² (Brasil), a viabilização de projetos como a construção de cisternas, moradias, feiras básicas, assistência técnica a agricultura familiar, ações educativas e culturais, contribuiu no sentido de amparar algumas das problemáticas sociais mais urgentes, fome e sede.

Fortemente marcadas pela religiosidade cristã, as sociedades viam na figura do padre a imagem do bom moço, do homem que prega a paz e o amor, que leva a fé a todos os desacreditados, aquele que dá voz ao livro sagrado, a Bíblia, por isso passível de respeito e admiração. No relacionamento entre comunidade e Igreja, é o clérigo que desempenha o papel importante de construir uma boa relação com os fiéis. Com os cristãos ao seu lado, sua figura se torna quase indispensável, potencializando suas práticas sociais, seja por meio das missas semanais, do fortalecimento dos sacramentos, das orientações e conselhos, das confissões e desabafos. Seu lugar privilegiado de saber, carregado de experiências cotidianas, o permite interferir diariamente na vida das pessoas, nos costumes e tradições, na mentalidade e opiniões, nas práticas religiosas, morais e civis.

A amplitude dada aos problemas sociais por parte da Igreja Católica se coloca como fator importante a ser dimensionado neste trabalho, pois faz parte de um conjunto pioneiro de atividades no campo social nas regiões, que emergem, especialmente por meio de mulheres, majoritárias nos trabalhos religiosos, promovendo, dessa forma, mudanças nas práticas cotidianas e no pensamento transformador.

A Teologia da Libertação, importante mentora filosófica de partes da Igreja Católica ao longo dos anos de 1970, prima pelos excluídos socialmente e periferias. Intenciona práticas e reflexões libertadoras de "ajuda ao próximo", trazendo para a discussão da fé as visões políticas de mundo, uma politização libertadora, a qual faz uso dos conhecimentos cidadãs para lutar por melhorias sociais.

Para além do espaço eclesial, os representantes da Igreja adeptos, à Teologia da Libertação, através das CEBs e pastorais sociais, engajaram-se nos diferentes movimentos de libertação e partir deles atuaram não somente enquanto forças religiosas, mas a partir da realidade, das reais fragilidades sociais, por isso seu caráter político. Os padres adeptos dessa forma de teologia faziam parcerias com instituições, pessoas e poderes capazes de dar suporte financeiro as suas ações e propostas.

³² Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas, Patac, foi criado em 1970, e é hoje uma associação autônoma sem fins lucrativos. Com sede na cidade de Campina Grande-PB, tem por objetivo trabalhar para visibilidade da agricultura familiar, especialmente no semiárido paraibano. Visa sustentabilidade. Site: <http://patacparaiba.blogspot.com.br/p/patac.html> [Acessado em 09/05/2016].

As CEBs tiveram um papel fundamental nessa participação prática da Igreja na vida dos mais carentes e, nas regiões do Seridó e Curimataú, isso não foi diferente. Envolvidos em diferentes instâncias da sociedade, os membros das Comunidades de Base participavam de Sindicatos, Conselhos Municipais de Saúde, Partidos Políticos, Associações de Agricultores.

Como eram as mulheres a maioria nos trabalhos da Igreja, acabaram por se tornarem os sujeitos ativos socialmente, agindo a partir de uma consciência cristã politizada, questionadora, que se preocupava em conhecer o que ao cidadão era de direito e de dever. Por meio de uma educação religiosa crítica, as mulheres passaram, ao longo dos anos, a se inserirem cada vez mais nos trabalhos sociais, reflexos de uma educação religiosa cívica realizada pela Teologia da Libertação desde décadas anteriores.

Com a chegada de padres adeptos à Teologia da Libertação, a exemplo dos Pe. Lorenzo Renna, Pe. Donato Rizzi, Pe. Domingos e Frei Afonso, os trabalhos femininos passaram a ter mais espaços de atuação. Por meio da Igreja e escolas, instâncias parceiras, nesse momento, promoviam encontros semanais com os grupos comunitários voltados para discussões sobre melhorias sociais, direitos e deveres do cidadão, dos trabalhadores, dos agricultores. Também discutiam sobre cuidados alimentares, amamentação, período pré e pós menstrual, técnicas de enfermagem para atendimentos mais simples e doenças cotidianas como gripe, tosse, febre. Em depoimento, a professora Tedinha fala um pouco sobre seu trabalho em comunidade:

Os grupos de jovens tinham mais a preocupação religiosa, espiritual... espiritualista, de religiosidade e tal, mas também daquilo que nós chamávamos de formação, de discutir a problemática do próprio jovem. A questão da sexualidade que na época era um tabu imenso. E aí eu me lembro que sofria até determinadas pressões de mães porque eu passei também a discutir essas coisas em sala de aula. Eu já discutia a questão da sexualidade com as crianças, por exemplo. Não era exatamente a questão da sexualidade, mas se eu ia trabalhar as vitaminas que tinha nas verduras, eu dizia que a vitamina E, a vitamina A, não lembro ao certo, protegia a mulher contra o aborto. Era preciso que as gestantes começem vitaminas. E quando falava nisso as mães viam em cima de mim, né?!³³

A fala da professora e também animadora pastoral na época é emblemática porque nos remete a práticas que muitas vezes mexiam negativamente com a população, o que demonstra a falta de informação sobre aspectos importantes da vida cotidiana e prática naquela época. As mulheres abortavam com facilidade por não saberem questões simples que as ajudariam

³³ Terezinha de Jesus Medeiros (Tedinha). Professora aposentada, atualmente trabalhando no PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professor de Educação Básica). Entrevista concedida à autora, em 16 de março de 2014.

durante a gravidez, por exemplo, cuidados alimentares. Questões que aparentemente são simples diante de um cenário de pobreza, mas que ao longo do tempo fizeram diferenças no índice de mortalidade infantil.

É interesse perceber também como a professora traça estratégias significativas para adentrar em questões ainda tidas como tabus dentro da sala de aula e nos grupos religiosos, citando o Grupo de Jovens. A partir de assuntos didáticos, as professoras encaminhavam as discussões para outros temas interligados.

É nesse cenário construído cotidianamente junto à sociedade que aos poucos vai se formando uma ideologia de luta cada vez mais efetiva por diferentes questões sociais. Mas eram as problemáticas da seca e a fome que traçavam os perfis de atuação, aspectos que deixava a população mais suscetível a doenças.

Dessa forma, configuram-se espaços de lutas para que simples enfermidades não matassem mais com tanta frequência, que os pequenos agricultores passassem a receber melhores subsídios para seu sustento e produção, para que as mães tivessem o direito a dar a vida sem maiores complicações geradas pela falta de informações.

Vale ressaltar que a atuação dos sujeitos sociais não estava apenas acontecendo em territórios urbanos, mas também ocorriam corriqueiramente no campo, à medida que as mulheres rurais levavam para suas comunidades as mesmas lições aprendidas durante os encontros que participavam nas cidades, já que os encontros dos clubes ligados à Igreja Católica aconteciam na cidade. Não eram todos os moradores da zona rural que tinham condições de participar ativamente das atividades semanais da Igreja, então ficava a cargo das líderes pastorais do campo o desenvolvimento de grupos e reuniões rurais, onde o intuito fosse discutir as mesmas questões sociais levantadas pelos grupos urbanos, adaptadas à realidade e necessidade de cada comunidade.

É nesse campo, em específico, que as discussões tiveram um alargamento social maior. As agentes pastorais do campo, interagindo com as questões em torno do mundo rural, participando de eventos e encontros em outras comunidades, trocando experiências, começavam a interferir politicamente em seus territórios, questionando, por exemplo, a sindicalização feminina.

Segundo Silva (2010), “a Igreja tornara-se o principal espaço de segmentos sociais que se encontravam à margem do processo político”, e dessa forma, apoia tanto pessoas quanto instituições promotoras de bem estar social, despertando em seus fiéis o senso de justiça, de igualdade cidadã, de respeito aos direitos e deveres de cada um, colocando enquanto sujeitos

da história todos aqueles que estavam à margem dos processos políticos, econômicos e sociais.

As mulheres, mediadoras dos grupos pastorais, eram as multiplicadoras desse pensamento político, levando para os encontros semanais discussões em torno de temas como cidadania, politização, formação sindical, saúde, educação e cultura. A partir dos documentos, também encontramos o registro de debates em torno da sexualidade, cuidados com a higiene pessoal, gestação, dicas alimentares, como forma de gerir conhecimento, informação para as sociedades ainda permeadas por tabus criados por uma cultura machista e preceitos morais, estes, inclusive, reforçados pela própria Igreja Católica em sua forma mais tradicional.

A partir desses lugares de informação e conhecimento, os quais adentravam nos lares por meio dos participantes e ouvintes, ocupavam as mentes cansadas do “trabalho braçal” e da pobreza constante, construindo ambientes propícios ao recebimento de novas ideias, propostas e projetos.

Dessa forma, delimita-se um percurso de vivências importantes na construção de uma mentalidade voltada para as questões sociais, formando grupos que compartilhavam dos mesmos pensamentos de justiça e igualdade. Experiências interessantes para nossa análise, já que muitas delas atuaram no espaço social enquanto líderes de organizações não governamentais, em Conselhos Municipais, principalmente nos de saúde, em grupos de oposição sindical, em partidos e sindicatos. Professoras, mães e agricultoras que saíram dos seus lares e adentraram nas zonas de conflitos sociais, enfrentando vários desafios, inclusive dentro de casa, com seus maridos, além das lideranças políticas e econômicas. Sujeitos históricos que acumulando experiências coletivas e individuais não se contentaram apenas em fazer por meio de Igreja e escolas, mas invadindo outros espaços de poder, ampliando suas áreas de atuação e seus espaços de luta.

Valores comunitários como união, respeito, participação e organização foram fundamentais na sistematização de redes de mobilizações civis na Paraíba, a partir das regiões analisadas, indispensáveis para articular pessoas e espaços capazes de tentar diminuir com os problemas sociais e encarar os desafios que essas práticas impõem no cotidiano, a exemplo da primeira luta sindical, que, mesmo garantindo conquistas, foi feita sob muito conflito e insatisfação.

2.3 Primeiras lutas: movimentos no campo e a formação de oposições sindicais



FIGURA I – Encontro de Oposição Sindical na cidade de Cubati-PB, em 1989 (FONTE: Acervo documental do Cenep).

A fotografia acima poderia representar um mero momento de encontro ou descontração, onde pessoas estão reunidas aparentemente em favor de algo. Mas é válido se perguntar: Do que nos fala essa bandeira da Central Única dos Trabalhadores por trás do senhor que logo assume uma posição de discurso? Quem é o homem da imagem acima da bandeira? Quem são as demais pessoas presentes na foto? Quem eram esses homens e mulheres? Quais histórias se entrelaçam nesta imagem?

Se não fosse pela representação da CUT, pela presença de um padre, o de barba mais ao canto, o Pe. Possiano, pela imagem ao fundo, no qual aparece Pe. Lorenzo, talvez essa imagem não tivesse nenhuma importância para a História, visto que não se trata de grandes personagens políticas em cenário nacional. Trazendo fragmentos de *histórias*, essa fotografia demonstra organização sindical de um grupo de pessoas atentas aos folhetos em mãos, possivelmente entregues no momento. Sujeitos que vivenciaram experiências singulares em seus espaços e que, não se conformando com suas precárias condições sociais, de suas famílias e de suas comunidades, lançaram-se na luta sindical.

É preenchidos de olhares atentos e curiosos, traçando análises sobre outros lugares de memória e documento, que se tomou essa imagem como emblemática posto que demarca intenções de organização por parte dos envolvidos. Um registro entendido como revelador de tramas ocultas, à espera de problematização histórica que intencionava alagar narrativas de

uma historiografia ainda frágil de enredos peculiares e de sujeitos (in)comuns na atuação coletiva social.

O homem que fala é um agricultor que declama seu poema, durante o *Encontro de Oposição Sindical*, na cidade de Cubati-PB, em 1989. Um entre as várias pessoas que estavam juntas durante a campanha eleitoral, inclusive com o apoio da Igreja Católica, vista a presença de padres tanto em fotografias como essa, como nos documentos analisados. Era a partir de encontros como este que a organização de lutas sindicais começa se estabelecer nas regiões do Seridó e Curimataú paraibanos, formando o que eles vão chamar de *grupos de oposição sindical*.

Ele [presidente do Sindicato] não fazia carteira pra mulheres. (...) Aí quando a gente viu a situação foi aparecendo a história que mulher ia se aposentar, e ele dizia: “Não, mulher não se aposenta não, quem vai se aposentar é o homem.” Aí eu sempre saía pra reuniões mais comadre Tedinha, mais Nega Lourdes pra Barra de Santa Rosa, Cubati. Quando havia eleição de sindicato eu ia mais elas. E lá eu comecei a ver que as mulheres tinham direito de se sindicalizar.³⁴

A fala de dona Mocinha, moradora do sítio Porteiras, faz referência ao enfrentamento com o presidente do STR da cidade de Nova Palmeira-PB, no ano de 1989, e é bastante significativa para nós, porque demarca um ponto importante nas lutas sociais nessas regiões: mulheres insatisfeitas com os lugares que ocupam na sociedade. Os grupos de oposição sindical surgem a partir das lutas travadas por mulheres em busca da sindicalização, e tem seu início, de acordo com a documentação pesquisada, na cidade referida, Nova Palmeira, quando elas participavam dos grupos religiosos e nestes havia uma discussão em torno dos direitos dos trabalhadores, em especial, dos agricultores.

Ainda no depoimento, ela cita os nomes de Tedinha e Nega Lourdes, corriqueiros nas falas dos entrevistados quanto líderes das mobilizações sociais, as quais estavam sempre à frente dos grupos pastorais e educativos. Juntas com outras mulheres engajadas saiam em busca de informações, conhecimentos para poder enfrentar a autoridade sindical. Para isso, reuniam-se com mulheres agricultoras insatisfeitas com as condições trabalhistas, dando início a um processo que resultou em uma organizada rede de mobilizações civis nas regiões em prol dos direitos da mulher.

Além da luta pela sindicalização feminina, os trabalhadores rurais insatisfeitos com as administrações dos STRs, unidos aos grupos de mulheres, formaram chapas de oposição em

³⁴ Luisa Marques dos Santos (Dona Mocinha). Professora e agricultora aposentada. Entrevista concedida à autora, em 20 de dezembro de 2013..

várias cidades para as eleições sindicais, visto que a maioria dos presidentes estava no posto desde a fundação do sindicato, na maioria das vezes, sem haver pessoas e articulações que fizessem oposição.

Ainda na fala de Dona Mocinha há referência à firme posição do presidente sobre a participação feminina na instituição, demonstrando o quanto os STRs estavam marcados por uma cultura machista e patriarcal, em que só quem tinha direito eram os homens e que por isso só eles tinham acesso aos benefícios e à mínima participação política.

Aí fomos para Cuité. O caba de Cuité, Expedito, que era o presidente do Sindicato de Cuité, era uma pessoa muito esclarecida sobre o sindicato, sabe?! Lá ele deu muita explicação à gente. (...) Aí ele disse: “A senhora arrume um bando de mulher e entre à força que é seu direito”. Aí no outro dia, quando eu cheguei em casa, não soube fazer nada. Eu disse a José [esposo]: “Vou lá no mundo atrás de mulher pra nós”. Aí me mandei no meio do mundo. Lá na Espera, que era um vizinho. Lá pro Tamanduá. Aí saía de noite mais José, nós ia fazer reunião lá no Tamanduá pra arrumar gente pra o sindicato. Eu sei que com muita dificuldade eu arrumei 15 mulheres. Aí amanheceu o dia de segunda-feira, eu digo: “nós hoje vamos ao sindicato”.³⁵

No depoimento da agricultora, fica clara a não conformidade por parte das mulheres com as condições impostas pelo presidente, indo buscar nas cidades vizinhas informações e conhecimentos necessários para autorizar suas exigências. Além disso, é importante frisar que essas mulheres não só queriam participar da vida sindical, mas desejava algo em troca, a aposentadoria.

Quando ela diz “Aí no outro dia, quando eu cheguei em casa, não soube fazer nada”, percebe-se que, encarar lutas como essa, mexiam não só com cotidiano dessas mulheres, mas também no psicológico, no emocional, demonstrado a partir da preocupação e receio sobre o que estava enfrentando. O cenário marcado pelo poder masculino, onde nenhuma mulher alguma havia adentrado ou questionado acarretou possíveis sentimentos de insegurança, mas sem desistir, unia-se com suas companheiras, formando um grupo de mulheres do campo para ir até o STR e exigir participação.

A penetração de mulheres no mundo das lutas sociais, na busca por seus direitos dentro de uma instituição ou espaço público, perpassa pelo debate sobre cidadania, já que entendemos que a conceituação desse fenômeno social no Brasil vem sendo construído a pequenos passos, especialmente a partir do processo de reajuste democrático no país pós ditadura, em 1985. A palavra cidadania virou moda e todos queriam propagá-la,

³⁵ Luisa Marques dos Santos (Dona Mocinha).

ingenuamente, pois sabemos que ao longo desse processo, voto, conquistas sociais, liberdade de pensamento, “não garantem a existência de governos atentos aos problemas básicos da população” (CARVALHO, 2015, p.14), seja ela do campo ou da cidade.

Ainda sobre essa fala, podemos afirmar que é emblemática porque Dona Mocinha descreve sobre suas visitas às comunidades chamando as mulheres para juntas exigirem participação, saindo à noite com seu esposo para informar às agricultoras que elas também tinham direitos aos benefícios sindicais e das necessidades de haver uma mudança de gestão no sindicato. Indo de casa em casa, Dona Mocinha reuniu 15 mulheres, que apoiaram os encontros e passavam as informações aprendidas aos seus pais, tios, sobrinhos, primos e amigos de comunidade, gerando uma circulação de saberes e conhecimentos importantes na formação de uma mentalidade propícia ao engajamento social no campo.

É importante ressaltar a presença do homem trabalhador que, mesmo ainda permeado por práticas e culturas machistas, embarcou nessa luta, a exemplo do esposo de Dona Mocinha, seu José que, então sujeito coberto por certo poder na instituição, foi uma força importante para o movimento, já que sua palavra tinha vez e voz dentro do sindicato, então muitas vezes eram figuras como essa que falava por elas. Enquanto sindicalizados munidos de direitos, os homens, em sua maioria esposos das agricultoras que embarcaram na luta, colocavam-se como mediadores da fala feminina, dando vez às exigências, aos direitos e deveres de suas companheiras nos encontros do STR.

Não só pelo interesse em que suas esposas tivessem seus direitos garantidos enquanto trabalhadora, os homens, em sua maioria, levantavam as bandeiras de suas mulheres pelo fato de que a família, no geral, se beneficiaria. O investimento e assistência do sindicato chegaria em dobro, e isso era bom para o rendimento do trabalho familiar no campo.

É válido ressaltar que o homem falar pela mulher durante os encontros e reuniões não significava tirar a autonomia feminina frente as suas lutas, mas como um veículo para registrar suas queixas e fazê-las serem ouvidas pelas autoridades, afinal, muitos dos companheiros não assumiam suas lutas, apenas apoiaava a causa. Fazer-se ouvir pelos homens era uma forma de driblar a desatenção que os dirigentes tinham com relação ao papel da mulher dentro da instituição, uma exclusão não declarada, mas exercida, já que no censo comum sindicado era um “espaço masculino”.

Os Sindicatos Rurais são instituições criadas, mesmo que dispersamente, durante a década de 1950 e estavam atrelados ao poder do Estado diante das grandes dificuldades que encontravam para se estabelecer:

[...] a legislação trabalhista fora feita para os trabalhadores urbanos, não considerando a especificidade do trabalho no campo, além do que quase não existiam Juntas de Conciliação e Julgamento em cidades do interior, o que seria necessário para que a lei fosse aplicada. O Código Civil, utilizado para o trabalho das Ligas, permitia a organização autônoma dos camponeses, mas não a formação de sindicatos rurais. Além disso, havia grande resistência, por parte dos proprietários rurais, em aceitarem qualquer tipo de organização vinda dos trabalhadores (ABREU E LIMA, 2012, p 50).

Dessa forma, os presidentes dos sindicatos eram os “amigos” dos prefeitos, vereadores, secretários, tornando-se uma instituição conciliadora dos desejos estatais e os direitos dos agricultores, apaziguando conflitos e desentendimentos que por vezes se formavam. Sem fugir à regra, essas entidades eram marcadas por uma cultura extremamente machista e patriarcal. Visto isso, as mulheres durante muito tempo ficaram à margem desse processo, cabendo à figura masculina um lugar de direito.

É importante salientar que o trato aqui dado sobre a cultura machista é aquele que se enquadra em um sistema de “representação simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre homem e mulher” (DRUMONT, 1980, p.81), e não concentrado em um conceito único, mas variante a partir das identidades que se constroem sob o gênero feminino e masculino, e das múltiplas manifestações a quais os comportamentos humanos estão sujeitos, no qual o papel de liderança é desempenhado pelo homem e a partir disso moldam modelos culturais de ideologias e relacionamentos distintos e desiguais concebidos, inclusive pelas mulheres, como certos e ideais para o bom caminhar da sociedade.

Entretanto, apesar dessa predominância cultural do homem na deliberação e liderança de lugares e instituições de poder, a exemplo dos sindicatos, houve brechas que permitiram lideranças femininas ascenderem nesses espaços e deixarem suas marcas no trabalho e nos processos de transformação.

Na Paraíba, por exemplo, tivemos exemplos de sindicalistas atuantes como Elizabeth Teixeira, a partir das Ligas Camponesas, Margarida Maria Alves³⁶ e Maria da Penha Nascimento Silva, em Alagoa Grande, além de outras tantas mulheres que percorreram caminhos de luta e enfretamento no campo até a segunda metade dos anos de 1970 e nos idos de 1980 e que por vezes foram esquecidas pela história oficial³⁷.

³⁶ Margarida Maria Alves foi camponesa, líder de trabalhadores rurais e presidente do Sindicato Rural de Alagoa Grande. Faleceu em 12 de agosto de 1983, “vítima de uma emboscada patrocinada por usineiros e latifundiários do Brejo paraibano.” (FERREIRA, 2010. p. 21).

³⁷ Ler mais em Susel Oliveira da Rosa, *Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba*, 2015.

Em meados dos anos de 1980, quando o Brasil passava pelo processo de redemocratização, em que as instituições desempenhavam um papel importante na reorganização do espaço social, chegam às regiões do Seridó e Curimataú paraibanos, a partir dos Encontros Zonais³⁸, as chamadas “Comunidades de Formação”, redes organizadas pela sociedade civil para a divulgação sobre os direitos e deveres do trabalhador rural. Um movimento que teve apoio especialmente da Igreja Católica, ligada na época aos projetos e atividades sociais de maneira geral, dando ênfase aos problemas do campo.

O chamado novo sindicalismo surge no Brasil por volta da década de 1970, sendo considerado a terceira fase dos movimentos sindicais no país. Ele retoma depois de um período de desgaste durante a ditadura civil-militar, ganhando fôlego em meados da referida década. Em agosto de 1983, os trabalhadores e sindicalistas criam a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, a maior e mais importante central de atendimento às necessidades sindicais, a qual se fixou por todo país, inclusive na Paraíba, em 1984 (NUNES, 1998/1999).

Ainda de acordo com Nunes (1998/1999), na Paraíba, as oposições sindicais já aconteciam desde a década de 1970 com o apoio da Igreja Católica e entidades que se formaram até a década de 1980. Quando a CUT é fundada neste Estado, as articulações entre movimentos populares e sindicais se tornam mais ativas, influenciando diretamente nas atuações sociais dos municípios, como percebe-se na documentação encontrada.

O arquivo pessoal de dona Mocinha, cadernos de rascunhos, como ela costuma chamar, é um exemplo disso, pois se coloca como fonte importante para esta pesquisa, uma vez que, no que se refere ao movimento sindical dessa época, os documentos são quase inexistentes. Nesse acervo, encontra-se produções artísticas como resumos em forma de músicas ou poemas dos encontros em que ela participava, das cidades que visitava em busca de reuniões, das pessoas que conheceu nesse processo. Documentos produzidos por ela, agricultora e militante sindical, por isso tão peculiar para nós.

Em meio aos cadernos de dona Mocinha, já amarelados pelas ações do tempo, deparamo-nos com resumos que iam desde sua atuação como professora e agente pastoral, aos Encontros de Pastorais Rurais que aconteciam nas cidades vizinhas. Por meio da Igreja Católica, atuante frente às necessidades sociais mais básicas, as cidades circunvizinhas dialogavam, trocavam ideias, compartilhavam necessidades e carências.

³⁸ Os Encontros Zonais são eventos, reuniões, promovidas pela Igreja Católica em parceria com os beneficiários dos Sindicatos Rurais, delimitados por um número “x” de paróquias, em sua maioria, sendo cidades vizinhas, com o objetivo de discutir tanto questões religiosas como políticas.

Nos cadernos analisados, o primeiro evento em que dona Mocinha faz referência é o *Encontro da Pastoral Rural* que aconteceu na cidade de Picuí, em 14 de junho de 1986. De acordo com a fonte, as discussões estavam em torno do que seria a Pastoral Rural e sua importância para a vida do homem do campo, sinalizando ser os primeiros passos para a formação dos Encontros da Pastoral Rural na região. Ainda nesse documento, ela procura fazer uma avaliação sobre o evento, enfatizando os pontos positivos e sua influência na formação de um pensamento crítico e coletivo por parte dos agricultores: “Foi uma alerta para nós trabalhadores. Participação de todos. Houve experiência e troca de ideias. Mais entrosamento com os grupos.”. Em seguida ela cita os negativos: “Falta dos membros. Atraso de alguns membros. Pouco tempo.” (Acervo particular de dona Mocinha).

Os Encontros Zonais contavam diretamente com a participação e apoio dos padres das regiões. O *Encontro Zonal do Nordeste*, ao qual dona Mocinha também faz referência em seus escritos, ocorreu em Nova Palmeira no dia 16 de junho de 1986, contando com a presença do Pe. Donato Rizzi. Nesse registro, ela fala sobre ser a principal preocupação do evento a organização mútua de todos os trabalhadores na luta por exigências nas mudanças de relações e condições de trabalho dos associados aos STR, ressaltando a importância do estabelecimento de redes que envolviam as cidades vizinhas, pois só juntas poderiam promover mudanças significativas na vida das pessoas. Entre as cidades envolvidas, estavam Juazeirinho, Nova Floresta, Frei Martinho, Pedra Lavrada, Cubati, Picuí, Nova Palmeira, todas ligadas pelos padres e paróquias em diálogo.

De acordo com os relatos, aconteceu em 10 de setembro de 1986 o *Encontro Zonal do Curimataú*, em Picuí, objetivando formar grupos para organizar as próximas reuniões e representar os interesses e decisões de suas respectivas paróquias. O próximo encontro estava marcado para 5 de novembro do mesmo ano, na cidade de Cuité. Em seus registros, dona Mocinha relata sobre encontros ainda ocorridos durante o ano de 1986, como o *Encontro de Jovens* que aconteceu entre os dias 4 e 5 de outubro de 1986, no município de Lagoa Seca-PB.

Nesse sentido, é importante perceber a preocupação em sistematizar o pensamento das trabalhadoras e trabalhadores rurais, no sentido de informá-los e conscientizá-los de que, enquanto sujeitos ativos e cidadãos de direitos, precisavam participar ativamente das atividades dos sindicatos, bem como exigir melhorias nas condições de trabalho. Havia uma mobilização em prol de dar ao sujeito do campo conhecimento suficiente para que o mesmo não fosse lesado em seu espaço dentro dessas instituições, já que por traz dos seus dirigentes havia o poder e controle do Estado, a todo momento tentando inibir reações vindas de seus filiados.

O papel da Igreja Católica nesse momento é fundamental por proporcionar ao encontro várias experiências sociais a partir dos grupos, encontros e das pastorais, dando amplitude as carências e fragilidades compartilhadas não só por um ou dois grupos, mas por vários que ali estavam estabelecidos. Cidades que, por meio do trabalho religioso, passaram a dialogar e criar redes de mobilizações sociais, fortalecendo as lutas e o engajamento político.

A partir do acervo documental do Centro de Educação Popular, encontramos fontes que citam outros eventos acontecidos no ano seguinte, 1987, a exemplo da *Assembleia Mini-Zonal do Curimataú*, em 9 de junho, na cidade de Soledade, na qual se faziam presentes representantes de várias cidades, como Juazeirinho, Nova Palmeira, Soledade e Pedra Lavrada. De acordo com as análises feitas do registro, é a partir desse evento que percebe-se a formação de um movimento em torno da ideia de promover reais oposições sindicais nos STRs nas regiões. Entre as cidades envolvidas diretamente, registradas na documentação, estavam Nova Palmeira, Picuí, Cubati, Nova Floresta e Soledade.

Embora caracterizados como encontros religiosos, o trabalho de conscientização sindical e política que vinha sendo realizado pelas pastorais desde o ano anterior, 1986, propiciou a formação de uma mentalidade tendenciosa a buscar melhorias em seus lugares de vivência, demarcando caminhos possíveis de transformação social. De acordo com a documentação e depoimentos analisados, a cidade de Nova Palmeira assume um papel de destaque nessas mobilizações, por participar ativamente dos encontros e em sua grande parte promovê-los.

O que fica explícito no *1º Encontro de Trabalhadores Rurais sobre Sindicalismo*, ocorrido em 5 de julho de 1987, na referida cidade. O relatório em forma de versos, o que era corriqueiro e peculiar na escrita das mulheres nesse período, deixa explícito a necessidade de uma organização maior entre os grupos interessados. O que se percebe é uma convocação constante para fortalecimento de alianças e a amplitude da participação coletiva.

Bom salário, mais estradas.
Pro trabalho condição,
Açudes, Reforma Agrária,
Saúde e educação.

Finalmente se chegou
À mais certa conclusão:
A vez do trabalhador
Só vira seja onde for
Com sua organização.

A ideia de organizar o trabalhador, chamá-lo para luta, engajá-lo em grupos de articulação, é constante nos relatórios e resumos de eventos. Dessa forma, percebe-se a existência de uma conscientização no sentido de ampliar as mobilizações por meio da ação coletiva, fundamental para o sucesso de suas propostas.

O papel da mulher nesse cenário foi algo diferencial, uma vez que ficava a cargo dela não só o papel de agir socialmente, mas de documentar, registrar, oficializar os encontros e acontecimentos. Grande parte dos documentos analisados até aqui são, em sua maioria, redigidos por elas e isso fica explícito nas cartas, músicas e poemas com autorias, nos relatórios e resumo assinados e datados, nos registros fotográficos, nas atas e diretorias. À frente dos grupos pastorais, das escolas, dos grupos de oposição sindical, as mulheres assumiram também o papel de deixar caminhos e lugares de memórias.

Além disso, e em paralelo aos encontros já citados, as mulheres promoviam suas próprias discussões, pautadas nos interesses femininos dentro de toda a discussão levantada até o momento. O registro disso está nos versos de abertura para o *I Encontro de Mulheres do Campo*, em Nova Palmeira, ocorrido em 26 de setembro de 1987, escrito pela professora, na época da zona rural e hoje aposentada, Maria Eliete dos Santos, moradora do sítio Porteiras. Nos versos ela diz³⁹:

Estamos aqui reunidos
Procurando informações,
Sabendo os nossos direitos,
Queremos transformações.

Queremos associação
Pra mulher agricultora
Porque em Nova Palmeira
Só tem vez quem é doutora.

[...] Quero agora agradecer
A todos que aqui estão
Que vieram de tão longe
Com toda animação.

Os versos produzidos pela mulher são emblemáticos, pois demonstram uma determinada carga de informações sobre seus direitos, o que torna isso o pilar para a organização e mobilização de mulheres insatisfeitas com a falta de assistência do STR com o seu trabalho. Em busca de mais conhecimento, elas constroem diálogos com outros sujeitos e

³⁹ Texto na íntegra em anexo (Anexo II).

lugares, “que vieram de tão longe, com toda animação”, formando uma rede associativa de pessoas que compartilham dos mesmos interesses e anseios. Isso fica claro ao longo dos versos feitos por Eliete quando cita nomes de pessoas que possivelmente foram orientadores, assistentes técnicos, advogados das causas sindicais e trabalhistas, militantes, como a própria Penha, na qual a escritora faz referência: “A nossa amiga Penha, agradeço de coração, veio de Alagoa Grande, para nos dar atenção.”.

O movimento sindical no Brejo paraibano, entre os anos de 1960 e 1970, onde a cidade de Alagoa Grande teve grande destaque, inclusive por haver mulheres à frente das mobilizações, esteve presente nas expressões e memórias dos trabalhadores e trabalhadoras rurais das regiões do Seridó e Curimataú. A figura de Maria da Penha, forte militante rural na referida cidade, foi tomada como fonte de inspiração e força para as agricultoras e mulheres envolvidas na luta. Nos depoimentos, bem como em escritas, a exemplo de Eliete, elas relatam a importância da presença de figuras como Penha na sistematização do pensamento coletivo, interferindo positivamente na adesão e no engajamento cada vez mais efetivo de mulheres às articulações.

O papel feminino delimita, não só pelo engajamento direto em um campo marcado por líderes machistas e patriarcais, mas também pelas suas expressões artísticas, seus olhares sensíveis às causas do campo, uma característica peculiar das expressões artísticas dessa época e desse movimento. Mulheres que por meio de suas falas e escritas populares invadiam o pensamento social com o intuito de transformar uma cultura de medo e acomodação frente à situação de miséria e precariedade dos direitos cidadãs. Estratégias⁴⁰ desenvolvidas para que suas mensagens em forma de versos fossem mais facilmente assimiladas pela população.

A organização de encontros constantes também se coloca como uma forma estratégica de divulgar o trabalho, ampliar as discussões e assim conquistar novos participantes. No acervo documental do Cenep, é constante a documentação sobre eventos e reuniões realizados entre a década de 1980 e 90 nas regiões, seja por relatórios, seja por atas, por fotografias, peças teatrais.

Ainda tomada como foco de articulações e encontros, a cidade de Nova Palmeira realizou no dia 11 de outubro de 1987 o *Encontro de Trabalhadores Rurais: Educação Popular*, cuja temática de discussão circulava em torno dos “Direitos e Deveres dos

⁴⁰ Entende-se por *estratégia* a ação realizada a partir de um lugar próprio, já estabelecido que, segundo Michel de Certeau (2008), seria algo um “cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado” (p. 99), com objetivos já moldados antes mesmo de ser postos em prática. Estratégia tem lugar, hora e alvos marcados, ela impõe e demarca, limita e determina.

Trabalhadores”. Mais um evento em que o termo cidadania direcionava os debates e adentrava na mentalidade popular, ainda carente de uma consciência cidadã.

Nesses eventos, eles também discutiam os caminhos que seriam tomados pelas trabalhadoras e trabalhadores rurais frente aos STRs. Nesse encontro, em específico, ficou a cargo do membro da Equipe de Educação Política do Regional Nordeste II e da SAR (Serviço de Assistência Rural) do Rio Grande do Norte, chamado de Joscelito. O que demonstra seguir o movimento por caminhos solidamente construídos, com as informações sendo repassadas não apenas por sindicalistas, mas pessoas institucionalizadas, embasadas não por mera troca de informações, mas sobrecarregadas de leis, de regimentos e estatutos.

Segundo o relatório desse evento, os debates se cercaram em torno de temas como o capitalismo, partidos políticos, com ênfase nos de esquerda enquanto apoios institucionais importantes na luta social e agrária. O Partido dos Trabalhadores era tema constante, por surgir enquanto ferramenta de base institucional para apoiar as causas trabalhistas.

Também encontramos no acervo documental do Cenep uma cartilha escrita em abril de 1988 intitulada “História e luta de um povo em busca de sua libertação”. No documento, estão registrados orientações de encontros sequenciais para serem realizados, estilo um manual norteador dos debates a serem realizados com os trabalhadores. Nessa cartilha também demarca a presente participação da religião por meio da leitura de salmos e evangelhos durante os encontros.

Para o encontro número 1, com o título “Brasil: História de um povo oprimido e marginalizado”, a orientação é que se falasse sobre a história da colonização e exploração do país para se chegar à submissão e à marginalidade da classe pobre, a exemplo da vida dura do trabalhador do campo. O segundo, “Os negros, como irmãos”, seguia as discussões ainda deixadas pelo encontro anterior, tendo por intenção abordar os grupos excluídos da sociedade, como os negros e mulheres, o que demonstra um caráter múltiplo e agregador das diferentes problemáticas sociais. Não se falavam apenas sobre dificuldades enfrentadas pelo mundo rural, mas se elencavam questões que também faziam parte das fragilidades do lugar. “Exploração do pequeno pelo grande”, título proposto para o terceiro encontro consecutivo, objetivando conscientizar as trabalhadoras e trabalhadores da situação de submissão a que estavam imersos, informá-los sobre seus direitos e deveres e de seus lugares enquanto cidadãos produtores de sua história. O quarto e último encontro proposto na cartilha, intitulado “Quem mais trabalha é o que menos tem”, reforça e amplia a discussão anterior.

Nesse sentido, é importante percebe-se as estratégias traçadas para conquistar o pensamento popular e construir um consistente grupo de oposição frente aos mandos dos

líderes políticos locais. A atuação das mobilizações sindicais, em especial com maioria de mulheres à frente das produções de materiais como esse, tem se mostrado uma força consistente e organizada, capaz de adentrar no universo rural e incentivar pessoas à luta direta, ao enfrentamento com os poderes locais.

No ano de 1989, formou-se no município de Nova Palmeira um movimento de oposição sindical, iniciado por mulheres insatisfeitas com a não sindicalização no STR e as poucas que eram sindicalizadas não tinham seus direitos e benefícios reconhecidos. A lacuna deixada por essa insatisfação resultou na formação de uma mobilização que destituiu o presidente do Sindicato Rural, na época por meio de eleições legais, do seu posto ocupado havia quase 20 anos, desde a fundação da entidade, criada em novembro de 1972, de acordo com o livro de registro dos associados. A ata de fundação não foi encontrada.

De acordo com a documentação e entrevistas concedidas, esse foi um movimento importante, pois se colocou como o pontapé inicial para a formação de grupos de oposição sindical em outras cidades circunvizinhas, a exemplo de Cubati, que também conseguiu destituir o presidente que há muito anos ocupava o posto.

Em Nova Palmeira, a chapa opositora venceu as eleições no STR em 6 de setembro de 1989. O novo presidente, Antônio Pereira Dantas, afinal, ainda era a voz masculina predominante, deu início ao processo de garantia e asseguramento dos benefícios às mulheres já filiadas e à sindicalização das demais. Luisa Marques dos Santos, Dona Mocinha e Maria de Lourdes Ferreira, filiadas em 5 de março de 1989, ainda durante o enfrentamento com o presidente do STR na época, passaram a partir de setembro do mesmo ano a terem seus direitos reconhecidos, sendo aposentadas enquanto agricultoras anos depois.

Nesse percurso de luta e formação sindical, surge em janeiro de 1990 o Centro de Educação Popular, na cidade de Nova Palmeira, uma organização não governamental sem fins lucrativos, que passou a dar apoio a essas mobilizações, servindo como suporte fundamental na dinâmica e associativismos nas regiões, uma vez que oferecia assistências com locomoção, alimentação, palestras com pessoas capacitadas, a exemplo de advogados, assistentes jurídicos e políticos. Apoios que fortaleceram os movimentos de oposição sindical. Em 25 de julho, desse mesmo ano, a ONG promoveu o *Encontro em Comemoração pelo Dia do Trabalhador*.

Os *Encontros de Oposição Sindical* passaram a ser mais constantes com o apoio desse centro. A exemplo do que aconteceu na cidade de Cubati, em 6 de janeiro de 1991, em vista de estarem marcadas as eleições para o STR no dia 20 do referido mês. Com o apoio do CENEP, da Área Pastoral da cidade, do vereador Babá, filiado ao PT do município de Nova Floresta em 1988, todos esses já envolvidos no chamado Polo Sindical da Borborema, criado

nas duas regiões para apoiar as mobilizações sindicais. A chapa opositora ganha força entre os associados, dando início a uma concisa e organizada campanha eleitoral, contando com o apoio efetivo de algumas comunidades rurais, como o Cacimbão, Bela Vista e Capoeira.

Entre os nomes envolvidos nessa campanha estavam o de Maria José da Silva, Albanira Cordeiro de Araújo, Antônio Pereira Dantas (presidente eleito no STR de Nova Palmeira), Luzinete Barros, Maria de Lourdes Gomes – Nega Lourdes – (diretora do CENEP), Marilene Ribeiro, Josefa Maria dos Santos, Rosa Maria dos Santos. Mais uma vez a figura feminina lança sua participação ativa nos movimentos, dando peculiaridade a um processo que culturalmente deveria ser regido pela força masculina, já que as instituições e a própria sociedade continua marcadamente impregnada por uma cultura machista, onde o papel da mulher se centra apenas no campo do privado, no lar e afazeres domésticos.

De acordo com o relatório escrito em forma de poesia, datado de 6 de março de 1991, sobre o evento de posse da nova diretora eleita no STR de Cubati, no dia 20 de fevereiro, estiveram presentes nesse ato Antônio Barbosa, representante da CUT Paraíba, além dos presidentes dos STRs das cidade de Nova Floresta, Barra de Santa Rosa e Nova Palmeira.

Os encontros e articulações sindicais não pararam por aí. Ainda segundo os documentos analisados, as reuniões ocorreram ao longo dos anos de 1990 nas duas regiões a partir de assistências técnicas, assessorias jurídicas, em comunidades rurais, como Bela Vista, cidade de Cubati, sítio Umbuzeiro, município de Pedra Lavrada, por exemplo. Nesses encontros, havia leituras religiosas, cantorias, músicas, apresentação de mamulengos realizadas pelo Grupo de Fantoches Mandacaru, do CENEP. Os espetáculos desse grupo estavam direcionados por temáticas ligadas às problemáticas sociais da época, ao mundo do trabalho, alargando as estratégias e práticas desenvolvidas para formar pensamentos críticos. Fazendo uso da linguagem popular e descontraída, os vários tipos de artes adentravam no universo da população, através do riso, a ponte para os questionamentos.

As expressões artísticas, como já foi dito, dão às mobilizações sociais do Seridó e Curimataú paraibanos características particulares, como podemos verificar na paródia *Mulher nova, bonita e carinhosa*⁴¹ escrita na época das lutas sindicais:

Margarida Maria defensora
Dos pequenos foi dos canavieiros
A voz forte contra justicieros
Denunciando o patrão no sindicato [...]

⁴¹ Música original: Mulher nova bonita e carinhosa faz o homem gemer sem sentir dor. Intérprete: Amelinha. Composição: Otacílio Batista/Zé Ramalho.

[...] Quem não conhece Elisabete Teixeira?
 É a viúva de João que deu a vida
 Pela gente pobre e oprimida
 E ela segue na luta mesmo idosa.

Escrita por Marisinha, essa composição revela a inspiração que foram as sindicalistas Margarida Maria Alves e Elisabete Teixeira⁴² para a organização de mulheres nas regiões, a importância que teve a luta delas, assim como a militante Penha, na formação de uma mentalidade voltada para o questionamento das autoridades locais.

A imagem dessas mulheres para os movimentos que se formaram nas regiões do Seridó e Curimataú paraibanos são importantes à medida que, como fica entendido pela paródia, promove um estímulo a não desistência das lutas iniciadas, mesmo que as consequências fossem duras. Evocando a dedicação das sindicalistas às suas causas, a autora demonstra convidar, estimular e conscientizar mulheres e trabalhadores a insistirem na luta por seus ideais.

A fé, ligada à arte e atrelada ao olhar sensível e dedicado das mulheres, fez das experiências religiosas, educativas e sindicais nas regiões do Seridó e Curimataú paraibanos terrenos propícios à atuação social, onde a cultura, a fé e o saber se tornaram armas fundamentais na formação de uma mentalidade questionadora, capaz de transformar as sociedades e fundar instituições, como se vê no próximo capítulo deste trabalho.

⁴² Elisabete Altino Teixeira nasceu na cidade de Sapé-PB. Casada com João Pedro Teixeira, líder da primeira Liga Camponesa na Paraíba, nos anos 50, e assassinado em 1962, Elisabete torna-se uma das mais importantes lideranças camponesas. Sua dedicação e resistência à luta no campo inspirou muitos trabalhadores, especialmente mulheres, por todo o Estado a se engajarem em movimentos sindicais e populares.

CAPÍTULO 3

MULHERES INSTITUCIONALIZADAS: ONGs, PARTIDO E SINDICATO

*“Essa luta uma lição
Para todos vai deixar:
Só com organização
A nossa situação
Vai poder modificar.”*

(Versos escritos para a programação do Encontro de Oposição Sindical da cidade de Cubati, em 6 de janeiro de 1991)

3.1 A atuação das ONGs no Seridó e Curimataú paraibanos

A diversidade de organizações não governamentais dificulta a construção de uma compreensão ou conceito único sobre esse fenômeno. Pensadas a partir da sociedade civil preocupada com as demandas sociais em fragilidade e com a garantia de um estado democrático, as ONGs necessitam não só de um corpo diretor, uma direção, como de um conjunto de fatores jurídicos que possibilitem suas atuações, como por exemplo, ser uma associação ou instituição registrada em cartório, com eleição de direção constando em ata assinada e regimento interno.

Múltipla e diversa, essas entidades trabalham com uma grande variedade de público e questões sociais, indo desde aspectos relacionados ao público, a outros mais particulares e privados, atuando tanto em redes solidárias com outras instituições, como de forma isolada.

A heterogeneidade das ONGs implica uma análise mais particular de cada uma delas, percebendo por onde, como e para quem atuam, seus fundos de financiamentos, os desafios enfrentados, as particularidades e ideologias que moldam as práticas cotidianas. Cada ONG apresenta um perfil diferente, por isso, é interessante analisá-las de acordo com suas peculiaridades, seus espaços de atuação, seus protagonistas e beneficiários (MACHADO, 2009).

Desde os anos DE 1960, na Paraíba, instituições como essas atuam no cenário social de diferentes formas, mas é durante a Ditadura Militar que elas ganham mais visibilidade, já que a maioria delas estava ligada à Igreja Católica e a Teologia da Libertação, grandes forças sociais nesse período.

Por meio das pastorais e das CEBs, que conseguiam recursos através de padres e instituições estrangeiras, as ONGs atuavam especialmente no campo das reivindicações e fragilidades sociais. A ONG Serviço de Educação Popular, por exemplo, fundada em fevereiro de 1981, na cidade de Guarabira, surgiu com o intuito de levar educação e mobilização popular às causas básicas da sociedade. Em dezembro de 1982, cria-se na cidade de João Pessoa, a Ação Santo Dias (ASD), com o intuito de atender às demandas sindicais dos trabalhadores do campo, dando suporte aos movimentos rurais na região. Em 24 de setembro de 1987, é fundado na cidade de Campina Grande o Centro de Ação Cultural, uma ONG que passou a atender de forma regional trabalhos no campo político, educativo e organizativo, com foco nas mobilizações e fortalecimentos dos sindicatos, associações de bairro e movimentos sociais.

O trabalho realizado não só por essas instituições, mas também de todas as outras que surgiram nesse período e as relações de sociabilidade que se teceram ao longo do tempo, sejam pelos trabalhos religiosos, pelos grupos de mulheres, feministas, como a ONG Cunhã Coletivo Feminista, criada em 1990, de negros, ecológicos, proporcionou ao ambiente social na Paraíba a possibilidade de se formar outras ONGs em espaços mais afastados dos grandes centros urbanos, como foi o caso do Centro de Educação Popular e do Centro de Educação e Organização Popular no Seridó Paraibano no começo dos anos 90, entidades que desempenharam um papel não apenas local, mas atendendo às demandas sociais pelas cidades circunvizinhas, fazendo um trabalho regional.

As duas ONGs aqui pesquisadas estão inseridas dentro de uma rede de sociabilidades onde outras instituições, por meio de parcerias e financiamentos, trouxeram perspectivas e características diferentes. Por isso, é desafiante traçar um único perfil de atuação dessas ONGs, já que a influência do estilo que circula nessas redes também acabou sendo incorporada por elas.

O Cenep e o Ceop são entidades que começaram com trabalhos dentro de um perfil *cidadão*, característica mais marcante das ONGs no Brasil e na América Latina, voltadas para questões de cidadania e problemas sociais básicos e mais emergenciais, também com questões democráticas e políticas, já que surgem de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, mas que acabam incorporando ao longo do tempo preocupações com o meio ambiente e o cuidado com as questões ecológicas, com questões de autossustentação e financiamento próprio.

Dessa forma, analisa-se os dois centros em tópicos diferentes, para que seja possível perceber as particularidades de cada perfil, seus desafios e possibilidades, seus atores e

beneficiários, seus lugares de atuação e capacitação, seus estilos e características principais, compreendendo suas diferenças e compatibilidades, já que estão inseridas em uma mesma territorialidade.

3.1.1 O Centro de Educação Popular

De acordo com a Ata de Fundação, o Cenep foi criado oficialmente em 21 de janeiro de 1990, na cidade de Nova Palmeira, durante uma reunião no Salão Paroquial Municipal. Sua primeira direção foi formada por Nega Lourdes (diretora), Marizinha (secretária) e Edson Camargo (tesoureiro). Objetivando amparar as lutas e insatisfações populares manifestadas anteriormente, o centro surge como “guarda-chuva” para a contínua atuação dos grupos sociais que buscavam melhorias para uma população pobre, com fome e sede.

A gente começou na Casa Paroquial, não tinha sede no começo. Começamos ali na Casa Paroquial. Depois o povo da Igreja começou a reclamar, reclamar, reclamar porque a gente tava ocupando os espaços da Casa Paroquial. E depois a gente conseguiu alugar uma casa. Aí começaram os projetinhos bem pequenininhos. Fomos fazendo os projetos. Já existia o trabalho. Fizemos um projeto pra construir a sede, que a gente precisava de um local maior pra fazer os encontros, pra fazer os seminários, aí foi quando a gente conseguiu pra construir a sede do Cenep.⁴³

Caminhantes pela cidade em busca de um local fixo para o desenvolvimento dos seus trabalhos, o grupo percorreu prédios da Igreja Católica e casas alugadas, como cita a depoente Nega Lourdes, até construírem sua sede no ano de 1991. O primeiro registro de atividades realizadas pelo Cenep data de 1989 e ocorreu em janeiro de 1990, sobre o qual o fato se institucionaliza.

Por meio da conquista de alguns projetos, doações dos próprios participantes, voluntários e apoio de padres, a sede do centro é construída. De acordo com a documentação, foi pelo Programa de Pequenos Projetos da Embaixada (KAP Programe), entidade do Reino dos Países Baixos, com sede em Brasília, que o Cenep recebeu o recurso financeiro para esta finalidade.

Em parceria e diálogo com outras ONGs e instituições, como o Centro de Ação Cultural, a Universidade Estadual da Paraíba e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba, todos localizados na cidade de Campina Grande-PB, o Centro de

⁴³ Maria de Lourdes Gomes de Lima (Nega Lourdes). Professora aposentada e coordenadora geral do Centro de Educação Popular. Entrevista concedida à autora, em 20 de maio de 2014.

Educação Popular foi desenhandando seus passos em direção a sua consolidação e funcionalidade institucional e de utilidade pública.

Sendo resultado da atuação de grupos comunitários, agentes pastorais, professoras e sindicalistas, o Cenep surge, segundo documentação analisada, enquanto espaço contínuo de conscientização e organização popular, por isso construída a partir de uma cultura política particular dessas mulheres, uma vez que constituiu-se por meio de vivências e experiências, uma consciência de que assegurados seus direitos e deveres, elas podia transformar a sociedade. Dessa forma, os trabalhos centraram pioneiramente na diminuição da fome e sede, em especial com vista à grande mortalidade infantil, na assistência a educação e saúde, na construção de moradias, cisternas e pavimentação, na politização dos espaços, exigindo direitos e reclamando participação popular no poder público.

Como foi dito, o seu reconhecimento quanto utilidade pública só veio acontecer depois de dois anos de fundação, em 14 de fevereiro de 1992, por meio de um projeto de Lei Nº 13/92, aprovado na Câmara Municipal de Vereadores da cidade, e pelo prefeito Luiz Medeiros de Araújo apenas em 6 de dezembro do referido ano. Por ser fruto de mobilizações sociais e lutas por melhorias na condição de vida do pobre e trabalhador, à distância trilhada para o seu reconhecimento pela Câmara e, posteriormente pelo gestor público, nos permite indagar sobre a resistência existente por parte de alguns agentes políticos em aceitar e conviver com as atividades desenvolvidas pela entidade em paralelo as ações realizadas pelo poder público. Ao longo dos relatórios produzidos pelo Cenep, fica nítida a relação desarmônica que existia entre os dois lugares de poder, resquícios das mobilizações sindicais que afetaram diretamente as pessoas pertencentes as instituições.

Em diálogo com os setores efervescentes da esquerda na época, a exemplo do próprio Partido dos Trabalhadores na Paraíba, a Central Única dos Trabalhadores da Paraíba e alas da Igreja Católica, o Cenep foi organizado em torno do pensamento popular, crítico, formulado por pessoas que participavam desses espaços, se colocando como veículo de reivindicação pela não atuação do poder público frente às carências e necessidades sociais.

Abaixo assinados, formação de conselhos municipais, cartas e ofícios às autoridades, denúncias públicas, encontros para informar às pessoas de determinadas situações que comprometiam o direito cidadão, eram organizados pelo Cenep para autorizar as pessoas na reivindicação de condições dignas de sobrevivência.

As diferentes atividades desenvolvidas pelo centro durante toda a década de 1990 visavam contribuir na melhoria da qualidade de vida das pessoas, já que não era só de fome

de comida, necessariamente, que as pessoas “morriam”. Elas tinham fome de saúde, de cultura, de educação, de renda suficiente para uma sobrevivência digna.

Artesanato, corte e costura, culinária e remédios caseiros foram algumas das temáticas desenvolvidas nas primeiras oficinas voltadas para as mulheres, um dos grupos mais desfavorecido socialmente pelo forte machismo e desemprego, como caminho possível na contribuição na renda familiar.

Músicas, versos, poemas e principalmente o teatro (o de rua e o de bonecos de mamulengos), com registros desde 1987, formavam o conjunto de práticas culturais utilizadas para conscientizar as pessoas dos seus direitos, uma vez que faziam uso de uma linguagem simples e popular, acessível aos trabalhadores e analfabetos que em sua maioria formavam o público.

O uso desses veículos era constante e atraia a atenção dos presentes. De acordo com os relatórios, prendia e divertia o olhar atento das pessoas. Além disso, eram formas de levar entretenimento aos sujeitos que estavam distantes dos grandes centros urbanos, facilitadores de lazeres produzidos a partir das artes, da televisão, da cultura, dos espetáculos (circenses ou teatrais), e distantes do consumo dos pobres, já que em muitos lugares, especialmente nas comunidades rurais, não existia nem eletricidade.

Atividades com plantio e colheita, alimentação saudável, o uso do suco verde (feito à base da folha da couve), produção de remédios caseiros foram alguns dos trabalhos desenvolvidos pelo Cenep como direções possíveis no tratamento de doenças básicas que assolavam e desnutriam a população, especialmente crianças fragilizadas por falta de recursos e informações básicas de cuidados alimentares. O aproveitamento dessas atividades também recaia sobre o cuidado com a natureza e o meio ambiente, questões que também se inseriam nas pautas de preocupações da entidade.

Diverso e amplo em áreas de atuação, o Cenep não se restringia apenas ao trabalho na cidade de Nova Palmeira. Articulado dentro de uma rede já construída desde os movimentos de oposição sindical, a ONG registra sua participação por todas as cidades circunvizinhas, atuando de diferentes formas em cidades como Cubati, Pedra Lavrada, Nova Floresta, Soledade, Picuí, Cuité, Barra de Santa Rosa, deixando sua contribuição para a reorganização do espaço social.

Ao longo da década de 1990 o Cenep se organizou em diversas áreas de atuação, chegando a atingir trabalhos em torno do sindicalismo, educação e educação ambiental, cultura e saúde, todas pensadas a partir das mais urgentes necessidades sociais da época, uma vez que as carências eram múltiplas e amplas, reflexos das políticas neoliberais que

dominavam o país na época. A ampliação das atividades realizadas nessas áreas se tornou possível especialmente depois da construção de sua sede, em 1991. Instituído e edificado, o Cenep começa a dar seus primeiros passos frente à consolidação de um trabalho que hoje completa 25 anos de existência.

A posse de um espaço físico não deu apenas autonomia para realização de trabalhos e encontros, limitados anteriormente pela inconstância de espaço, mas também mais força e poder aquelas pessoas que insistiam em continuar transformando a sociedade e dando às crianças, jovens e adultos, cidadãos de direito, oportunidades e conhecimentos para lutarem por dias melhores. Em um lugar de permanência e continuidade, o Cenep edifica pontos frágeis de sua atuação, já que antes precisava do apoio e contribuições incertas de outras instituições, estas penetradas por outras ideologias, posicionamentos e práticas.

A Igreja foi se afastando. Porque a Igreja começou a questionar práticas do Cenep. [...] Então a estrutura da gente não coube, a gente não cabia mais dentro da estrutura da Igreja. Então a gente tinha que buscar outros caminhos. Foi através daí que surgiu o Cenep, pra dar cobertura a esses movimentos, a ação.⁴⁴

A Igreja Católica foi um desses apoios que com o tempo e as diferentes formas de agir socialmente de ambas as instituições acabou acarretando em um distanciando, como demarca a fala de Nega Lourdes. O Cenep, provido de outras práticas sociais e, inclusive, de posicionamentos políticos, começa agir por conta própria, a partir do seu novo lugar de poder, sua sede. Essa autonomia foi importante, pois permitiu que de forma livre o centro atuasse em diferentes campos da sociedade, sem intervenções ideológicas, religiosas e pessoais. Entretanto, o distanciamento foi meramente institucional, uma vez que a religião sempre foi um favor presente nas atividades desenvolvidas, sejam pelos padres empenhados nas causas sociais, sejam por leituras e celebrações religiosas ou por agentes pastorais que não deixaram de atuar junto à ONG.

O Cenep começou formado por um grupo de pessoas que compartilhavam dos mesmos interesses, possuíam pautas semelhantes e transformação do bem estar comum. Pessoas que para além do centro se engajavam em lutas tanto particulares como coletivas, à medida que se envolviam em partidos políticos, sindicatos, conselhos municipais e associações. Por meio dessas pessoas, esses espaços passaram a dialogar com o centro, construindo uma fortalecida

⁴⁴ Maria de Lourdes Gomes de Lima (Nega Lourdes). Professora aposentada e coordenadora geral do Centro de Educação Popular. Entrevista concedida à autora, em 20 de maio de 2014.

rede de intervenção social. A reunião desses lugares de poder ampliou o poder de ação, criou parcerias que resultaram em Nova Palmeira na criação do Partido dos Trabalhadores, registrado em 09 de julho de 1992, a organização de um Grupo de Saúde Popular e de um Comitê de Cidadania, fundando em 11 de julho de 1993, a fundação de um órgão regional defensor dos trabalhadores, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Curimataú, em 12 de dezembro de 1992, com sede na referida cidade, além da criação do Conselho Municipal de Saúde, em 01 de maio de 1994.

Para além dessas redes e articulações, o Cenep ao longo de sua trajetória firmou apoio e financiamento com outras entidades, especialmente as estrangeiras, fundamentais no financiamento de ONGs em países subdesenvolvidos como o Brasil na época. De acordo com a documentação analisada, algumas delas foram a Associação de *Educação Cristã da Paraíba* (AEC), a *Coordenação Ecumênica de Serviço* (Cese), a *Conferência dos Religiosos do Brasil* (CRB), a *Ação Ecumônica de Solidariedade com a América Latina*, sede na Holanda, a *Memisa Medicus Mundi*, sede em Rotterdam (Holanda), uma das primeiras a fazer doações ao centro por meio de um projeto aprovado em 16/03/1990, da *Solidaritatmit Brasilien*, sede em Campo Limpo-SP, do *Programa de Pequenos Projetos da Embaixada* (KAP Programa), e da *APIBIMI Onlus*, entidade italiana que financia projetos com educação e crianças no Cenep desde 1992 até hoje.

Com a parceria e apoio dessas e de outras instituições ao longo de sua caminhada na década de 1990, o Cenep foi consolidando sua atuação por meio de práticas assistencialistas, dirigidas para o público mais carente da sociedade que estava à margem do processo econômico, político e cultural. Mulheres, jovens e crianças eram seus públicos principais, pois em sua maioria estavam fora da organização social, resultante de práticas machistas e patriarcais.

Imprimi-se um mapeamento dessas atuações e indivíduos sociais é compreende-se a participação desse lugar na transformação do cenário social das regiões, marcadamente empobrecido pelo duro sistema econômico implementado no Brasil na época, onde os pobres estavam a margem de todo o processo de enriquecimento e poder político institucional. Além disso, é entendido a dimensão do sujeito mulher dentro dessa organização, já que estamos falando de uma sociedade machista e patriarcal, onde era culturalmente o homem detentor do poder e da atuação política. Vencendo lutas, fundando ONGs e partido, criando conselhos e sindicato, as mulheres se mostram aqui como pioneiras na reorganização do espaço não só social, mas também econômico, cultural e político.

Educação

O trabalho com educação pegou ritmo desde as atividades com a formação sindical, por meio da organização de seminários, palestras, oficinas, como caminhos possíveis na conscientização dos trabalhadores sobre seus direitos e deveres, diante de um cenário onde o analfabetismo e a falta de informação atingiam fortes patamares.

Nesse percurso de organização dos trabalhadores, surge a proposta de se trabalhar com a *alfabetização de adultos*, atividade iniciada pelo Cenep e a partir de 1992 em parceria com o Centro de Educação e Organização Popular. Nos registros das ONGs, encontra-se cartilhas produzidas tanto durante os cursos que as monitores pedagógicas participavam, como produzidas durante as aulas realizadas pelos centros.

“Curso de Alfabetização de Adultos do Cenep – Educação e Participação: Mutirão, Luta e Vida”- foi um dos trabalhos produzidos pelas monitoras do Cenep durante a alfabetização de adultos do conjunto habitacional, chamado popularmente por Mutirão, na cidade de Nova Palmeira, no ano de 1991. O curso aconteceu com o apoio da Universidade Estadual da Paraíba e do Grupo de Saúde Popular da cidade, que fez dessa cartilha a produção inicial.

As monitoras responsáveis eram Maria da Conceição Bezerra e Maria da Luz Mendonça. Elas desenvolviam os trabalhos por meio do método de ensino Paulo Freire, onde não só apenas se ensinava a ler, mas também inserindo os indivíduos dentro de suas dadas realidades por meio dos conteúdos didáticos, compreendendo-os enquanto sujeitos históricos, ou seja, que fazem parte do processo de organização e transformação da sociedade. À medida que ensinavam, havia também o trabalho de conscientização social, uma vez que estavam trabalhando com um grupo de pessoas que vivia sobre condições de moradia precárias, assolado pela pobreza, fome e sede. O curso tratou de temas que partiam de imagens e palavras chaves como fome, luta, casa, esgoto, lixo, saúde, higiene, vida, seca, trabalho, mulher, escola, sindicato, greve, além da apresentação de grupos de teatro, música, mamulengos, sanfoneiros e poesia.

[...] O povo já tá se unindo,
Já tá se organizando.
Uma escola muito boa,
Hoje aqui tá começando
Gente vai ficar sabida
Aqui se alfabetizando.

A nossa pobreza é grande
 As crianças são sofridas
 Tem dias que não se faz
 Fogo pra não ter comida
 Quando a gente adoece
 Fica só, não é valida. [...]⁴⁵

Essa é parte de uma das poesias utilizadas para abrir os círculos de estudos no Mutirão, intitulada “Toada das Bonecas”. Por meio de uma linguagem simples e popular, os versos abriam caminho para a discussão de temáticas de interesses locais, ensinando e conscientizando os presentes de que aprender a ler também é compreender a importância da organização na luta por melhorias do grupo. De acordo com seu relatório de atividades, o curso atingiu diretamente 15 famílias carentes, assistidas pelos trabalhos de alfabetização, saúde, alimentação e cultura.

Outra cartilha produzida foi para os trabalhos desenvolvidos nos núcleos de alfabetização de jovens e adultos, organizados pelo Cenep e Ceop, intitulada de “Educação, Resistência, Vida”. O uso de figuras, frases, palavras de impacto, como política, voto, esgoto, tijolo, terra, higiene, sindicato, nutrição, mescladas a realidade vivenciada pelo público direcionado, norteavam as práticas das monitoras pedagógicas durante os cursos que eram montados sobre os direcionamentos do método freiriano. O público dessas atividades variava muito de público. Alguns encontros aconteciam na zona rural, outros na urbana, havia também os grupos misturados de jovens e adultos, rurais e urbanos, variando de acordo com o tempo e as necessidades, assim como os temas, que em geral partiam das áreas de atuação das entidades, como educação, sindicalismo, saúde, cultura. O trabalho com alfabetização durou no Cenep até aproximadamente 1994 por falta de recursos, continuando com o Ceop.

O trabalho com as crianças começou por meio de reforço escolar, grupos de teatro e capoeira, desenho e pintura, artesanato e atividades esportivas. As atividades iniciaram a partir de recursos recebidos por entidades, especialmente das religiosas. No ano de 1993 é aprovado o projeto intitulado “Nossas Crianças” por uma instituição italiana, a Apibimi Onlus. Foram mais de 1960 crianças e adolescentes atingidos nesse ano entre idades de 7 a 18 anos.

Durante a década de 1990, com o apoio e financiamento da Apibimi, esse projeto se encaminhou tanto pela manhã como pela tarde. As turmas eram divididas por faixa etária e organizadas a partir dos horários escolares do ensino regular. Os assistidos passavam por atividades que reforçavam os conteúdos passados pelas professoras em sala de aula,

⁴⁵ Texto na íntegra em anexo.

participavam de atividades com leitura, filmes, desenhos, brincadeiras e, claro, por refeições. A alimentação alternativa sempre foi uma pauta importante do centro, já que a fome e as doenças eram corriqueiras naquela época devido à baixa imunidade, atingindo principalmente as crianças. Como forma de contribuir com a alimentação dos beneficiários, o Cenep oferecia café da manhã, almoço, lanche e jantar, refeições organizadas a partir de frutas, legumes, verduras, proteínas, alimentos que aumentam a imunidade, evitando com que as crianças não adoecem corriqueiramente de gripe, tosse, coceiras, viroses, que atingiam majoritariamente as famílias pobres.

Durante os anos de 1990 os trabalhos com educação se mesclavam a outros ligados a cultura, esporte e lazer, como por exemplo, apresentações teatrais, de bonecos de mamulengos, festividades comemorativas em datas especiais como São João, Dia das Crianças, Natal, Páscoa, as quais reuniam não só as crianças e adolescentes assistidos, mas também as famílias. Nas festas, eram oferecidas refeições, lanches, doces, apresentações culturais, fotografias, distribuição de brindes e brinquedos, como tentativa de inserir no cotidiano daqueles sujeitos a brincadeira, o entretenimento, em geral, lazeres tão pouco desfrutados pelos mais pobres naquela época, reclusos em sua maioria a trabalhos domésticos para as meninas e o trabalho com o pai aos meninos, muitas vezes atividades braçais para ajudar na renda familiar.

As monitoras responsáveis por essas atividades passavam por constantes cursos de capacitação por meio das parceiras firmadas com universidades, como a Universidade Estadual da Paraíba e Universidade Federal da Paraíba, campi localizados em Campina Grande. Um deles foi o curso de “Capacitação Educacional” que aconteceu nos anos de 1994, 1995 e 1996, em parcerias com a UEPB e outras instituições, inclusive, constituindo-se enquanto suportes importantes na autonomia das mulheres e nas ações desenvolvidas. Ao longo desses anos, em determinados meses, aconteceram oficinas sobre leitura, teatro, ensino, artes plásticas e produção de livro em pano.

O teatro também foi bastante utilizado pela ONG no campo educacional como veículo de aprendizagem e conscientização social. Realizadas tanto com crianças, jovens e adultos, as peças traziam não só temáticas fictícias, infanto-juvenis, mas também sociais. De acordo com os relatórios de atividades do centro, o teatro foi uma das mais antigas práticas realizadas, demarcando apresentações desde final dos anos de 1980, além de ser durante toda a década de 90 bastante utilizado nos encontros, reuniões e seminários como forma de não apenas divertir, mas relembrar culturas, crenças e tradições populares, romances, comédias que no fundo deixassem alguma mensagem sobre a sociedade e os problemas que nela existia, a exemplo da

peça “Casamento Matuto”, produzida para as comemorações do São João de 1991, abordando dentro do tema questões sobre trabalho braçal com pouca remuneração, dificuldades que um casal pobre tem ao se casar devido a falta de uma renda fixa e digna.

Oficinas e grupos teatrais também se formaram nas cidades de Pedra Lavrada e Cubati, com o acompanhamento do Cenep. Edson Camargo e Marcos Antônio Santos (conhecido por Chinoca ou Chinoquinha) eram os responsáveis pela organização desse trabalho. Não diferente da realidade social nas regiões, as peças produzidas nesses municípios também centravam suas temáticas nos problemas que circulavam a sociedade mais pobre, as dificuldades de uma sobrevivência digna e assistida pelo poder público. Por meio dos diálogos construídos nos enredos, se ouviam denúncias, insatisfações, desejos de mudanças.

Ao longo da década de 1990, o Cenep se expandiu em termos de estrutura física. Ampliou o espaço da sede com a construção de um refeitório, um armazém e uma casa para produção dos remédios caseiros. Também adquiriu matérias de cozinha e escritório, verbas para alimentação, oficinas e seminários, marcando a ampliação de suas atividades e pessoas assistidas, em especial as crianças e adolescentes que passaram a ser o centro de trabalho da instituição.

Mulher



FIGURA II – *Encontro de Mulher*, ocorrido no Centro de Educação Popular com o apoio da Escola Estadual de 1º Grau Antônio Coelho Dantas, na cidade de Nova Palmeira-PB, em 10 de março de 1991 (FONTE: Acervo fotográfico do Cenep).

Fundado majoritariamente por mulheres, o Cenep durante os seus primeiros anos de atividades carregava uma forte centralidade no papel da mulher em sociedade, buscando fazer desse gênero um ator de poder frente suas ações. Em meio à documentação analisada, muitos

são os encontros realizados pela e para as mulheres, a exemplo do *Dia da Mulher*, realizado em 10 de março de 1991, na recente sede do centro, representado pela fotografia acima.

Um violão e uma violeira (Marizinha), um cartaz, cuja figura estampava Margarida Maria Alves, muitas mulheres, alguém falava ou cantava, outras observavam e escutavam. Detalhes de uma fotografia que nos permitiu, mesclando a outras fontes, como música impressa para o dia, ata de encontro, tomar o registro como emblemático para nossa análise, uma vez que, carregada de signos, nos ajuda a compreender o grau de organização de mulheres em torno de um bem comum, o seu lugar de poder na sociedade.

Símbolo de luta, Margarida é trazida ao centro do encontro em que a mulher era a pauta de discussão, o que nos remete a inspiração dessa camponesa e sindicalista na atuação e desejos dessas mulheres nas figuras reunidas. Essas que motivadas pelo som da viola, ouvem com atenção a mulher que vos fala. Talvez seja ela uma mãe? Uma professora? Uma poetisa? O que se pode compreender é que seja ela quem for, era mais uma mulher em busca de interesses e desejos coletivos que ali conversavam.

A figura também nos remete a uma ideia de grupo organizado, participativo, reunido em um número expressivo de mulheres que promoviam encontros, por vezes dinâmicos e atrativos pelo uso de elementos como a música, a escrita, a poesia, o violão, instrumentos cotidianamente utilizados por elas na luta por seus interesses.

Enquanto majoritariamente fundadoras do Cenep, as mulheres durante a década de 1990 sempre foram umas das principais preocupações do centro. Elas ocupavam a maior parte dos cargos e funções da ONG, participavam ativamente de todas as áreas trabalhadas, além de serem beneficiadas diretas das atividades desenvolvidas. Muitos recursos eram destinados à realização de encontros, seminários, cursos e oficinas que de alguma forma contribuíam em alguma formação profissional, na autonomia frente ao marido, já que viviam sobre uma rígida submissão masculina. A aquisição de renda por parte das mesmas era um dos objetivos do centro, por isso os cursos estavam voltados para atividades que gerasse algum tipo de rendimento financeiro, seja por meio de cursos culinários, como a produção de doces, corte e costura, artesanato, remédios caseiros.

Envolvidas especialmente nos campos do sindicalismo e da saúde, em grupos, como o Grupo de Saúde Popular, as mulheres eram maioria nos encontros, cursos e oficinas sobre plantas medicinais e remédios caseiros, higiene, saneamento básico, infraestrutura e moradia, sexualidade e alimentação. Constatou-se essa maciça participação feminina por meio das listas de presença, relatórios, resumos, fotografias. Mulheres que espalhadas pelas diferentes áreas de atuação, deixavam suas marcas em forma de poesia, música, trabalhos manuais,

organização de eventos, diretorias, conselhos, monitorias, também enquanto cozinheiras, responsáveis pelas refeições diárias e aquelas oferecidas nas festas. Em cada lugar e trabalho havia “um dedo de mulher”.

Saúde

Para além das preocupações com a educação e cultura, o Cenep também atuou durante os anos 90 com trabalhos ligados à saúde, já que esse era um problema social enfrentado pela população mais carente. Nesse campo, as questões estavam concentradas em torno da água, da alimentação, do saneamento básico, higiene, habitação, atendimento hospitalar, doenças corriqueiras que atingiam especialmente os mais empobrecidos, como a cólera, por exemplo. A diversidade de problemas que afligiam a classe pobre era bastante expressiva, levando os grupos sociais, a exemplo do Grupo de Saúde Popular, a Igreja Católica, sindicatos, grêmios estudantis a se unirem junto ao Cenep, formando uma frente promotora de práticas e políticas que transformassem esta realidade.

A efetividade desses trabalhos demarca de aproximadamente 1992, quando o Sinpuc já havia sido fundado, o PT com filiados, concorrendo a cargo de vereadora (eleições de 1992), espaços de poder que fortaleciam a atuação dos grupos sociais. Abaixo-assinados, denúncias em jornais, ofícios, somam algumas das documentações encontradas sobre as ações promovidas pelos agentes populares em benefício de uma qualidade de vida melhor.

A partir da eficácia do trabalho com plantas medicinais na promoção da saúde, por meio de cursos, capacitações, encontros, as diferentes questões que envolviam saúde social ganhavam cada vez mais espaço, já que esse aspecto era um dos mais precarizados pelo poder público, pois não havia saneamento básico, atendimento hospitalar de qualidade, assistência médica, estruturas habitacionais mínimas. A cólera foi um grave problema enfrentado no ano de 1992 nas regiões, devido à falta de cuidados com a saúde pública, atingindo especialmente as populações pobres.

Encontros sobre a doença foram realizados no ano de 1992 pelo Cenep. O primeiro, em 11 de março na sede do centro, discutia sobre a cólera, suas causas e cuidados necessários, entre eles um saneamento básico de qualidade, principalmente o cuidado com esgotos e o tratamento de água, na época bastante precarizados. Um segundo registro data de 05 de outubro, também organizado pela ONG.

Ao longo da década de 1990, os encontros realizados e projetos desenvolvidos no campo da saúde estavam organizados em eixos principais de discussão para o Cenep: a

municipalização da saúde, destinado a criar um Conselho Municipal de Saúde, plantas medicinais e remédios caseiros, alimentação alternativa, sexualidade, saúde do trabalhador (rural e urbano), e saúde da mulher.

Encontros e atividades não eram apenas restritos ao município de Nova Palmeira, mas expandidos para outras cidades vizinhas com o apoio especialmente da Igreja Católica, por meio de padres e irmãs envolvidos com as questões sociais. Os eventos aconteciam tanto na zona urbana, quanto na zona rural, a exemplo do “Encontro de Saúde” realizado no sítio Cacimbão, município de Cubati, em 25 de abril de 1992.

As atividades na cidade de Cubati eram constantes devido à participação do município no projeto “Saúde, Luta e Vida” desenvolvido pelo Cenep no começo dos anos de 1990 com a ajuda financeira da *Memisa Medicus Mundi* (fundo privado internacional localizado na Holanda). Os trabalhos com horticultura, higiene, plantas medicinais e remédios caseiros por meio da Farmácia Popular, criação de animais de pequeno porte, foram algumas das práticas realizadas pelo projeto.

Para além do espaço urbano e herdeiro das lutas sindicais rurais, grande parte das atividades do Cenep também era realizada no campo. Ciclos de reuniões em torno da saúde popular do trabalhador rural demarcam desde 1991, a exemplo da que aconteceu no sítio Corujinha, em 21 de abril, no dia 22 de abril no sítio Cantinhos, no sítio Porteiras em 5 de maio, sítio Navio em 12 de maio, na comunidade Serra Baixa, em 21 de setembro. No ano de 1992 também se realizou eventos com a temática no sítio Cacimbão, em Cubati.

Ainda no ano de 1991 começam os debates sobre a questão da municipalização da saúde, bastante visualizada pelo centro ao logo da década de 1990. O “I Encontro de Mulher e Saúde: organização e luta na região do Curimataú/Paraíba”, ocorrido entre os dias 27 e 28 de setembro, na sede do centro, foi o primeiro evento que tratou da discussão sobre os Conselhos Municipais de Saúde. De acordo com o relatório de atividade, o evento contou com a presença de representantes tanto rurais quanto urbanos de cidades como Pedra Lavrada, Cubati, Soledade, Nova Floresta, Nova Palmeira. Contou com palestrantes religiosas que trabalhavam com saúde popular através de plantas medicinais, como a Irmã Consuelo Rodlei e a irmã Berenice Cebalha.

A relação saúde e religião estava muito presente nos trabalhos desenvolvidos pelo centro, especialmente no campo da saúde, devido a falta de assistência médica e hospitalar. Muitas freiras articuladas em redes populares participavam enquanto palestrantes, ministrantes de cursos e oficinas, conselheiras pedagógicas no trato com as pessoas e terapias, dando as atividades do Cenep, para além das informações técnicas, um caráter religioso, já

que era corriqueiro a leitura de salmos, cantos religiosos e orações durante o desenvolvimento dos serviços.

Em meio aos trabalhos cotidianos, composições foram criadas para animar e conscientizar as pessoas, a exemplo da canção “Cantando a Saúde”, paródia escrita por Marizinha a partir da música “Nordeste Independente”⁴⁶. Além dessa, há registros sobre a paródia “Fazendo a prevenção”, produzida a partir da música “Homem com H”⁴⁷, para a “I Semana de Saúde Popular de Nova Palmeira” realizada pelo centro entre os dias 30 de agosto e 4 de setembro de 1993, no Salão Paroquial da cidade, com o apoio da Escola Estadual de 1º Grau Antônio Coelho Dantas.

Nesse encontro, mais uma vez a discussão em torno dos Conselhos Municipais de Saúde é uma das pautas. Questão que é acalorada no ano seguinte, quando acontece a criação do CMS de Nova Palmeira, no qual, segundo ofícios do Cenep, fora criado em 1 de maio de 1994, a portas fechadas em gabinete da prefeitura. De acordo com o ofício enviado pelo centro aos conselheiros estaduais de saúde, em 2 de maio de 1994, a secretaria municipal de saúde anuncia publicamente a criação do conselho por meio de um projeto de lei na Câmara para março do referido ano, mas a sessão não chegou a acontecer. Este ofício foi assinado por representantes do STR, Sinpuc, Pastoral da Igreja, Cenep e Grêmio Estudantil.

Com o apoio desses grupos e instituições foi criado um abaixo-assinado em 02 de maio de 1994, destinado ao Procurador da República, Delson Lira, questionando a criação do SUS, a forma como o CMS foi criado na cidade, a exclusão de uma representação do Sinpuc, frente à recente criada Associação de Idosos pelo poder local, a participação popular na gestão da saúde pública. O documento constou com 262 assinaturas, sendo 165 mulheres e 97 homens, além de Antônio Pereira Dantas, presidente do STR, Maria do Carmo Santos, presidente do Sinpuc, Edson Francisco Camargo, secretário do Cenep, Pe. Aparecido Camargo, representante da Igreja Católica, e Maria da Guia Ribeiro, representante do Grêmio Estudantil.

A partir disso, grande parte dos encontros realizados pelo centro na região no requisito saúde, centrara na participação popular por meio dos CMS, da criação do SUS, das necessidades de melhoria na saúde pública, da gestão de verbas destinadas a esta área. Em 18 de agosto de 1995, no Salão Paroquial da cidade de Nova Palmeira, aconteceu o “I Ciclo de debates sobre Conselhos Municipais de Saúde do Curimataú”, com reflexões em torno da importância da descentralização e municipalização da saúde através da atuação dos CMS. O

⁴⁶ Composição de Bráulio Tavares e Ivanildo Vilanova, interpretada por Elba Ramalho nos anos de 1980.

⁴⁷ Autoria de Antônio Barros e interpretada por Nei Matogrosso em 1981, auge da canção.

evento contou com a participação de várias cidades das regiões, como Nova Palmeira, Cubati, Soledade, Pedra Lavrada, Cuité e Juazeirinho.

As oficinas e cursos foram corriqueiros durante toda a década de 1990. De acordo com os registros, até o ano de 1999 muitos eventos foram realizados em torno do uso de plantas medicinais e remédios caseiros, carro chefe do centro no campo da saúde. As atividades permaneceram por toda região, tanto em áreas urbanas, quanto rurais. No final dos anos 1990, entre junho e julho de 1999 foi realizado na cidade de Barra de Santa Rosa cursos sobre horticultura e tratamento de água com moringas e um Encontro de Mulher, em dezembro, além de oficinas sobre plantas medicinais nos municípios de Picuí e Pedra Lavrada.

De forma diversa e dinâmica, o Cenep conseguiu ao longo da referida década, atingir no campo da saúde trabalhadores rurais e urbanos, mulheres, crianças, jovens e adultos, indo desde oficinas a refeições diárias durante suas atividades cotidianas. Com o apoio de entidades, grupos, sindicatos e instituições de poder, promoveram mudanças significativas na organização e assistência a saúde, sendo a principal delas a municipalização do setor.

Sindicalismo

Fundado pelo mesmo grupo de mulheres que lutou pela sindicalização feminina no Sindicato Rural dos Trabalhadores na cidade de Nova Palmeira em 1989, o Cenep surge como mais um veículo de luta sindical, reforçando e contribuindo neste campo dando continuidade ao trabalho de conscientização dos direitos e deveres do trabalhador rural.

Durante os anos 1990, com o apoio do Polo Sindical da Borborema, dos STR, dos partidários do PT na região, da própria CUT Paraíba, o Centro de Educação Popular penetrou por exercícios que resultaram nos chamados grupos de oposição sindical, trabalhadores que sob orientações e interesses em comum se reuniam para fazer chapas opositoras aos presidentes dos STR ligados ao poder local.

A realização de encontros, seminários, festividades em comemoração a uma data especial, como o Dia do Trabalhador ou Dia da Mulher, de reuniões, foram estratégias desenvolvidas para ampliar o trabalho de conscientização dos trabalhadores, fossem eles mulheres ou homens.

É importante ressaltar a forte presença feminina nesses espaços. De acordo com as listas de presenças, dos relatórios e resumos, a maior parte do público participante era feminino. O que demarca uma particularidade importante neste campo em específico, pois culturalmente falar em sindicato é se remeter ao mundo masculino, ao homem que trabalha na

enxada enquanto a mulher cozinha em casa e cuida dos filhos. Mas nesses territórios, de acordo com a documentação, a mulher é a força articuladora, a porta voz pioneira dos problemas e insatisfações sociais, a força que luta por liberdade, como podemos observar no título deste evento: “Encontro de mulheres em busca da libertação”, ocorrido em 11 de março de 1990, de acordo com seu relatório de atividade.

No ano de 1991 aconteceu o “Encontro de mulheres trabalhadoras rurais de Cubati”, realizado no Salão Paroquial, em 01 de setembro de 1991, com o tema: mulher nas diferentes sociedades, abordando as diversas figuras femininas. O evento contou com a participação de 37 pessoas. Na época era uma mulher a presidente do STR na cidade.

A presença feminina também estava expressa nos versos, poemas, músicas e relatos que escreviam para ou sobre os encontros. A exemplo do “Versos para mulher”, escrito pela moradora do sítio Porteiras, Eliete Santos, para o II Encontro de Mulher do Campo, em 26 de março de 1987. “Poema para mulher”, um escrito de dona Mocinha para os festejos em comemoração ao Dia da Mulher, promovido pelo Cenep no dia 10 de março de 1991. Além das produções escritas pela poetisa Marisinha, “Mulher Flor-Margarida” e “Mulher Libertaçāo”.

A atuação do Cenep nesse campo em específico concentrou-se em atividades que desenvolvessem consciência social, dando ao trabalhador recursos e informações para que o mesmo buscassem a garantia dos seus diretos e tivesse por conhecimento o que lhe era de dever. Nesse setor durante a década de 1990, a ONG também atuou sobre exercícios que contribuíssem de maneira mais efetiva na melhoria de vida das pessoas, por meio de projetos que desenvolviam atividades com caprinocultura, apicultura, criação de pequenos animais, horticultura, construção de poços e cisternas para o armazenamento de água, já que constantemente havia temporadas prolongadas da seca, assolando especialmente o campo.

A água também foi uma das questões bastante discutidas pelo Cenep. Alguns encontros foram realizados sobre a temática com vistas a tratar sobre saneamento básico, tratamento de esgotos e água, racionamento, devido a seca, exemplo dos eventos organizados pela Comunidade Rural com o apoio do Centro na cidade de Cubati, nos sítios Bela Vista, em 12 de maio de 1991, e Quixaba, em 21 de agosto de 1992, já sobre a construção de poços e cisternas em zonas rurais da região, um projeto que contou com recursos conquistados pela Conferência dos Religiosos do Brasil, em Recife-PE. De acordo com os relatórios de atividades do Cenep, responsável pela gestão do dinheiro e fiscalização das obras, as construções têm início por volta do final de 1992 em várias comunidades rurais das cidades de Nova Palmeira e Cubati, prestando conta em janeiro de 1993.

O centro também participou de manifestações promovidas pela própria sociedade civil, servindo de aporte para a organização de abaixo-assinados sobre questões de iluminação municipal. Um deles foi enviado pelos atletas da cidade de Nova Palmeira ao prefeito em 06 de abril de 1995, insatisfeitos com a falta de iluminação na quadra esportiva. No documento, eles citam a falta de opções de lazer, sendo a única existente impraticável à noite por falta de energia elétrica, 86 pessoas assinaram o abaixo-assinado, sendo 37 homens e 49 mulheres, demarcando mais uma vez a expressiva presença do feminino envolvido nos espaços de questionamento e insatisfação social.

Ainda sobre iluminação, moradores das ruas Almisa Rosa, Aprígio Clementino, Conjunto Habitacional, com o apoio institucional do Cenep, fazem em 03 de abril de 1995 um documento exigindo lâmpadas nos postes das ruas, pois não havia nenhuma. No total, assinaram 55 mulheres e 23 homens. O que significa mais uma vez a constante e majoritária participação feminina nos debates a atuações sociais do período.

3.1.2 O Centro de Educação e Organização Popular

Fundado oficialmente em 19 de setembro de 1992, durante reunião na Capela de Nossa Senhora da Fátima, município Picuí, com representantes de bairros e membros de vários grupos organizados pela sociedade civil, o Centro de Educação e Organização Popular elegeu sua primeira diretoria, formada por Maria Conceição de Freitas (presidente) e Orlinda Dantas de Macedo (vice-presidente), Maria da Guia Silva Santos (secretária) e José Tarciso Dantas (suplente de secretário), Maria Adelma Silva de Lima (tesoureira) e José Zenaide dos Santos (vice tesoureiro). Na ocasião, além da aprovação do estatuto, foi eleito um Conselho Fiscal composto por Josinete Bezerra de Azevedo, Maria Auxiliadora Dantas e Maria de Lourdes Buriti. Ambos os grupos foram os responsáveis por direcionar as primeiras atividades do centro por um período de dois anos.

De início, a expressiva presença feminina, à frente da instituição, reforça a constante participação de mulheres na transformação social. Essa presença feminina nos diferentes espaços e instituições de poder demarca a particularidade das atuações sociais nas regiões, onde era a mulher à figura central.

Além dessa força, a parceria e atuação da Igreja Católica foi fundamental na expansão e direcionamento das práticas sociais pelas regiões, já que muitos padres estavam organizados em redes e associações civis advindas da Teologia da Libertação. De acordo com a documentação, foi a Irmã Maria Conceição de Freitas com o apoio do Pe. Donato Rizzi,

religioso atuante na época, que deram os primeiros passos para a fundação do centro na cidade de Picuí.

O Ceop surgiu de uma necessidade social. A Igreja na época tinha uma participação social muito interessante na região. E aqui em Picuí e na região teve padre Donato, que foi uma figura muito importante, um padre muito sintonizado com as questões sociais. E tinha-se uma prática muito bonita na Igreja Católica das pessoas se reunirem para ler o evangelho e fazer um comparativo com a vida das pessoas. Então as pessoas se reuniam nas casas, nas residências das famílias para rezar o evangelho, e a maioria eram mulheres e não sabiam lidar com a escrita e com a leitura. Então o primeiro objetivo do Ceop foi ensinar as mulheres, em sua maioria mulheres, a lidar com a escrita e a leitura.⁴⁸

De acordo com a fala de Aparecida, mais conhecida por Cida do Ceop, o aspecto religioso foi muito importante na fundação do centro, já que as pessoas que estavam à frente eram religiosos atuantes na sociedade, sujeitos sociais que já desenvolviam trabalhos em parcerias com outras instituições e grupos organizados pela sociedade civil, como aconteceu na cidade, onde pessoas se reuniam em torno do evangelho e a partir dele discutiam questões e problemáticas do cotidiano. Exercício presente nos trabalhos da Igreja Católica que estavam vinculadas aos padres ligados à Teologia da Libertação.

Inspirado pelo trabalho já desenvolvido pelo Cenep desde 1990 nas regiões, a qual os religiosos da teologia tinham parcerias, pelo compartilhamento de informações por meio dos encontros, oficinas e seminários regionais, pelas visitas aos projetos vizinhos, movimentos que reforçavam o diálogo constante entre as mulheres, o Ceop além de trazer a figura feminina como foco pioneiro dos seus trabalhos, de acordo com a depoente, também atuou junto às crianças e jovens carentes. A intencionalidade era desenvolver trabalhos com grupos que estivessem à margem do processo de transformação e inserção social, excluídos pela cultura machista predominante, pelo analfabetismo, pobreza e desemprego.

A alfabetização foi o carro chefe das primeiras atividades desenvolvidas pelo Centro, já que foi uma observação feita dentro dos grupos religiosos. A falta de leitura e escrita foi um dos principais desafios enfrentados pelo Ceop no começo dos anos 1990, pois para organizar a sociedade de maneira crítica frente às problemáticas do cotidiano, era preciso educar, alfabetizar as pessoas, torná-las pessoas capazes de pensar, de questionar e lutar por melhores condições de vida.

⁴⁸ Francisca Aparecida Firmino da Silva (Cida). Assistente social e coordenadora institucional do Ceop há 20 anos. Entrevista concedida à autora, em 24 de março de 2016.

Ainda de acordo com a Ata de Fundação, era dever da diretoria eleita, desenvolver mecanismos capazes de conscientizar e organizar a população frente às fragilidades enfrentadas cotidianamente pelas camadas mais pobres. O Ceop seria mais um centro formador de lideranças populares que agissem em benefício da transformação social, além de servir como instrumento de luta e educação popular.

Registrado em cartório no dia 19 de novembro de 1992, o Ceop só foi reconhecido enquanto utilidade pública em 15 de abril de 1993, através de um projeto de Lei número 737, sancionado pela Câmara Municipal de Vereadores e pelo prefeito municipal Sebastião Tibúrcio de Lima. A instituição também teve sua fundação publicada pelo Diário Oficial, jornal do Governo Estado da Paraíba, em 13 de novembro de 1992.

No ano de 1994, quando acabou o período destinado à primeira diretoria eleita e a irmã Conceição de Freitas precisa se ausentar, quem assume a direção do centro foi Aparecida, recém chegada do Rio Grande do Norte, a pedido do padre Donato:

Eu morava em Natal. E não sou daqui, sou do Rio Grande. Aí padre Donato me chamou pra vir pra cá. [...] Eu tinha estudado pra ser freira. Aí desisti e fui morar em Natal. Aí quando eu vim morar em Natal o Ceop havia sido fundado há dois anos. [...] Então a irmã foi embora e padre Donato me chamou.⁴⁹

A partir desse ano, Aparecida ficou responsável por direcionar as atividades, dando conta de questões negligenciadas pelo poder público, lacunas, como a alfabetização de crianças e jovens. Os chamados Núcleos de Alfabetização, grupos espalhados pelos bairros da cidade, direcionados pelas educadoras sociais, não possuíam determinações de faixa etária, já que grande parte da população ainda era analfabeta, entre elas crianças, jovens e adultos, até idosos. Segundo documentação, se chegou a alfabetizar pessoas entre 60 e 70 anos. O Trabalho era desenvolvido em grupos por meio de cursos e cartilhas produzidos em parceria com o Cenep, que também trabalhava e tinha experiência nesta área.

A alfabetização de crianças começou a partir da observação sobre a educação infantil. Em meados década de 1990, era comum matricularem as crianças nas escolas regulares a partir da 1^a série (hoje 2º ano do ensino fundamental), sem nenhuma base introdutória ou conhecimento prévio. Muitas das crianças chegavam ao primeiro dia de aula sem saber praticamente nada. A partir disso, o Ceop passa a desenvolver atividades no campo infantil,

⁴⁹ Francisca Aparecida Firmino da Silva (Cida). Assistente social e coordenadora institucional do Ceop há 20 anos. Entrevista concedida à autora, em 24 de março de 2016.

dando suporte na questão da alfabetização, contribuindo no ritmo de crescimento e aprendizagem do aluno em sala de aula.

Para além do trabalho com alfabetização, as educadoras passam a desenvolver atividades no campo da assistência social, dando apoio aos problemas trazidos pelos assistidos. Este trabalho resultou, posteriormente, nas chamadas Oficinas Temáticas.

Depois de alguns anos trabalhando com alfabetização de crianças, jovens e adultos, o Ceop passa a desenvolver grupos em torno das oficinas, já que aos poucos o poder público assumia a responsabilidade com a educação básica no município, ainda em fins da década de 1990. As oficinas por tema atingiam crianças e jovens de 7 a 17 anos, público prioritário a partir desse momento.

Assim como outros trabalhados desenvolvidos, esse foi mais um que surgiu a partir de pesquisas e observações realizadas pelo Ceop sobre as principais questões que afligiam a população, necessidades básicas negligenciadas pelo poder local. Também se tornou preocupação do centro questões relacionadas à convivência e inserção social, valores humanos, respeito para com o próximo e com as diferenças. Dessa forma, as oficinas eram organizadas por tema e aconteciam em paralelo às atividades da escola regular, ou seja, os assistidos só iam para ao Ceop no horário que não iam para a escola. O trabalho consistia na formação de rodas de conversas onde os participantes falavam de maneira espontânea sobre seus problemas, preocupações, sentimentos, desejos, medos, anseios, de acordo com a temática selecionada para o dia. A partir disso, as educadoras e assistentes sociais do centro desenvolviam atividades que contribuíssem de alguma forma com as questões colocadas.

Ainda no ano de 1993, quando a seca assolou muitos municípios paraibanos, o Ceop desenvolveu trabalhos nas zonas rurais, especialmente, como forma de minimizar as precárias condições de sobrevivência no campo, já que plantações e animais não resistiam à falta d'água, além da pobreza extrema, desnutrindo e maltratando muita gente.

Por meio do programa “Alimento por trabalho”, financiado pelo Patac na região e direcionado pelas ONGs, Cenep e o Ceop, havia distribuição de alimentos para as famílias mais carentes, que em troca davam seu trabalho em construção e preservação de hortas, no conserto de casas e barreiros, revitalização de roçados e reservatórios d’água. Os trabalhos eram comunitários e coletivos, uma família ajudava a outra.

Ainda sobre as atividades desenvolvidas no campo, o CEOP a partir de 1994 começa a discutir e participar ativamente de trabalhos sobre a agricultura familiar, como forma de contribuir no desenvolvimento dos pequenos agricultores.

Então a gente começou a ter esse olhar para a agricultura familiar. Em um momento de crise. O Ceop não tinha nada, nós tínhamos apenas uma bicicleta. Não tínhamos o carro que temos hoje pra gente se locomover. Eu pegava o ônibus de Ramalho e ia pra serra para visitar os agricultores. Ia de manhã e voltava de tarde. Andava uns 6km a pé para chegar onde eles estavam.⁵⁰

Sem muitos recursos, o Ceop, assim como as organizações populares, vivendo sobre as intempéries de contribuições e apoio financeiros de outras instituições, começava suas atividades pelo campo da observação, do reconhecimento do lugar e das necessidades, fazendo uso de diferentes recursos, como por exemplo, utilizar ônibus, como cita Aparecida em sua fala, andar a pé para chegar a determinadas localidades, já que por falta de atenção não havia estradas de fácil acessível no campo, o que dificultava o trabalho com os agricultores mais distantes, e por vezes mais carentes. Com o tempo e aquisição de novos projetos, foram conquistados recursos para a construção de cisternas, reservatórios localizados em terrenos de fácil acesso, iniciando um processo de reorganização das comunidades rurais.

O Ceop, para além dessas áreas de atuação e práticas cotidianas, estava como instituição mediadora de conflitos entre os interesses da sociedade civil e os do poder público, tentando conciliar insatisfações populares e pautas políticas. Uma ONG que dialogava com o Partido dos Trabalhadores, sindicatos, grupos sociais em benefícios dos pequenos trabalhadores e agricultores, entre eles mulheres, da criança e do adolescente.

O Centro conta, desde sua fundação, com recursos financeiros enviados pela Apibimi Onlus, que por meio da chamada Rede Pequi, vem apoiando ONGs por todo o Brasil, especialmente a partir da década de 1990, a exemplo do Cenep, essa que durante os anos de 1990 serviu de apoio ao Ceop diante das experiências e trabalhos que a equipe desenvolvia desde final dos anos de 1980. ONGs que dialogaram e promoveram nas regiões do Seridó e Curimataú durante a década de 1990 transformações sociais significativas, ao darem assistência as mulheres, crianças e jovens, trabalhadores e sindicalistas, agricultores e analfabetos, acarretando mudanças no seio da sociedade.

O papel desenvolvido por essas organizações não governamentais surtiram, ainda no começo dos anos de 1990, em diferentes meios de ação social e política, desejasas de mudar de maneira mais ampla o cenário da sociedade. Dessa forma, os grupos participantes em comunhão com outras instituições públicas, como a própria universidade, idealizaram e construíram espaços que reivindicassem de diferentes formas melhorias para a população,

⁵⁰ Francisca Aparecida Firmino da Silva (Cida). Assistente social e coordenadora institucional do Ceop há 20 anos. Entrevista concedida à autora, em 24 de março de 2016.

como foi o caso da fundação do Partido dos Trabalhadores e do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Região do Curimataú – que também atua na região do Seridó –, que passaram a atuar de fato pela e para à sociedade civil de maneira mais direta e política com relação o poder público, assunto para o próximo tópico deste capítulo.

3.2 Mulher: uma força política e uma instituição ideológica

A constituição pioneira de partidos políticos e sindicatos, culturalmente, era uma tarefa voltada para o mundo dos homens, ficando para as mulheres o dever de participar como secretárias, auxiliares de serviço, personagens coadjuvantes. Por muito tempo, a atuação feminina como partidárias, sindicalistas, grevistas, guerrilheiras, militantes, ora ficava sobre a sombra da imagem masculina ora invisibilizada. Espaço que vem sofrendo mudanças significativas, especialmente na historiografia, ao abordar e contar histórias dessa natureza.

Os modelos de direção baseados fundamentalmente no desempenho individual, nas relações pessoais privilegiadas com a mídia, no exercício de habilidades pouco desenvolvidas no processo e socialização das mulheres, como falar em público, e a presença constante de métodos de disputa extremamente agressivos sem dúvida dificultam a entrada e a permanência das mulheres em espaços de direção partidária. Frequentemente, a simbologia e a linguagem do poder expressam uma pretensa superioridade masculina. E é nesse ambiente que as mulheres enfrentam o desafio de se construir como dirigentes (BORBA; FARIA; GODINHO, 1998, p, 29)

Essa é uma reflexão que pode ser inserida para todas as instâncias políticas, a exemplo do próprio sindicato, e no campo do trabalho, onde a voz majoritária na maioria das vezes é a do homem. Desafios como esses são enfrentados pelas mulheres cotidianamente, já que encontram para além do âmbito familiar, a falta de políticas sociais de inclusão e abertura. A política de cota mínima para as mulheres nos partidos, sindicatos e demais instituições públicas a partir dos anos de 1990, foi um avanço significativo.

Sobre a atuação política das mulheres na Paraíba, em que elas agiam não apenas por meio das lutas sindicais rurais e ONGs, mas também por meio de outras lutas políticas, a historiografia nos demonstra certa fragilidade de estudos e histórias particulares.

Por isso, aqui entende-se como foi possível nas regiões do Seridó e Curimataú paraibanos, mulheres serem não só líderes de mobilizações sociais, mas também protagonistas e pioneiras na idealização e fundação de um partido e de um sindicado do servidor público capaz de atender demandas regionais.

A influência e experiência dos trabalhos desenvolvidos em grupos desde a década de 1970 na cidade de Nova Palmeira e levados a outros municípios circunvizinhos, criando uma rede de sociabilidades ligadas à esfera do social, possibilita a criação de espaços possíveis de reivindicações políticas, econômicas e sociais. Um contexto que vinha sofrendo influência dos acontecimentos e mudanças que passava o país na época.

A própria figura feminina que teve participação ativa dentro dos movimentos sociais durante o regime militar, tem ascensão política no decorrer do processo de redemocratização do Brasil. Essa crescente aparição do papel da mulher nas instâncias políticas e organizações da sociedade civil influencia diretamente na dinâmica nacional, nas quais as ideias se espalhavam por meio das universidades, pastorais, CEBs, clubes de mães, de bairro, de jovens e estudantes, grupos populares e organizações feministas (BORBA; FARIA; GODINHO, 1998, p, 37).

Nos espaços sindicais, a atuação feminina tem mais visibilidade a partir da década de 1980, quando o mercado de trabalho exige maior mão de obra. É quando as mulheres passam a ocupar cada vez mais cargos. Simultaneamente a isso, cresce a participação e procura feminina nos sindicatos, formando comissões, conselhos, departamentos de seus interesses, como aconteceu no começo da década de 1990 na Paraíba a fundação por mulheres de um sindicato dos servidos públicos municipais, o Sinpuc:

Nós mulheres fundamos o sindicato dos servidores públicos, porque o prefeito foi eleito e ia demitir todos, ia demitir 30 e tantos funcionários porque não votou nele. Aí os funcionários me procuraram, eu disse que não tenha força pra fazer com que ele não demitisse. Mas peguei a ideia com Claudinor que era advogado. Peguei uma orientação e ele sugeriu fundar um sindicato, Aí foi quando fundamos, foi quando fui eleita vereadora. Fundamos o Sinpuc e aí ele não pode demitir, teve que recuar, não pode demitir ninguém. Depois que fundou começamos a lutar pelo salário, o salário era uma miséria, não tinha salário família, não tinha nada, aí a gente começou a luta por salário mínimo. Depois de alguns anos deixamos todo mundo ganhando salário mínimo. Foi muita luta na justiça, e salário família também.⁵¹

A necessidade de construir novos espaços de debates, lugares que defendessem categorias diferentes, foi se tornando algo visível e concreto. As mulheres das regiões do Seridó e Curimataú, passando pelas experiências de lutas pela sindicalização nos STRs, pela construção de ONGs que já atendiam demandas vindas das populações marginalizadas e vulneráveis, passam a perceber a importância de construir outros mecanismos de

⁵¹ Maria de Lourdes Gomes de Lima (Nega Lourdes). Professora aposentada e coordenadora geral do Centro de Educação Popular. Entrevista concedida à autora, em 20 de maio de 2014.

reivindicação, fiscalização e exigências com o poder público. De acordo com a depoente, o medo do desemprego, a insatisfação com os baixos salários e o não reconhecimento de alguns direitos trabalhistas levaram os trabalhadores não só a buscarem, mas a se organizarem de forma coletiva em benefício de fundar um órgão próprio da categoria capaz de defender suas causas e interesses.

Nas regiões o PT foi fundado pela primeira vez na cidade de Nova Palmeira, a qual elegeu pioneiramente em 1992, a candidata à vereadora Nega Lourdes, figura pública que deu suporte as lutas sociais e sindicais. Por meio da experiência com o trabalho das oposições sindicais rurais e das ONGs, o grupo que compôs a esquerda na cidade em articulação com outros municípios fundam, de acordo com a ata de fundação, o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal do Curimataú (hoje Sindicato dos Servidores Públicos Municipais das regiões do Curimataú e Seridó), em 12 de dezembro de 1992, com sede no município de Nova Palmeira.

Sua primeira diretoria foi composta majoritariamente por mulheres. Eram elas Maria do Carmo Santos como presidente, Aricéu da Cunha Santos como secretária geral, Maria da Paz de Medeiros Souto como secretária de formação sindical, Roselita Silveira da Silva Santos, secretaria de finanças, Guiomar Neves de Macedo Bezerra como secretária de assistência social.

Nas cidades que se associaram ao sindicato foram formadas delegacias sindicais, todas registradas em atas e documentadas em ofícios. No município de Cubati, as eleições aconteceram em 11 de abril de 1993, ficando como responsáveis os nomes de Maria José da Silva e Maria do Socorro Souto. Em Picuí, a formação aconteceu em 17 de abril de 1993, ficando como delegadas sindicais Cícera Maria Batista, Josefa de Assis do Nascimento e Maria da Conceição de Freitas (Irmã Conceição). A ata deste encontro foi assinada por 24 participantes, sendo 22 delas mulheres. A delegacia sindical em Nova Floresta foi eleita em 12 de junho de 1993, ficando por responsáveis Evanelúcia Ferreira Costa, Mariliam Alves de Medeiros e Jussiana Maria Pereira, reunião que contou com a participação de 22 assinaturas, sendo todas elas mulheres.

O Sinpuc teve por sustentação enquadrar lutas e ideais construídos pelos grupos populares em conjunto com os servidores para reivindicar e enfrentar as dificuldades sociais e trabalhistas impostas pelo poder público. A luta sindical, papel que, culturalmente, era desempenhado em sua maioria por homens, aconteceu no Seridó e Curimataú paraibanos por

meio das mulheres, que não só deram início, mas também ocuparam a diretoria durante toda a década de 1990.

Para se chegar a uma atuação feminina majoritária como essa, as mulheres necessitavam não só de enfrentar muitos preconceitos, mas estarem inseridas em espaços construídos para possibilitar sua participação, lugares facilitadores de engajamento, trabalho que já vinha sendo desenvolvido desde os grupos de mães e mulheres na década de 1970.

Segundo Giuliani (1989), a liberdade de expressão das mulheres passou a por “em cheque” autoridades masculinas, colocando em jogo domínios antes restritos a dados grupos políticos, como são as instituições sindicais:

O que está em jogo são os múltiplos significados que a participação política da mulher poderia representar nas organizações sindicais. Primeiro, a demanda de sindicalização por parte das trabalhadoras possibilitaria questionar a representação política exercida até agora pelos homens no interior da família trabalhadora. Segundo, aceitar as mulheres no quadro dos associados, às vezes, significaria ampliar o processo de contestação da visão assistencialista que é mantida pelas organizações sindicais. Por último, aceitar as trabalhadoras como partícipes das tomadas de decisões políticas nas organizações sindicais pode levar a desarticulação da visão hierarquizada das lutas relativas aos conflitos nas relações de trabalho e aquelas ligadas às condições da reprodução familiar (GUILIANI, 1989, p. 256).

A participação expressiva de mulheres no Sinpuc pode ser considerada como um dos motivos pelo qual os homens participavam minimamente ao longo de toda a década de 1990, elas que mesmo associados, não eram participantes ativos nas reuniões, encontros e seminários realizados pelo sindicato, de acordo com as listas de frequências, assinaturas de atas, formação de diretorias e delegacias sindicais.

Além do engajamento social e sindical das lideranças do sindicato, a ligação com as ONGs Cenep e Ceop, com os STRs municipais, com o PT, com a própria Igreja Católica e padres ligados à Teologia da Libertação e, especialmente com a Central Única dos Trabalhadores, à CUT, foi pilar fundamental no funcionamento e enfrentamento das lutas iniciadas, pois a resistência e preconceito com relação à diretoria feminina por parte dos poderes públicos eram constantes.

A troca de informações, de lutas e experiências em torno dos trabalhos desenvolvidos pelas CEBs junto às comunidades, das atividades desenvolvidas pelas professoras e pastorais no sentido levar criticidade à população, tornando-a consciente dos seus direitos e deveres por meio dos movimentos sindicais, construiu coletivamente um sentimento de luta e

engajamento social capaz de promover mudanças significativas na realidade não só política, mas também econômica, social e cultural, onde são as mulheres que dão o primeiro “ponta pé”.

Em meio a um espaço aberto às novas ideias e oportunidades de crescimento e discussão política, a ideia de formar um partido político de esquerda que de fato fizesse o papel de opositor e fiscalizador surge nas regiões.

No começo da década de 90, quando o PT já estava com suas bases consolidadas, tanto em nível de Estado como em nível nacional⁵², os debates em torno do papel das esquerdas em diálogo com os movimentos populares estavam cada vez mais invadindo os espaços de diálogo em torno das lutas sociais, onde grande parte das pessoas era intelectual e acadêmicos preocupados com as condições sociais, políticas e econômicas do país pós-ditadura militar.

A fundação do Partido dos Trabalhadores se deu pioneiramente nessas duas regiões no município de Nova Palmeira sob a influência de professores universitários da cidade de João Pessoa, Fátima Araújo e Geraldo Maciel, que também eram conterrâneos nova palmeirenses, engajados nos grupos de bairros e movimentos de esquerda na capital.

Partindo dessa organização das mulheres, do sindicato, foi que surgiu o PT. O PT veio, a gente se filiou e começou. A ideia de fundar o PT aqui veio de Geraldo Barreto. Então, foi ele quem trouxe a ideia. E a gente se juntou, o tempo da fundação que era ele, Fátima, eu, Nega Lourdes, Damiana e Tedinha. Eu sei que tinha cinco mulheres e Geraldo.⁵³

Geraldo Maciel, mas conhecido por Geraldo Barreto, foi um intelectual e professor universitário que se envolveu com sua esposa, Fátima Araújo, nos movimentos de esquerda na Paraíba, contribuindo, inclusive, na fundação do Partido dos Trabalhadores na cidade de João Pessoa⁵⁴ por meio dos núcleos de bairro. Conterrâneos de Nova Palmeira e influenciadores das organizações sociais na região, Fátima e Geraldo, de acordo com as entrevistas e documentos, traziam livros, jornais, discussões em torno da formação de uma força que lutasse não só pelos carentes e oprimidos, mas falasse enquanto poder político pelo povo, pelo trabalhador, pelas lutas sociais.

⁵² Sobre o Partido dos Trabalhadores na Paraíba, ver. NUNES, Paulo Giovani Antonino. *O Partido dos Trabalhadores e a política na Paraíba: construção e trajetória do partido no Estado (1980/2000)*, 2003.

⁵³ Maria da Paz Bezerra de Medeiros (Marisinha). Professora aposentada. Entrevista concedida à Priscila Mayara, em 15 de janeiro de 2014.

⁵⁴ O PT foi fundado na Paraíba oficialmente em 10 de agosto de 1980 (NUNES, 2003).

Com suas bases consolidadas, porém enfrentando desafios e preconceitos, o PT nacional era tido como comunista, ou seja, culturalmente um mal a ser combatido e eliminado⁵⁵. Os crescentes movimentos socialistas e comunistas na Europa no início do século XX, disseminando a laicidade do Estado e das ideologias políticas, fizeram com que o Vaticano se posicionasse contra o que a Igreja Católica considerava ameaça a fé dos seus fieis. Esse processo acabou sendo refletido por todo o mundo, deixando resquícios até os dias atuais (NETO, 2013).

Sendo o PT um partido formado inicialmente por diferentes tendências políticas e ideológicas, fazendo parte grupos comunistas, disseminou-se pelos partidos e políticos de direita a imagem de que se construía pelos petistas uma nova onda comunista no Brasil, ou seja, se rememora mais uma vez a tradição anticomunista, fato que dificultou a disseminação do partido o interior do país, assim como no Estado da Paraíba (NUNES, 2003).

Fundar o PT em pequenas cidades da Paraíba foi difícil não só pela acusação de comunista, mas também pela falta de recursos, de assessoria jurídica, difícil acesso aos grandes centros urbanos onde os movimentos aconteciam. Nas regiões do Seridó e Curimataú, além da visão preconceituosa criada em torno do partidário do PT, não foram os homens que iniciaram a formação do partido, mas um grupo de mulheres que já vinham carregadas de experiências e práticas políticas, fator que ampliou ainda mais o preconceito e não aceitação da sociedade.

O PT tinha sido fundado só que com pouca gente. A gente se reunia escondido, porque a perseguição era grande. Quem era do PT era perseguido porque era tido como comunista. A gente se reunia escondido. Era 8 pessoas escondidas, tinham medo. Eu não era comunista, mas era a visão que o povo tinha.⁵⁶

Criado por mulheres, inicialmente na cidade de Nova Palmeira, o PT nas pequenas cidades da região enfrentou conflitos tanto políticos como de gênero. As próprias mulheres envolvidas no processo temiam as críticas ao se encontrarem escondidas, como cita a depoente. A experiência concreta de lutas sociais pelo bem de todos, talvez tenha sido nesse contexto a força que conduziu a vontade de fundar o partido e dá prosseguimento mesmo

⁵⁵ Sobre o anticomunismo na Paraíba ver: NETO, Faustino Teatino, “A ameaça vermelha”: o imaginário comunista na Paraíba (1917-1937), 2013. SOBREIRA, Dmitri Silva Bichara. “O anticomunismo no “A Imprensa”: Igreja católica e golpe civil-militar na Paraíba. In. DANTAS, Eder.; NUNES, Paulo Giovani Antonino.; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. (Orgs). **Golpe Civil-Militar e ditadura na Paraíba: História, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2014, pp. 33-61.]

⁵⁶ Maria de Lourdes Gomes de Lima (Nega Lourdes). Professora aposentada e coordenadora geral do Centro de Educação Popular. Entrevista concedida à Priscila Mayara, em 20 de maio de 2014.

diante da rejeição e desprezo por parte não só dos políticos locais, mas também da grande parte da população.

Intencionando ampliar e fortalecer as bases petistas na região por meio das redes de sociabilidade já construídas, o grupo passou a disseminar o partido na região:

A gente começou a difundir o partido na região todinha. Começamos a se articular. Era bem articulada a região na época. A gente fazia encontro do PT em todos os municípios. Era Nova Floresta, Cuité, Pedra Lavrada, Cubatí. Começou a partir daí. Daqui começou primeiro, aí daí foi introduzindo em outros lugares. Foi se fundando. A gente foi a referência. Como era muito perseguido e era muito difícil a gente foi se articulando com os municípios. A gente fazia encontro em nível de região, de município. A gente não tinha carro nesse tempo, agente ia para os municípios de carona, ia em cima de carro, ia de todo jeito.⁵⁷

A fundação do PT nas cidades circunvizinhas foi acontecendo ao longo de toda a década de 1990. Atrelado aos encontros sindicais, os debates em torno da formação de um partido de esquerda aconteciam e as ideologias do Partido dos Trabalhadores iam sendo disseminadas. Para além de todos os preconceitos que implicavam essa fundação nas regiões, as dificuldades financeiras e jurídicas também aconteciam, como cita a depoente ao falar da falta de locomoção. Eram mulheres que interessadas em ampliar seu poder de voz e ação na sociedade, se movimentavam como podiam em prol dos seus ideais.

A concepção de partido sempre esteve atrelada a uma ideia de ambiente masculino, a participação de mulheres era consequência familiar: irmãs, esposas, mães dos então já políticos e partidários. Nos partidos de esquerda, essa ideia não era diferente e quando mulheres adentravam nesses espaços os homens não assumiam suas bandeiras de lutas, elas estavam ali por si próprias, enfrentando tanto preconceitos da comunidade, por assumirem papéis que aparentemente estavam designados ao masculino, como dos próprios companheiros de partido.

Por isso, se traz neste trabalho uma particularidade importante para a historiografia dos movimentos sociais na Paraíba, à medida que são as mulheres as protagonistas desse processo.

Ainda sobre o PT, foi na cidade de Nova Palmeira que conseguiram eleger, nas eleições de outubro de 1992, primeira campanha do partido depois de fundação, uma mulher para o cargo de vereadora. Nega Lourdes foi a vereadora eleita com menos votos. De acordo

⁵⁷ Maria de Lourdes Gomes de Lima (Nega Lourdes). Professora aposentada e coordenadora geral do Centro de Educação Popular. Entrevista concedida à Priscila Mayara, em 20 de maio de 2014.

com as atas de reuniões do Cenep, órgão também responsável por arquivar documentos, ela, antes de assumir o cargo, ajudou a fundar o Sinpuc em dezembro de 1992, depois seguiu contribuindo com a disseminação do partido na região. Depois de assumir, o cargo fiscalizou e denunciou irregularidades cometidas pelo poder público, participou em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sinpuc, Pastoral da Igreja Católica, Cenep e Grêmio Estudantil, da luta pela municipalização da saúde através da implantação do Sistema Único de Saúde e criação do Conselho Municipal de Saúde, além de várias outras campanhas em defesa do bem social como iluminação na cidade, saneamento básico, valorização da educação e cultura, campanha contra fome e sede.

Nas eleições de 1996, o PT municipal lançou a candidatura à prefeita e vice-prefeita, composta de Gilvanea Mendonça e Fátima Araújo respectivamente e duas candidatas à vereadora, Marisinha e Nega Lourdes. A primeira chapa não conseguiu se eleger, mas as duas candidatas à vereadora venceram, sendo Nega Lourdes a vereadora mais votada da cidade, uma conquista importante para a imagem do partido na região, pois acabou fortalecendo suas bases locais.

Até o ano 2000, o PT em comunhão com os grupos populares e instituições sociais, atendeu às demandas e reivindicações da sociedade civil, tentando não só melhorar a vida das pessoas, mas também se consolidar enquanto força política. As mulheres à frente dos trabalhados, lidando tanto com barreiras culturais como institucionais, fizeram-se como principais instrumentos de transformação social em espaços que culturalmente estavam destinados aos homens. Essa particularidade se torna para a história uma contribuição significativa, pois além de ampliar nossa compreensão sobre as relações de poder no mundo do trabalho e da política, nos ajuda a quebrar barreiras e preconceitos historicamente enraizados na sociedade e que todo sujeito é histórico, pois participar de forma ativa do processo organização social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo inquietude pensar, desde a monografia, como havia sido possível em pequenos municípios do Estado da Paraíba, mulheres protagonizarem movimentos sociais e fundarem instituições de poder, este trabalho de dissertação surgiu com o intuito de complementar e ampliar a discussão em torno de histórias ainda não contadas ou problematizadas pela historiografia paraibana, frágil de narrativas particulares onde mulheres forem líderes e militantes sociais por meio de espaços como ONGs e partidos de esquerda.

As mulheres que aqui analisamos, antes de se tornarem militantes políticas, eram donas de casas, agricultoras, professoras, estudantes, que através dos seus lugares sociais, das pessoas com as quais conviviam, das experiências cotidianas, construíam juntas um ideal de bem estar social, a qual se diferenciava da realidade local. A extrema pobreza, somada as constantes secas e descasos por parte do poder público, essas mulheres alçam voos em direção à organização e mobilização social, combatendo e reivindicando posicionamentos assumidos pelos dirigentes.

Com isso, a década de 1990, nas regiões do Seridó e Curimataú paraibanos, é tomada por atuações sociopolíticas, onde o protagonismo feminino foi o destaque das ações, fazendo tanto o trabalho de atuar, como de dirigir os grupos populares, responsáveis pelas mobilizações e instituições de poder que surgiram nesse período.

Dessa forma, a contribuição desse trabalho, considerando as pesquisas sobre grandes mulheres, como Elisabeth Teixeira, Margarida Maria Alves, Maria da Penha Silva e outras figuras femininas que contribuíram na transformação do espaço social, parte da ideia de que em diferentes e pequenos (não no sentido de ser inferior, ou menos importante, pelo contrário) lugares na Paraíba houve atuações e mobilizações sociais significativas que também contribuíram na reorganização do contexto não apenas social, mas também político, econômico e cultural em que foram, em sua grande maioria, as mulheres pioneiras desse processo. Por isso a necessidade de estudos como este para ampliar nossa compreensão, não só em torno do papel das mulheres em sociedade, mas como a dinâmica política é variante e preenchida por outras narrativas e personagens.

Nossa proposta foi problematizar a atuação dessas mulheres durante a década de 1990, compreendendo como foi possível a constituição de movimentos sociais e fundação de espaços de poder capazes de gestar mudanças significativas na sociedade, relacionando essa história com um contexto mais amplo e que possivelmente tenha influenciado nesse processo.

A análise para este trabalho partiu das contribuições da Nova História Política relacionada à Nova História Cultural, mecanismos metodológicos que possibilitaram a problematização dos documentos e entrevistas coletados. Mesclando as discussões bibliográficas sobre a temática à análise do material, foi possível contemplar pontos importantes dessa história a qual ainda tem muito a ser dito e pesquisar, exercício que não ficará limitado a este trabalho.

Feito a análise teórica e conceitual, passamos a discutir nosso objetivo e recortes temporais propostos. Após analisarmos os documentos e entrevistas, pudemos perceber que, para além do contexto social de pobreza e machismo, a influencia externa de experiências e atuações sociais bem sucedidas foi um dos fatores significativos para o engajamento de mulheres nos movimentos sociais. Além disso, o papel desempenhado pela Igreja Católica por meio da Teologia da Libertação, atuando diretamente com as mulheres, mães, agricultoras e professoras que frequentavam os trabalhos das pastorais e clubes clericais, coloca-se como principal fonte de construção do pensamento crítico e político nas regiões. Por ser o público feminino o maior frequentador dos espaços e discussões religiosas, a probabilidade de serem mulheres as protagonistas dessa história era maior.

Compreendendo o contexto no qual o papel da Igreja Católica foi um norteador pioneiro do pensamento crítico e cidadão dessas mulheres, conduzindo-as posteriormente a se engajarem na luta pela sindicalização feminina nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, formando grupos de oposição sindical às chapas detentoras do poder nesses espaços, o trabalho seguiu conduzido pela busca de experiências coletivas de atuação no social que as levaram na década de 1990 a não só continuarem na luta, como fundarem instituições capazes de dar vez e voz às suas ideologias, intencionalidades, projetos e autonomia.

A fundação de ONGs, sindicato e partido de esquerda como o PT nas regiões propostas pela pesquisa, colocou-se para este trabalho como pontos cruciais de análise do papel desempenhado por essas mulheres que partiram não apenas de um ideal coletivo, mas como resultado de experiências anteriores que permitiu a reunião de interesses e lutas em comum. O compartilhamento de interesses, construindo durante toda uma trajetória, foi, ao nosso entender, a força impulsionadora para que mulheres dessem o primeiro passo na organização social e popular. O sentimento de cidadania entre elas, construído ao longo do tempo, também foi um fator determinante no aspecto não só social, mas político e cultural.

Dessa forma, a contribuição deste trabalho à historiografia acontece por três aspectos: dá a história política na Paraíba ares cada vez mais dinâmicos, em que mulheres não só fizeram parte do processo, mas atuaram de forma pioneira e direta, atualizando e ampliando a

temática; une História Política e História Cultural como meios possíveis de diálogo e análise; e as fontes consultadas, que dentro de uma diversidade documental, em sua maioria produzidas e arquivadas pelas próprias mulheres e trabalhadores, encontramos histórias e rastros que conduziram à análises não propostas inicialmente por este trabalho e que permitiram a reorganização de pesquisas posteriores. A particularidade desta história é ter como protagonista mulheres que saiam dos seus lares e afazeres domésticos para seguir no engajamento social. O resultado desse trabalho, a nosso ver, é consequência de um percurso de formação cidadã e experiência coletiva de trabalhados em prol do bem estar social.

Por fim, seria falso dizer que o resultado dessa história seria de superação do preconceito de gênero dentro das repartições públicas e partidos políticos nas regiões. As dificuldades por ser mulher, as práticas e culturas políticas, nas quais o homem continua sendo a figura predominante nos espaços públicos, permanecem. Mas a experiência e heranças deixadas por essa história ampliam o debate em torno da mulher dentro desses espaços, reforçando a luta pelo direito igual aos espaços de poder. Os desafios são muitos e complexos, mas há potencialidade e vontade de lutar por mais espaços e direitos sociais.

REFERÊNCIAS

Fontes

1. Acervos

1.1 Acervos institucionais

Arquivo do Centro de Educação Popular – Cenep.

Arquivo do Centro de Educação e Organização Popular – Ceop.

Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais das cidades de Nova Palmeira e Cubati.

Arquivo do Partido dos Trabalhadores da cidade de Nova Palmeira.

Arquivo do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da região do Curimataú – Sinpuc.

1.2 Acervos particulares

Arquivo de Maria de Lourdes (Nega Lourdes):

- Cartas de 1974 até 1991;

Arquivo de Luísa Marques (Dona Mocinha):

- Diários pessoais;
- Relatórios e resumos de encontros sindicais;
- Poemas.

Arquivo de Maria da Paz (Marisinha):

- Músicas, paródias, contos.

2. Referências bibliográficas

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos*. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

ALVES, Giovani. *Do “novo sindicalismo” à “concertação social”*: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 15, pp. 111-124, nov. 2000.

ARAÚJO, Carla. “Feminismo e poder político, uma década depois”. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (et al). *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. – Vinhedo, Editora Horizonte, 2012, pp. 243-267.

BARROS, José d’Assunção. “História social e retorno do político”. In: SCHURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito; MATOS, Júlia Silveira. *Campos da política: discursos e práticas*. São Paulo: LP-Books, 2012, pp. 10-47.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 349-363.

_____. “Os Partidos”. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma História Política*. Tradução Dora Rocha. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 57-98.

_____. “Culturas políticas e historiografia”. In: AZEVEDO, Cecília (Org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, pp. 29-46.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. – Rio de Janeiro: Edições Gral, 1982.

BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. *Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa, Difel; Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, pp. 7-15.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer, Roberto Ferreira Leal. – 2 ed. ampl. – São Paulo: Editora Unesp, 2012, pp. 75-174.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. – 19ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTRO, Hebe. “História Social”. In: CARDOSO, Ciro Flamarión; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 45-59.

CATÃO, Francisco A.C. *O que é teologia da libertação*. São Paulo : Nova Cultural : Brasiliense, 1986.

CAVA, Ralp Della. “A Igreja e a abertura, 1974-1985”. In: STEPAN, Alfred (Org). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 231-274

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. 15. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

CHAUÍ, Marilena. NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, 71 : 173-228, 2007.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CRUZ, Maria Isabel da Cruz. *A mulher na igreja e na política*. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

DANTAS, Priscila Mayara Santos. *(Re)construindo sujeitos, (re)telhando espaços: experiências e práticas de mulheres na cidade de Nova Palmeira-PB (1985-1995)*. 2014. 63p. Monografia (Curso de Licenciatura Plena em História). Universidade Estadual da Paraíba.

Dossiê História e Culturas Políticas. Revista Saeculum, João Pessoa (PPGH/UFPB), nº 24, jan./jun. 2011.

DRUMONT, Mary Pimentel. *Elementos para uma análise do machismo*. Perspectivas, São Paulo, 3 : 81-85, 1980.

FALCON, Francisco. “História e Poder”. In: CARDOSO, Ciro Flamarión; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 61-89.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “História oral: velhas questões, novos desafios”. In: CARDOSO, Ciro Flamarión; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 2012, pp. 170-187.

FRANK, Robert. “Questões para as fontes do presente.” In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. São Paulo: EDUSC, 1999, pp. 103-117.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009 (2^a Edição), pp. 49-115.

GHANEM, Elie. As *ONGs e a responsabilidade governamental com a escola básica do Brasil*. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 51-65, maio/ago. 2012.

GOMES, Leonardo Ribeiro. “*Progredir sempre*” – *Os jovens rurais mineiros nos Clubes 4-S: Saber, Sentir, Saúde, Servir (1952-1974)*. 2013. 184p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6^a ed. São Paulo: Editora Loyola, 2007.

_____. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. 7^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. *O protagonismo da sociedade civil: Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GIULIANI, Paola Cappellin. “Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste 1976/1986”. In: COSTA, Albertina de Oliveira. BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Rebeldia e submissão: estudos sobre a condição feminina*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: Fundação Carlos Chagas, 1989, pp. 225-236.

HADDAD, Sérgio (Org.) *ONGs e Universidades: desafios para cooperação na América Latina*. – São Paulo: Abong; Petrópolis, 2002.

JULLIARD, Jacques. “A Política”. In: LE GOOF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, pp. 180-196.

JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos Melo. *O Conceito de Experiência histórica em Edward Thompson*. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 21., 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo : ANPUNH SP, julho de 2011. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares#J>. Acessado em: 04/05/2017.

KINZO, Maria D’Alva G. *A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição*. São Paulo em Perspectiva (versão online). Vol.15, nº.4. Oct./Dec. 2001.

KOSELLECK, Reinhert. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, pp. 41-60.

LANDIM, Leilah. “Múltiplas identidades das ONGs”. In: HADDAD, Sérgio (Org.) *ONGs e Universidades: desafios para cooperação na América Latina*. – São Paulo: Abong; Petrópolis, 2002, pp. 16-50.

LE GOFF, Jacques. “A política será ainda a ossatura da história?”. In: LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval*. Tradução de José Antônio Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, Lda., 1983. pp. 221-242.

MACHADO, Aline Maria Batista. *Organizações não-governamentais – ONGs: trajetórias, concepções e práticas em educação popular*. 2009. 230 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba.

MACHADO, Charliton José dos Santos. *A política de cara nova (?)*: estudo acerca da atuação política das mulheres em Nova Palmeira-PB. 1997. 148 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba.

MATTOS, Hebe. “História e movimentos sociais”. In: CARDOSO, Ciro Flamarión; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 2012, pp. 95-111.

MINELLA, Jorge Lucas Simões. *Experiência e Dialética Histórica*: sua operação nas pesquisas de E. P. Thompson sobre os motins de fome na Inglaterra do século XVIII. Em Tese : Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC. v. 9 – n. 2 – julho-dezembro/2012, pp. 62-81.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Cultura Política na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, pp. 13-37.

NETO, Faustino Teatino Cavalcante; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz; NETO, Martinho Guedes dos Santos. *Cultura e poder político*: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012.

NETO, Faustino Teatino. “*A ameaça vermelha*”: o imaginário comunista na Paraíba (1917-1937). 2013. 303 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. *O surgimento de uma nova força social: o sindicalismo cutista*. Revista Saeculum, nº 4/5 – jan./dez. 1998-1999, pp. 287-308.

_____. *O Partido dos Trabalhadores e a política na Paraíba: construção e trajetória do partido no Estado (1980/2000)*. 2003. 390 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco.

_____. “Golpe Civil-Militar na Paraíba: repressão e legitimação”. In: DANTAS, NUNES e SILVA (Org.). *Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba: História, memória e construção da cidadania*. João Pessoa, Editora UFPB, 2014, pp. 78-118.

_____. “Estado versus sociedade civil: o processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979)”. *Prima Facie. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB*. Jan./jun., 2009. pp 57-84.

ORSO, Paulinho José et al. *Educação e Luta de Classe*. 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PAIVA, Eduardo França. “Renovação na historiografia e na sala de aula”. In: *História & Imagem*. 2 ed., 1. reimpr. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006 (p. 11-34).

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 4, pp. 9-28, 1995.

_____. *Práticas da Memória Feminina*. Revista Brasileira de História. São Paulo. v. 9. nº18, agosto/setembro de 1989, pp. 9-18.

RABAY, Glória; CARVALHO, M. E. Pessoa de. *Mulher e Política na Paraíba: história de vida e luta*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

RÉMOND, René. “Uma história presente”. In RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Tradução Dora Rocha. 2 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 13-36.

ROSSI, Waldemar; GERAB, William Jorge. *Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista*. – 1. ed. – São Paulo : Expressão Popular, 2009.

SKIDMORE, Thomas E. “A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985”. In: STEPAN, Alfred (Org). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 27-82.

SCOTT, Joan. *Gênero, uma categoria útil para análise histórica*. Recife: Mimeo, 1991.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência*. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, pp. 9-94.

_____. *O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990)*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 17: pp. 07-14, out/1991.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: I : a árvore da liberdade*. – Tradução de Denise Bottmann. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. pp. 9-28.

_____. *Costumes em Comum*. Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Menegello, Paulo Fontes. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 9-268.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. *Força sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

APÊNDICE

Entrevistas gravadas e realizadas pela autora

Aparecida Firmino da Silva (Cida). Assistente social e coordenadora institucional do Ceop há 20 anos. Entrevista concedida à autora, em 24 de março de 2016.

Cícera Isabel Batista (Cícera). Professora da rede pública e membro da CUT Paraíba. Entrevista concedida à autora, em 05 de agosto de 2014.

Dr.^a Maria de Fátima Santos de Araújo (Fátima). Professora aposentada e pesquisadora. Entrevista concedida à autora, em 21 de janeiro de 2014.

Luisa Marques dos Santos (Dona Mocinha). Professora e agricultora aposentada. Entrevista concedida à autora, em 20 de dezembro de 2013.

Maria de Lourdes Gomes de Lima (Nega Lourdes). Professora aposentada e coordenadora geral do Centro de Educação Popular. Entrevista concedida à autora, em 20 de maio de 2014.

Maria da Paz Bezerra de Medeiros (Marisinha). Professora aposentada. Entrevista concedida à autora, em 15 de janeiro de 2014.

Roselita Silveira da Silva Santos (Rosinha). Professora aposentada e secretária voluntária do Sinpuc (participante deste sindicato desde sua fundação em 1992). Entrevista concedida à autora, 20 de outubro de 2014.

Sebastião dos Santos (Tião de Bebê). Professor da rede pública, membro da CUT Paraíba e ex-presidente do Sinpuc. Entrevista concedida à autora, em 19 de agosto de 2014.

Terezinha de Jesus Medeiros (Tedinha). Professora aposentada, atualmente trabalhando no Parfor (Plano Nacional de Formação de Professor de Educação Básica). Entrevista concedida à autora, em 16 de março de 2014.

Valdecir da Silva Santos (Valdecir). Agricultora e secretária do STR de Nova Palmeira. Entrevista concedida à autora, em 27 de maio de 2014.

ANEXOS



FIGURA III – Fotografia do Grupo de Catequese da Igreja Católica da cidade de Nova Palmeira-PB, no ano de 1973 (FONTE: Blog de Nova Palmeira).



FIGURA IV – Fotografia do Grupo de Mulheres da Igreja Católica da cidade de Nova Palmeira-PB, na década de 1970 (FONTE: Blog de Nova Palmeira).



FIGURA V – Fotografia do Grupo de Mulheres da Igreja Católica da cidade de Nova Palmeira-PB, na década de 1970 (FONTE: Blog de Nova Palmeira).



FIGURA VI – Fotografia da passeata “O Grito dos Excluídos”, ocorrida em na Semana da Pátria, em Nova Palmeira, no dia 7 de setembro de 1995 (FONTE: Acervo documental do Cenep).



FIGURA VII – Fotografia da reunião de mulheres, ocorrida no ano de 1992, na sede do Centro de Educação Popular (FONTE: Acervo documental do Cenep).



FIGURA VIII – Apresentação do Grupo Teatro de Rua do Cenep durante o *Encontro de Oposição Sindical* na cidade de Cubati-PB, em 1989 (FONTE: Acervo documental do Cenep).

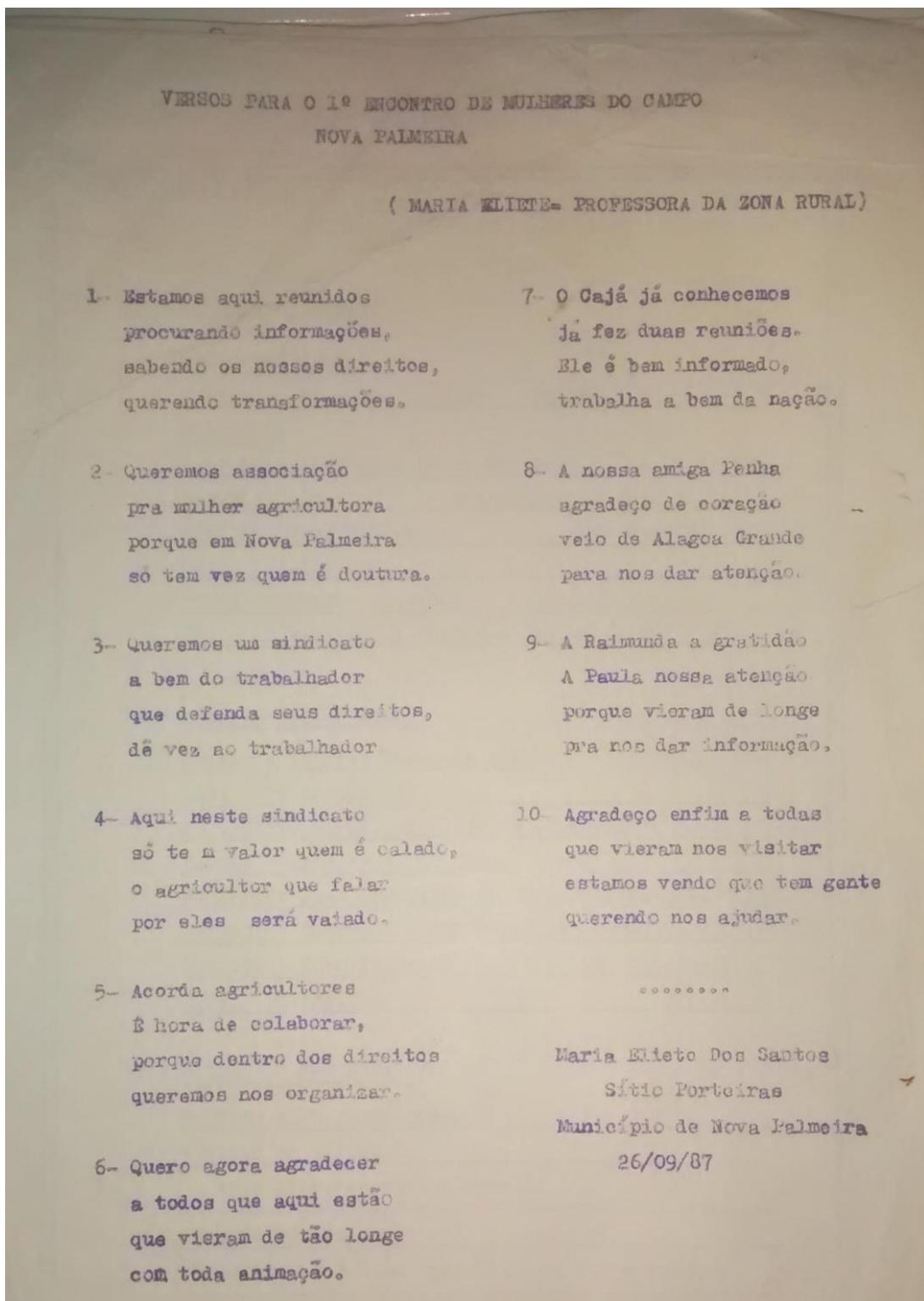


FIGURA IX – Imagem do poema feito para abrir o *I Encontro de Mulheres do Campo*, em Nova Palmeira, 26 de setembro de 1987 (FONTE: Acervo documental do Cenep).



FIGURA X – Fotografia da cerimônia de posse da primeira diretoria do Sinpuc, em 12 de dezembro de 1992, com sede no município de Nova Palmeira-PB (FONTE: Acervo documental do Sinpuc).



FIGURAM XI – Fotografia da diretoria geral do Sinpuc no início dos anos 2000 (FONTE: Acervo documental do Sinpuc).



FIGURA XII – Fotografia da logomarca da primeira candidatura à vereadora pelo PT na cidade de Nova Palmeira-PB, Nega Lourdes, para as eleições de 1992 (FONTE: Acervo documental do Cenep).



FIGURA XIII – Quadro oficial da Câmara Municipal de Nova Palmeira-PB representando a gestão de 1997 à 2000 com a presença de duas vereadoras eleitas pelo PT, Nega Lourdes e Marisinha, ambas localizadas ao canto do quadro respectivamente (FONTE: Acervo da Câmara Municipal de Nova Palmeira-PB).



FIGURA XIV – Fotografia da logomarca da candidatura à prefeita pelo PT na cidade de Nova Palmeira-PB, Nega Lourdes, para as eleições de 2000 (FONTE: Acervo documental do Cenep).



FIGURA XV – Fotografia do *Dia das Crianças* no Centro de Educação Popular, em 1995 (FONTE: Acervo documental do Cenep).